ESTADO DE MATO GROSSO

SECRETARIA DE CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS E EDUCAÇÃO

SUPERIOR DO ESTADO

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO

CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PONTES E LACERDA

EDUCAÇÃO: DIREITO DA MULHER.?

PONTES E LACERDA, MT – JANEIRO/ 2003

BIBLIOTECA
UNEMAT
Campus Universitário de Pontes e Lacerda - MT
RG N.º 9487
Data 14/08/03

Turma - 2002/2

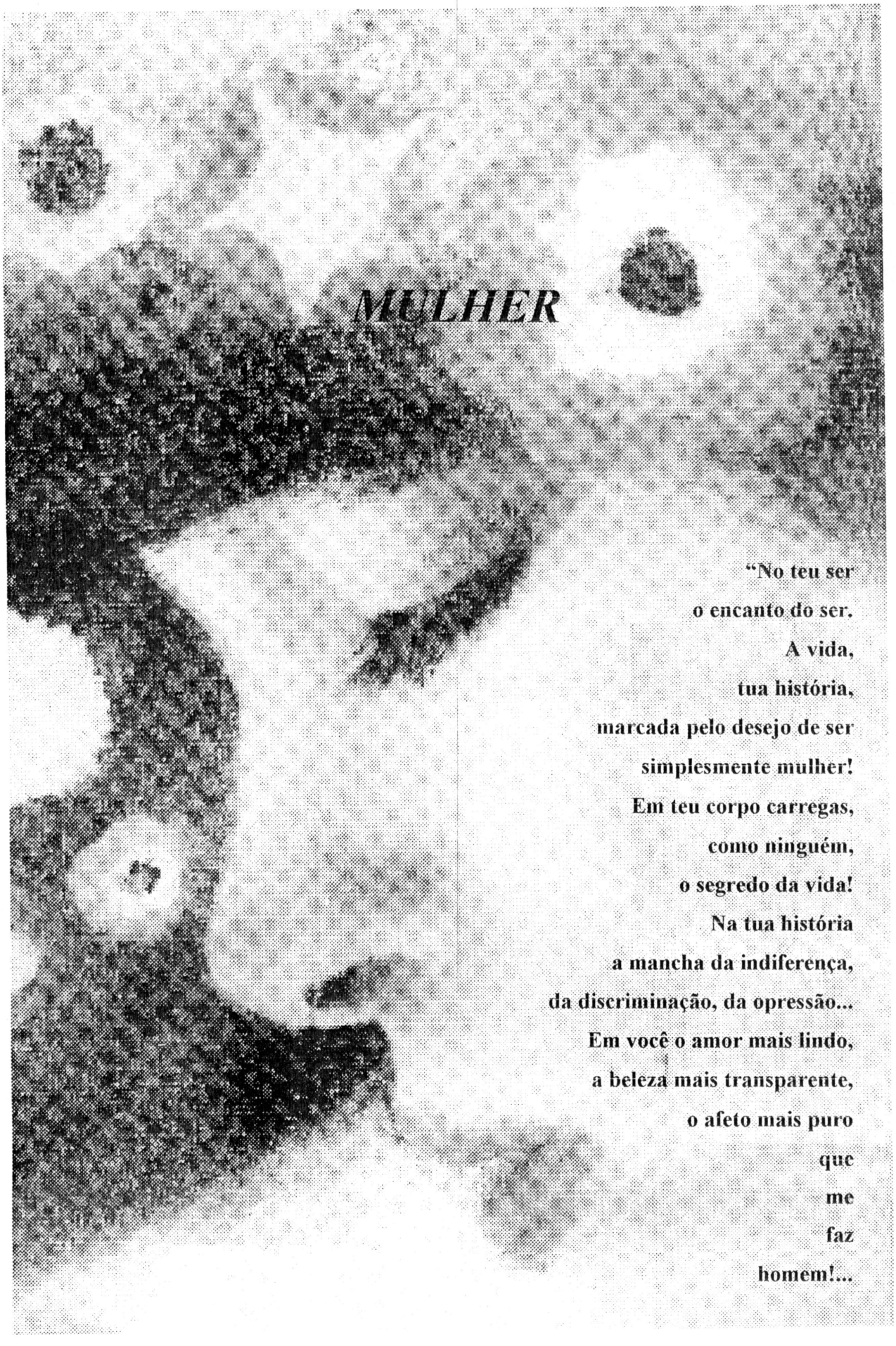
LEIDE FANTE DE FREITAS FARIA

EDUCAÇÃO: DIREITO DA MULHER.?

Monografia apresentada à UNEMAT/ Campus de Pontes e Lacerda como requisito final para obtenção do grau de Licenciada em Língua Portuguesa, Inglesa e Literaturas.

Orientadora: Teresa de Pazos da Silva

PONTES E LACERDA, MT – JANEIRO/ 2003



(Eliomar Ribeiro de Souza)

AGRADECIMENTOS

— Àquele que é a essência da minha existência e sempre esteve ao meu lado, iluminando-me, DEUS;

— ao meu pai, que soube em vida, incentivar-me aos estudos;

— em especial, à minha mãe, que mesmo analfabeta, conscientizou-me sempre da necessidade do letramento;

— a minha família, pela força, incentivo e pelo amor que tem por mim. Em especial ao meu esposo Néviton e meus filhos Rafael, Rodolfo e Raiany, que por inúmeras vezes, deixamos de compartilhar do que gostamos juntos, para dedicar-me aos estudos;

— a minha irmã Alice que durante estes anos ajudou-me, sendo amiga, incentivadora e com quem pude trocar muitas idéias e experiências;

— a todos os meus mestres, meu reconhecimento por tudo e em especial à professora Teresa de Pazos da Silva, que em meio a tantas indagações e turbulências, deu-me forças para que eu pudesse continuar;

— aos colegas de sala, que juntos traçamos metas e com dificuldades conseguimos caminhar e partilhar o nosso conhecimento;

— às pessoas que compuseram e/ou compõem o quadro da UNEMAT, pela ajuda, paciência e colaboração;

— enfim, a todos que colaboraram para que feitos como esse se realizassem, meus sinceros agradecimentos.

DEDICATÓRIA

Se conseguimos vencer todas as barreiras e chegamos ao final, não foi por mérito próprio, mas graças a Deus e a todos os professores, que como uma obra de arte, contribuíram para a nossa formação desde o princípio, acompanhando-nos e ajudando-nos a sermos formadores de uma consciência crítica e dessa forma nos capacitaram para enfrentar o mundo tal qual ele é.

E é em nome dessa gratificação, que quero dedicar este trabalho em especial em memória a meu pai, Sebastião Fante, pois sua presença amiga e incentivadora foi muito importante na minha caminhada. Por uma vontade não nossa, mas de Deus, ele não pôde presenciar minha vitória, mas partiu dele todo exemplo, força e esperança para essa conquista.

Em seu lugar ficou mamãe, a quem também dedico este trabalho. Ela, mesmo analfabeta, incentivou-nos e orientou-nos sempre nos bons caminhos. E é nessa diretiva que sempre caminhamos. Ambos sempre acreditaram e lutaram no sentido de que também suas filhas deveriam estudar, para serem independentes.

Assim, é por esta e tantas outras razões que conservaremos na memória as boas coisas que aconteceram em nossas vidas, considerando as dificuldades como uma chave para abrirmos as portas para um futuro melhor, pois a cada obstáculo vencido, redobram-se as experiências e ampliam-se os horizontes, e nós como mulheres que somos, temos o dever de fazer brilhar, mesmo que em céu escuro, a luz no fim do túnel.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 07
A TRAJETÓRIA DA MULHER NO PERCURSO DA HISTÓRIA BRASILEIRA .. 11
ALGUMA MULHERES E SUAS HISTÓRIAS 15
CONSIDERAÇÕES FINAIS 87
BIBLIOGRAFIA 95

APRESENTAÇÃO

Este trabalho tem por objetivo investigar como se deu ou não, o processo de alfabetização feminina em mulheres que nasceram na primeira metade do século passado, bem como conhecer os problemas que afetaram ou afetam as mulheres que não tiveram o acesso às letras, envolvendo a questão da diferença educacional para o gênero, considerada por muitos estudiosos como um dos maiores problemas do nosso país.

O tema deste Ensaio Monográfico de final de curso teve sua origem a partir de questões que remontam meus primeiros anos de vida. Quando criança, mediante a necessidade de fazer os deveres escolares, tinha que requisitar a ajuda de meu pai, pois mamãe não teve acesso às letras. Isso indignou-me durante toda a minha vida. Ao ingressar na faculdade, já no terceiro semestre, meu interesse se acirrou ao ler "Inocência" de Visconde Taunay, pois vi que a vontade de "saber as letras" por parte de "Inocência" era a mesma almejada por minha mãe, quando da sua juventude e que foi tolhida por uma sociedade de costumes machistas e carregada de preconceitos em relação à mulher.

Ao longo desses quatro anos de Unemat, o assunto esteve sempre presente à minha mente. Passei então a pesquisar e ler tudo que encontrava sobre a questão da mulher e suas conquistas. Enfim, já no final do VII semestre, defini o tema do meu projeto – Educação: direito da mulher?, que busca fazer uma retrospectiva de como se deu o processo da alfabetização feminina no Brasil e isso só poderia ser feito a partir do período colonial, perpassando por essa aquisição até os dias atuais.

Meu objetivo nesta pesquisa, é entender esses fatos, compreender como é que outras mulheres de outras famílias passaram pela questão do acesso às letras, elas são letradas ou não? Como esse fato se deu? Esse acesso é igual em famílias de poder aquisitivo diferente? A questão era só de gênero ou era uma questão social também? Procuro compreender ainda como se dá a relação de um grupo de mulheres, com diferentes condições de acesso ao mundo letrado, com a sociedade. Ex.: como ela vive,

qual sua condição econômica, quais as suas angústias, que tipo de atividade desenvolveu ou desenvolve?

Como pude detectar no interior de minha própria família, o fato de não saber ler ou escrever ocasiona problemas pessoais, familiares e sociais. Surge daí alguns questionamentos:

- Que tipo de problemas surgem do fato da mulher não ter acesso ao mundo da escrita e da leitura?
- Elas apresentam/demonstram frustrações, angústias e limitações pelo não saber ler?
- O que esses fatos legaram ou ainda legam a elas?
- Como mulheres de diferentes famílias e épocas entendem o seu acesso ou não à escola?
- Como se sentem mediante o fato de não ter aprendido a ler e a escrever?

Alguns dos questionamentos ora propostos poderão ficar sem respostas, ainda assim, penso que este Ensaio Monográfico poderá contribuir para esclarecer questões inerentes à situação da mulher em diferentes épocas e estabelecer, ainda que minimamente, o seu perfil na relação com a escola, a partir de pessoas/famílias de diferente poder aquisitivo em Pontes e Lacerda. Poderá ainda contribuir para o esclarecimento da própria mulher acerca de suas questões, bem como compreender o papel da mesma na sociedade de ontem e hoje.

Para o desenvolvimento do presente trabalho optei por atuar junto às pessoas do Grupo Reviver que fazem parte do Projeto da Terceira Idade, contendo 100 componentes e com encontros previamente marcados nas segundas e sextas-feiras no Centro Social da Vila Guaporé, município de Pontes e Lacerda – MT. Além dessas pessoas, poderei estar incluindo também outras da sociedade, se o perfil daquelas não atender ao objetivo proposto.

Através de pesquisa prévia constatei que o grupo é heterogêneo, uma vez que é composto por mulheres e homens de diferentes condições sociais e com características pessoais também diferentes, fator que interessa ao presente trabalho.

Este Ensaio Monográfico compõe-se a partir de uma revisão histórica da Educação Feminina Brasileira. Contudo, faço questão de mencionar, que não foi fácil encontrar apoio teórico, pois constatei a ausência de bibliografias que focalizassem como se deu o processo da educação escolar das mulheres no Brasil.

Diante de tais dificuldades percebi a importância do tema escolhido, até mesmo porque, constatei que este assunto não havia sido abordado ainda por colegas da UNEMAT. Então persisti no mesmo e isso só poderia ser feito a partir do período colonial, apesar das pesquisas históricas sobre a educação feminina naquele período serem escassas e remotas.

Uma outra dificuldade encontrada para apoio teórico é o fato dos historiadores não mencionarem o papel feminino no desenvolvimento histórico.

> (...) ao escreverem e registrarem a História, sempre o fizeram através das ações masculinas, porque essa história deveria ser lida apenas por homens. A mulher, como todos os vencidos, não faz parte do grupo privilegiado, e portanto há um silêncio sobre a sua participação na história brasileira. (RIBEIRO, 1997:09)

Face à escassez de material para o tema desejado, procurei trabalhos que abordassem temas sobre a mulher inserida na sociedade de maneira geral e de sua instrução fazendo parte de um contexto mais amplo. Coletei detalhes importantes, no entanto a educação feminina de maneira geral não consta como objeto específico desses estudos.

Com o intuito de enriquecer este trabalho, será feita uma pesquisa de campo. Esta pesquisa seria muito longa se tivesse que englobar e/ou relatar cada acontecimento, cada depoimento, cada experiência presenciada, enfim, tudo o que foi visto e ouvido sobre este polêmico assunto. Então, a fim de delimitar o corpus deste Ensaio Monográfico estaremos abordando mais especificamente aqui, a forma como a mulher adquiriu o direito ao letramento e como foi árdua essa conquista, enriquecendo-o com entrevistas e depoimentos para efetivação e delimitação da estatística de mulheres idosas letradas e iletradas no Grupo Reviver, entre outras do município lacerdense.

A pesquisa supra citada tem o intuito de, além de satisfazer uma necessidade pessoal, também ver, e de antemão, as histórias de cada munícipe entrevistado e em que contextos elas estudaram ou deixaram de estudar. Embasando-me nestes itens, é que proponho-me a desenvolver este Ensaio Monográfico, à luz da teoria defendida por alguns estudiosos sobre o tema em questão. Citamos entre eles Arilda Inês Ribeiro, Dermeval Saviani, Eliane Marta Teixeira Lopes, Eni Pulcinelli Orlandi, Monique Dumais, entre outros.

O presente Ensaio Monográfico é composto de dois capítulos. No primeiro faço uma retrospectiva histórica da mulher e de deu papel na sociedade brasileira desde o

início da nossa colonização até os dias atuais, traçando um perfil bastante claro de qual foi a educação dada à mulher ao longo dos séculos, educação esta, que sob muitos aspectos, permanece a mesma.

No segundo capítulo, citamos e analisamos depoimentos de um grupo de mulheres para sabermos delas como se deu, ou não, seu acesso à escola e consequentemente, ao mundo das letras e como foi a vida dessas mulheres em decorrência desse contexto.

Ao final, teço considerações acerca dos dados obtidos e das análises feitas frente à teoria que serviu de sustentação ao presente trabalho, traçando assim, o perfil deste grupo de mulheres.

A TRAJETÓRIA DA MULHER NO PERCURSO DA HISTÓRIA BRASILEIRA

Ao longo da história da humanidade a mulher sempre foi vista com inferioridade, por ela ser tida como frágil e sensível, e sempre foi tratada como alguém que não tinha vontade própria. Este problema atingiu todos os âmbitos da vida da mulher incluindo-se aí o direito à educação escolar. Contudo, esses fatos vêm sendo modificados, aos poucos, na concepção que a sociedade tem a respeito da mulher.

A educação escolar faz parte hoje, da pauta de discussões de vários setores sociais. A ela referem-se os editorialistas e os jornalistas, os homens e as mulheres do governo, os industriais e os sindicalistas e, principalmente, os pais e professores colocam a Educação como peça-chave para o desenvolvimento econômico e social, político e cultural da população brasileira. Mas, não apenas isso: todos querem crer, e nos fazem crer, que a escola é a única, ou quase única, saída para todos os problemas pelos quais passa o país.

Os autores que reunimos para este Ensaio Monográfico, tratam das questões que envolvem a mulher, dentre elas, a educação escolar. Estes autores, como tantos outros, não podem deixar de perguntar sobre as perspectivas ou possibilidades de melhoria das condições degradantes e subumanas em que sobrevivem boa parte das mulheres brasileiras. E qual seria a saída? Se as possibilidades podem ser criadas, se as saídas são inventadas, elas são sempre datadas: têm história e são a história. Daí as perguntas que nos fascinam e nos seduzem: o que nos fez ser assim, tal como somos? Que passado vivemos para estar neste – agora - presente?

Viemos a um mundo que já estava inventado, do qual não assistimos nem participamos do começo. Mas há uma história para contar, que vem de uma herança que foi precedida de tradições e costumes do passado, um passado com o qual concordamos ou não.

Para conhecer essa história, façamos uma retomada da trajetória de nossos antepassados, mais especificamente, a trajetória da história da educação das mulheres desde o Brasil colônia. Esta retomada se faz necessária uma vez que a mulher, motivo de nosso objeto, é parte desse processo e se construiu historicamente, assim como todas as outras questões da sociedade.

A história da mulher, mais especificamente da mulher brasileira, tem início com um processo exploratório que está ligado à colonização brasileira, quando os brancos chegaram ao Brasil sem trazer suas mulheres. Desse modo passaram a explorar as mulheres índias; mais tarde, mesmo com a chegada de suas mulheres brancas, passaram a explorar também as negras.

Dessa forma, acredito ser procedente introduzir nesse trabalho o sentido básico da colonização brasileira. Nesse sentido, nosso histórico colonial, pelo próprio objetivo da colonização, revela em seu bojo a luta de uma classe por preservar sua hegemonia[1]. *Isso porque a história das grandes descobertas marítimas não passa de mais um capítulo do desenvolvimento do comércio europeu, do qual Portugal é apenas parte e um todo em busca da exploração e acumulação de riquezas.* (RIBEIRO, 1997:16).

Em busca de exploração e acúmulo de riquezas, vieram portugueses, espanhóis, entre outros. Todos em busca de produtos que pudessem comercializar e obter lucro. Assim, *não tem outro caráter a exploração da costa africana e o descobrimento e colonização das Ilhas pelos portugueses, o roteiro das Índias, o descobrimento da América, a exploração e a ocupação de seus setores.* (PRADO JUNIOR, 1973:22). Foram sempre como traficantes que os vários povos da Europa abordaram essas novas terras e tudo o que nela edificaram foi no sentido de tirar o máximo de proveito em benefício próprio. O Brasil possuía grandes recursos naturais como ouro, diamantes, açúcar, tabaco, algodão, madeira, riquezas a serem extraídas para os mercados estrangeiros, e durante os primeiros trinta anos os portugueses disso se apropriaram. De início, os colonizadores que emigravam, não o faziam para trabalhar a terra, mas para explorá-la. Para isso tentaram escravizar o índio, que viera trabalhar espontaneamente. Porém, se afastaram face aos processos brutais empregados pelos portugueses, preferindo estes ficarem nas matas do seu jeito habitual. Começa assim a caça do branco ao índio, e sua interrupção somente acontecerá quando os jesuítas influenciarem junto aos soberanos portugueses.

Em substituição aos indígenas, foram trazidos os negros africanos, os quais já vinham sendo usados em Portugal desde o final do século anterior (século XV). Esses

---

[1]Hegemonia – entendida como capacidade de direção cultural e ideológica, que é apropriada por uma classe; supremacia. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Rio de Janeiro, 2001:361.

serão os braços que trabalharão a terra para o homem branco obter produtos que, enviados para Portugal, serão comercializados.

No entanto, essa dominação não se faz sem luta das próprias raças dominadas nesse período, representadas pelo índio e pelo negro. Luta essa que muitas vezes interferiu nos interesses dos que detinham a hegemonia, como atesta a recusa do índio ao trabalho proposto pelos colonizadores e a busca do negro para o trabalho escravo. Este escravo, pelas suas fugas, suicídios, quilombos, dificultou a rentabilidade da empresa colonial criando possibilidades futuras para a sua própria emancipação.

É importante lembrar que não somente o índio e o negro foram explorados, mas também as mulheres. Inclusive seus corpos ficavam a mercê dos colonizadores, uma vez que estes não traziam mulheres brancas para a colonização. A facilidade dos cruzamentos com mulheres de outras raças, estimulou a miscigenação. As uniões mistas com negras e indígenas, embora com as primeiras houvesse no início fortes preconceitos, eram tão freqüentes que passaram à categoria de situação perfeitamente admitida e aprovada, sem restrição, pela moral dominante.

> A mestiçagem brasileira é antes de tudo uma resultante do problema sexual da raça dominante, e por centro o colono branco. Neste cenário em que três raças, uma dominadora e duas dominadas, estão em contato, tudo naturalmente se dispõe ao sabor da primeira, no terreno econômico e no social, e em conseqüência, no das relações sexuais também. (PRADO JUNIOR, 1973:110)

Ribeiro menciona que com a miscigenação foi criado o mito do poder e supremacia da mulher branca e junto com ela o preconceito com relação às mulheres de raças e condições submissas. Em virtude disso era preciso mandar trazer as mulheres brancas de Portugal, mesmo que fossem enjeitadas ou "erradas" lá. Aqui elas seriam as responsáveis pela perpetuação do domínio europeu, através da procriação da raça branca. A cor era o elemento necessário para que os padrões ideais europeus da pele branca fossem reproduzidos como a camada de "sangue-limpo". Aliás seria a cor da pele o elemento discriminatório em todo o período colonial para ambos os sexos.

> Em 1552, Nóbrega escrevia a El-Rei referindo-se "a falta que nesta terra há de mulheres com quem os homens casem e vivam em serviço de Nosso Senhor, apartados dos pecados, em que agora vivem", e insistia para que "Vossa Alteza mande muitas orphans e si não houver muitas venham de mistura dellas e quaesquer, porque são tão desejadas as mulheres brancas cá, que quaesquer farão cá muito bem a terra". (RODRIGUES, 1962:30)

Contudo, apesar dos pedidos do padre jesuíta, a ausência de mulheres brancas persistiu por muito tempo, principalmente nas áreas de mineração, onde havia a necessidade de muitos braços masculinos, para a extração dos metais preciosos.

É preciso considerar que existia uma supremacia masculina decorrente da própria estrutura patriarcal, em que (...) *ao homem era reservado o papel*[2] *de comando, direção, condução e à mulher o de ser dirigida, comandada, subalterna. Mas, no sentido de assegurar a hegemonia, muitas vezes a mulher branca assumiu papéis tidos como masculinos.* (RIBEIRO, 1997:30).

Ribeiro diz que poucos sabem que no século XVI, duas capitanias foram governadas por mulheres. A capitania de Pernambuco e a de São Vicente. A primeira foi governada por D. Brites (ou Beatriz) de Albuquerque, esposa de Duarte Coelho (1554 – 1560 e 1572), ficando no poder por duas vezes juntamente com seu irmão. A Segunda capitania foi governada por D. Ana Pimentel, esposa de Martin Afonso de Souza:

> Dando por fim sua grandiosa empreitada, com a instalação da Vila de São Vicente, pouco mais de um ano após, pelos princípios de 1533, voltou Martin Afonso para o Reino, transmitindo os poderes de que se achava investido à sua mulher, D. Ana Pimentel, dama das mais altas qualidades e do mais subido valor e nomeando seu lugar-tenente e capitão-mor o Padre Gonçalo Monteiro. (RIBEIRO, 1997:30)

Através dessa citação podemos perceber que diante da ideologia que perpassava a época, a submissão existia por parte das mulheres (brancas) apenas quando era conveniente. No momento em que havia a necessidade de ocupar papéis supostamente masculinos em benefício da hegemonia da classe dominante, a passividade era substituída imediatamente pela atividade permanente.

Entretanto, alguns autores citam as mulheres desse período como pessoas passivas, com o costume de ficarem horas a fio numa poltrona e que esse elemento estaria ligado ao gosto pela comodidade, pelo luxo e pelas formas agradáveis da vida do exterior. Outros autores descrevem-nas como dominantes e senhoras ativas, quando da ausência de seus maridos, seja para viagens ou por motivo de morte. Vale ressaltar que apenas as pessoas de cor branca participavam dessa classe dominante. Sendo

---

[2] Papel: entendido como função, desempenho.

dominante, a cor branca impregnava a ideologia da colônia e a reproduzia através de contos, versos, poemas, enfatizando o *status* de ser branco e a condição social privilegiada.

Vale ressaltar que, haviam as mulheres brancas empobrecidas, de condição inferior, ou seja, as escravas ou brancas pobres, maioria da sociedade colonial, que eram subalternas aos senhores e às mulheres brancas de elite. Estas moças brancas empobrecidas tinham dificuldades em manter o *status* da cor, pois tinham que, juntamente com índias e negras, servir aos seus senhores, servindo até mesmo como *instrumentos sexuais dos colonizadores.* (...) *carregando sobre si a promiscuidade da colônia.* (RIBEIRO, 1997:37,38).

Podemos observar que havia uma distinção entre as mulheres brancas de elite e as mulheres índias, negras e brancas empobrecidas. As primeiras, eram consideradas como dominantes enquanto que as demais eram subalternas, exploradas sem direito algum. De fato havia todo um cuidado em assegurar a submissão da mulher escrava. Assim, através de cartas régias, as negras eram proibidas de imitarem através do vestuário, o modelo das mulheres da camada senhorial. Ribeiro referindo-se a essas cartas régias, menciona que (...) *Em 1696, a 20 de fevereiro, houve uma proibição de luxo no vestuário das escravas no Brasil, o que reforçava a distinção entre as classes na colônia.* A ordem régia declarava que ...

> (...) sendo presente o demasiado luxo das escravas no Brasil e devendo evitar-se esse excesso e o mau exemplo que delle podia seguir-se, el rei era servido resolver que as escravas de todo o Brasil em nenhuma capitania pudessem usar vestidos de seda, de cambraia ou hollandas, com rendas ou sem ellas, nem também de guarnição de ouro ou prata nos vestidos.[3] (RIBEIRO, 1997: 38)

Vê-se que as mulheres eram dominadas em todos os sentidos, no trabalho serviçal, nas vestimentas, nos seus atos e atitudes e sobretudo seus corpos eram considerados objetos de prazer para os senhores, colocando-as até mesmo como co-responsáveis por aquelas atitudes. Os próprios jesuítas viam a situação sob o prisma daqueles senhores: *mulheres de muito bom parecer e nuas e limpas, para serem*

---

[3] Desembargador José Vieira FERREIRA, "Legislação Portugueza Relativa ao Brasil", In: *Revista do Instituto Histórico Brasileiro,* vol. 105, 1929, p. 215.

desejadas,[4]. Ou como diria Anchieta[5]: (...) *aqui, onde as mulheres andam nuas e não sabem se negar a ninguém, mas até elas mesmas cometem e importunam os homens, jogando-se com eles nas redes porque têm por honra dormir com os cristãos.* (PAIVA, In LOPES, 2000:48).

Além daqueles domínios, havia ainda o domínio patriarcal, ou seja, a supremacia da parte do sexo masculino sobre o sexo feminino. Esse tipo de domínio prevaleceu desde o início da colonização brasileira. Elementos como a escravidão, a submissão, estão ligados à formação da família patriarcal. Esta era caracterizada pelo autoritarismo e arbitrariedade do senhor, que começava na senzala, onde se dava o começo da submissão dos escravos e escravas, e depois se estendia até a casa grande abrangendo a esposa e os filhos.

Outro aspecto da família patriarcal é o fato dela ser monogâmica. Mas somente à mulher coube exclusivamente a monogamia. A obrigatoriedade da mulher de ter apenas um companheiro, deve-se ao fato do (...) *homem ter a certeza de que o filho gerado, o herdeiro de seus bens, seja mesmo seu. Para o homem, ela não passa, afinal de contas, da mãe dos seus filhos legítimos, seus herdeiros.* (RIBEIRO, 1997:45,46). Quanto às filhas, os pais escolhiam os maridos, geralmente, um desconhecido que se adequasse à preservação dos bens do latifúndio, ou parentes que pudessem conservar a propriedade na mesma família. As moças casavam-se cedo, com doze ou treze anos, sem terem direito à educação formal – a escolar.

Ribeiro menciona que durante 322 anos – de 1500 a 1822 – , período em que o Brasil foi colônia de Portugal, *a educação feminina ficou geralmente restrita aos cuidados com a casa, o marido e os filhos. A instrução era reservada aos filhos/homens dos colonos.* (RIBEIRO, In LOPES, 2000:79). Contudo, não eram todos os filhos desses proprietários que tinham acesso à educação formal. (...) *somente os primogênitos e as mulheres brancas de elite, porque eram eles que futuramente exerceriam papéis diretamente de extrema importância na preservação dos interesses dessa classe dominante* (...). (ROMANELLI, 1978:33). Os filhos dos colonos cuidavam dos negócios do pai, seguiam para a universidade de Coimbra ou tornavam-se padres

---

[4] LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil.* Lisboa: Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938, t. II, p.514. (Carta do Pe. Antônio Rocha, de 26.6.1569, citada por Serafim Leite).

[5] ANCHIETA, José de. *Cartas: informações, fragmentos históricos e sermões.* Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988, p.78).

jesuítas. Tanto as mulheres brancas, ricas ou empobrecidas, como as negras escravas e indígenas não tinham acesso à arte de ler e escrever:

> À menina, a esta negou-se tudo que de leve parecesse independência. Até levantar a voz na presença dos mais velhos. Tinha-se horror e castigava-se a beliscão a menina respondona ou saliente; adoravam-se as acanhadas; de ar humilde (...) As meninas criadas em ambiente rigorosamente patriarcal, estas viveram sob a mais dura tirania dos pais – depois substituída pela tirania dos maridos. (FREYRE, 1975:421).

O menino, ao contrário da menina, não poderia ser tímido. Aos nove ou dez anos era obrigado à força, a se tornar homem. A se comportar como gente grande.

> Meninos diabos eles só eram até os dez anos. Daí em diante tornavam-se rapazes. Seu traje, o de homens feitos. Seus vícios, os dos homens. Sua preocupação, sifilizarem-se o mais breve possível, adquirindo as cicatrizes gloriosas dos combates com Vênus (...). (FREYRE, 1975:411).

Para isso, utilizavam as escravas, as negras ou as mulatas. E nesse sentido, essas mulheres educadas para a submissão contribuíram para o desregramento sexual, *mas não por si, nem como expressão de sua raça ou do seu meio-sangue: como parte de um sistema de economia e de família: o patriarcal brasileiro.* (RIBEIRO, 1997:48). Conta-se que as negras, muitas vezes, entregues virgens, ainda meninas, satisfaziam moços brancos, já sifilíticos. (...) *Isso porque por muito tempo dominou uma crença na colônia de que para o sifílico não há remédio melhor do que uma negrinha virgem.* (RIBEIRO, 1997:51).

Desse modo, essas mulheres, sem opção de vida e sem instrução educacional, eram dominadas e enclausuradas por influências dos costumes e tradições patriarcais da colônia portuguesa, que consideravam a mulher um ser inferior. Ribeiro[6] menciona que (...) *O sexo feminino fazia parte do "imbecilitus sexus", ou sexo imbecil. Uma categoria*

---

[6] RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. *Mulheres educadas na colônia.* p.79 – 94. In: 500 anos de educação no Brasil. 2000, 608p.

à qual pertenciam as mulheres, crianças e doentes mentais. Era muito comum o versinho declamado nas casas de Portugal e do Brasil que dizia:

> Mulher que sabe muito,
> É mulher atrapalhada,
> Para ser mãe de família,
> Saiba pouco ou saiba nada.[7] (RIBEIRO,1997:77)

A mulher era tão desvalorizada e inferiorizada, que até mesmo as relações sociais se apresentavam diferentes na colônia. Os grupos eram separados em homens e mulheres, a tal ponto que dois homens podiam se conhecer perfeitamente sem que um trocasse uma palavra com a mulher do outro, o que revela a ideologia da inferioridade feminina.

> (...) Nos jantares de família as mulheres, do mesmo lado da mesa e em frente aos homens, guardavam respeitoso silêncio enquanto os parentes masculinos, constrangidos com a sua presença, esperavam para conversar a vontade quando se retirassem as senhoras. (Annaes do Museu Paulista, 1922:323, In: RIBEIRO, 1997:67).

Outro elemento que contribuía para a formação da educação colonial era a Igreja. A influência da Igreja Católica esteve presente tanto na vida dos subalternos como na dos senhores dominantes. A religião aparecia como mediadora entre o senhor e o escravo, entre o marido e a esposa, entre o pai e os filhos.

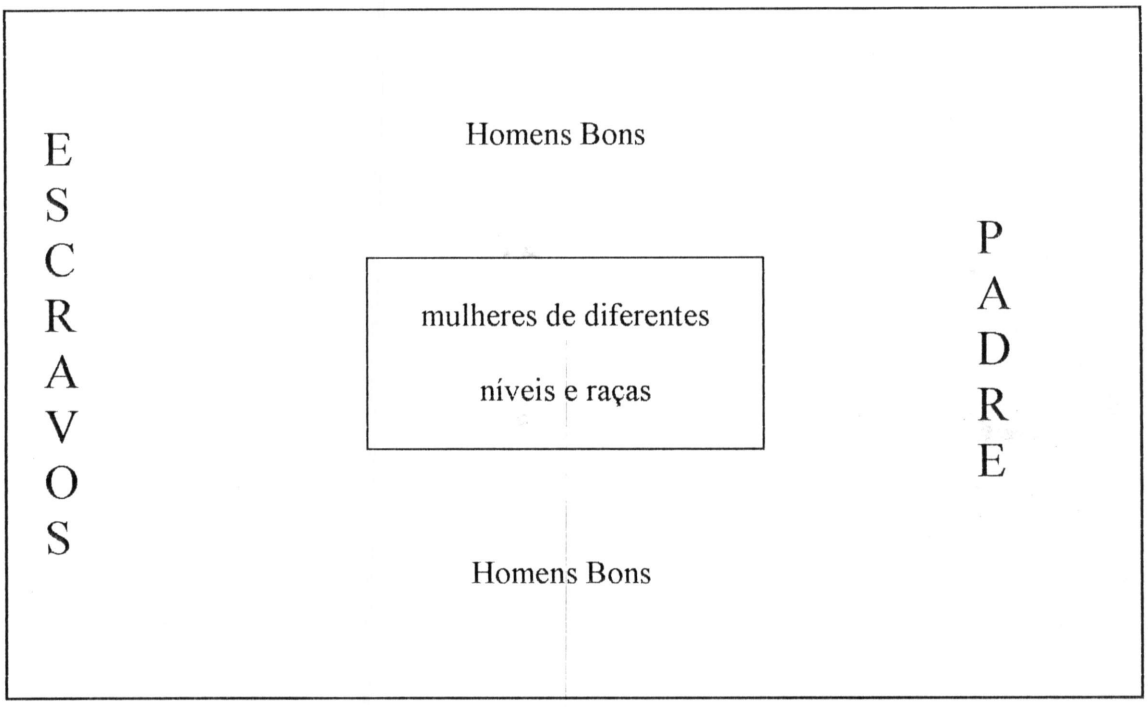
Assim, no que tange os escravos, os padres aconselhavam a resignação, passividade e esperança na vida eterna. *Deveriam pois, trabalhar e obedecer ao seu senhor e se conformarem com suas sinas.* (RIBEIRO, 1997:68). Nos sermões o vigário enaltecia o senhor de escravos, colocando-o como um pai, a ser temido e respeitado. Era esse o catecismo imposto aos escravos e gentios pela Igreja.

Para o senhor, detentor das terras e do poder político, a Igreja aconselhava moderação tanto nos castigos aos escravos, como nas relações promíscuas com as escravas da fazenda ou com as prostitutas das cidades.

---

[7] Luís Edmundo, brasileiro, foi escritor e jornalista de 1880 a 1961. Escreveu vários livros sobre a cultura e os costumes dos brasileiros. O texto citado encontra-se em: "A Corte do Rio de Janeiro", 299, citado por DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX. Ana Gertrudes de Jesus. São Paulo: Brasiliense, 1984, p.26.

O senhor patriarcal contava com a Igreja Católica e com os padres com quem mantinha uma verdadeira aliança para preservação de interesses comuns. A própria arquitetura do templo revelava o poder paterno. No livro de Hoornaert existe uma descrição de lugares ocupados pela população nos dias de missa, e na sua disposição percebe-se a hierarquia dos papéis na colônia:



Fonte: (RIBEIRO, 1997:69)

Nessa disposição as mulheres ficavam *agachadas ou ajoelhadas* num plano mais baixo que os recintos laterais. Apesar de estarem misturadas com as escravas, cada uma tinha uma posição a ocupar. Segundo Ribeiro (1997) os homens bons[8] ocupavam as laterais, num plano mais elevado e os escravos ficavam ao fundo da Igreja, ou fora dela, e não houvesse espaço", espiando os santos".

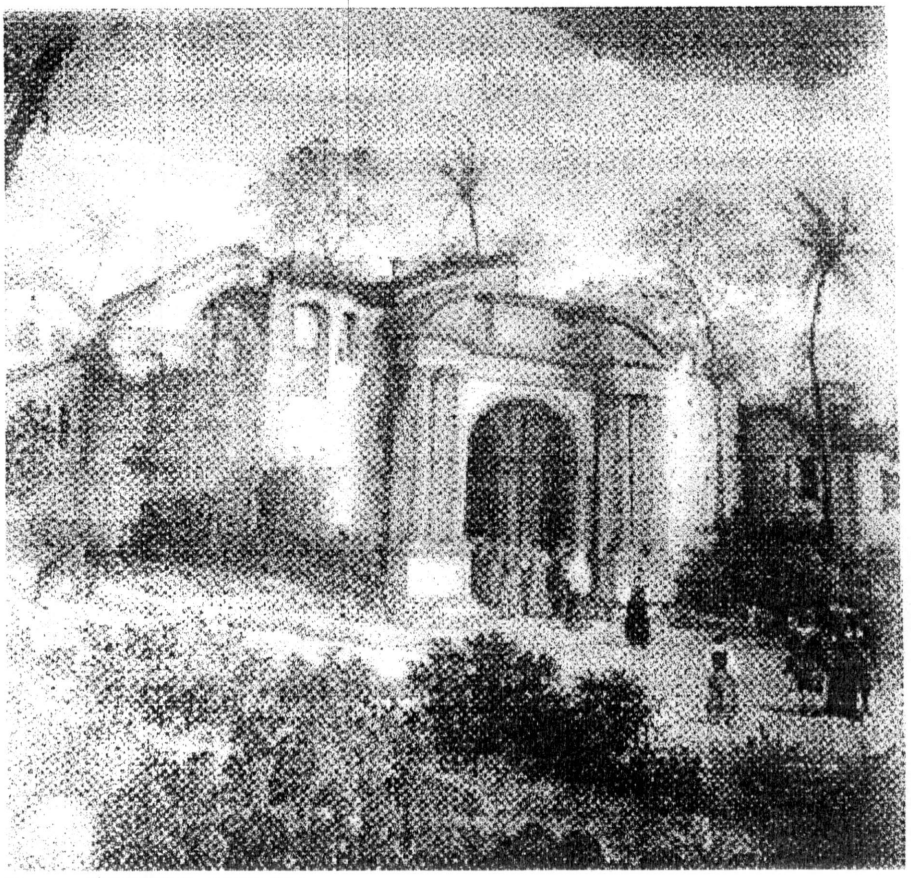
Por estes dados e estas disposições físicas dentro da Igreja, revela-se quão grande e evidente era o poderio masculino dos portugueses sobre escravos e as mulheres. Por ser o único lugar, além da casa, ao qual as mulheres podiam ir, a Igreja transformou-se em um local para diversas utilizações. Era ali que iam rezar, ver as

[8] Homens bons – Os proprietários de terras e donos dos escravos. FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato brasileiro.* 1979:185.

modas, namorar às escondidas atrás dos muros, ou mesmo onde veiculavam-se as notícias, as novidades que vinham das colônias e até mesmo de outras cidades.

Podemos observar a seguir, figura ilustrativa de uma igreja desenhada por Franz Post, datada de 1662.

"A Igreja era o único espaço social onde a mulher tinha acesso. Nela ocorriam os flertes proibitivos, o jornal falado, a linguagem das flores, a exibição de indumentárias, a devoção e a profanação. Detalhe da tela "Ruínas da Sé de Olinda" de Franz Post, datada de 1662, baseado num desenho do mesmo autor de 1630. In: Bracara, Augusta. Ver. Cultural de Regionalismo e História da Câmara Municipal de Braga. Vol. XXVII, ano de 973, n. 63 (75). Braga, Portugal, p. 272.



Fonte: (RIBEIRO, 1997:71).

Quanto à educação formal para a mulher, tanto no Brasil, como em Portugal, era considerada uma *heresia social*[9]. Essa heresia deveria ser necessária ao sexo masculino, pois (...) *limitando o acesso das mulheres à educação formal, não disputariam algo que era inerente à supremacia masculina. Enquanto permanecem analfabetas, o controle paterno tem melhor resultado.* (RIBEIRO, 1997:74). Essa ideologia se difundia, através dos contos e poemas, que não representava outra coisa, senão o ideal da educação doméstica da mulher portuguesa. Através dos textos escritos

---

[9] COSTA, D. Antonio da. Assinalou que (...) *o ensino do sexo feminino heresia social se considera.* COSTA, D. Antonio da. História da instrução popular em Portugal. In: Luiz Alves de MATTOS. *Primórdios da educação no Brasil, 1958: 38.*

por eles, havia a reprodução do que interessava ao domínio paterno, ou seja, de que a instrução não fazia parte da educação feminina.

Um exemplo dessa época, é a do poeta português, Trancoso[10], que afirmava que a mulher não tinha necessidade de ler e escrever e, se possível, não deveria falar: *Afirmo que é bom aquele rifrão que diz: a mulher honrada sempre deve ser calada.* Também o seu abecedário moral contém implícito o padrão de comportamento de uma dama dentro da sociedade tanto portuguesa como colonial. Esse abecedário moral foi apresentado em forma de uma carta a uma dama que manifestou o desejo de aprender a ler:

> Senhora. Agora me deram um recado da parte de Vossa Mercê, em que me pedia lhe mandasse um ABC. Feito de minha mão, que queria aprender a leer porque se acha triste quando ve senhoras de sua qualidade, que na Igreja rezam por livros e ela não. Folguo que deseje saber leer para rezar nos livros, que é bom; porém, já que não aprendeu na meninice em casa do senhor seu pai, deve agora contentar-se com as contas (do rosário), pois não sabe leer, pois já é casada e passa dos vinte anos de idade. Porém se este conselho não lhe parece bom ou se a não satisfaz, por obedecer a seu rogo lhe mando aqui com esta um abecedário que Vossa Mercê aprenda de cor; o qual é que:
>
> A – quero dizer que seja amiga da sua casa;
> B – benquista na vizinhança;
> C – caridosa para com os pobres;
> D – devota da Virgem;
> E – entendida no seu ofício;
> F – firme na fé;
> G – guardadeira de sua fazenda;
> H – humilde a seu marido;
> I – inimiga de mexerico;
> L – lial;
> M – mansa;
> N – nobre;
> O – onesta;
> P – prudente;
> Q – quieta;
> R – regrada;
> S – sizuda;
> T – trabalhadeira;
> V – virtuosa;
> X – xã (simples);
> Z – zelosa da honra.
>
> Quando tiver tudo isto anexo a si, que lhe fique próprio, creia que sabe mais letras que todos os filósofos. Confio em Vossa Mercê que o experimentará e achará certo. (RODRIGUES, 1962:34)

---

[10] TRANCOSO, Gonçalo Fernandes foi um poeta português do século XVI. Escreveu *Histórias de Proveyto e Eixempro* em 1569 e publicado em 1575. O texto acima citado encontra-se em Leda Maria Pereira RODRIGUES. *A instrução feminina em São Paulo,* 1962: 34.

Ao analisar os significados correspondentes às letras desse abecedário, podemos obter vários elementos que compunham a rede ideológica transmitida na época, elementos estes que influenciaram o atraso da educação feminina no Brasil.

A letra A, por exemplo, revela o ideal da educação da mulher restrita ao círculo doméstico, o seu único espaço de atuação, além da Igreja. A letra B, impõe a necessidade dela possuir um relacionamento cordial com os mais próximos, ou seja, o marido, os filhos e escravos. A letra C, revela que a dama deve possuir um caráter assistencialista com a classe explorada. O D, permite que se veja a influência da imagem que a Igreja passa de Maria, como o exemplo da mulher passiva e resignada. Nesse sentido, aparece a atuação do catolicismo como elemento mediador entre o poder masculino na esfera doméstica e a passividade feminina através de exemplos religiosos. A letra E, atribui o papel da mulher como administradora da casa, procriadora, etc. O F, revela o peso da Igreja Católica e seus mandamentos, na qual a mulher ocupa sempre papel inferior em relação ao homem de sua classe. A letra G tanto demonstra a restrição do espaço físico feminino, como o seu papel de guarda da propriedade. O H mostra com clareza a tentativa de evidenciar a supremacia masculina diante de qualquer resistência, tais como o adultério ou a equiparação de privilégios. A letra I, prevê afastá-la de qualquer envolvimento em conversas que coloquem em risco "a felicidade do lar". E assim sucessivamente, as outras letras reforçam qual era o tipo de educação deseja e prevista para a mulher.

Afirma-nos RIBEIRO (1997) que (...) *Pela aceitação desse abecedário moral de Trancoso, que foi reeditado e tornou-se popular, percebe-se que as mulheres assimilavam sua função dentro de uma família, onde o poder absoluto pertencia ao homem.* (...).(RIBEIRO,1997:77). Concebe-se, portanto, que a educação que lhes era reservada era a doméstica.

Havia também fortes preconceitos limitando o acesso de mulheres ao mundo da cultura. O verso, incluso em RIBEIRO (1997) que se segue indica que não havia necessidade de ler nem escrever. Bastava que pudessem reproduzir a continuidade da classe e o ideal da educação estava cumprido. Mais importante que a educação formal era que a mulher branca fosse fértil, e gerasse muitos filhos.

Menina que sabe muito,
É mulher atrapalhada,
Para ser mãe de família,

Saiba pouco ou saiba nada... [11](RIBEIRO, 1997:77)

E realmente, pouco sabiam essas mulheres. Muitas nem o português pronunciavam, em virtude da proibição vigente na época, à classe feminina.

Menciona MACHADO (1965) que o governo metropolitano, nos termos relativos aos deveres dos tutores disposta na Ord. 1.88 – 15 e 16 incutia o papel reservado a cada sexo, e como aqueles deviam educar as crianças de ambos os sexos. Assim, eles assumiam o compromisso de: *Ensinar os machos a ler e escrever e contar, e as fêmeas a coser, a lavar e fazer renda e todos os misteres que as mulheres por suas mãos usam, e a todos os bons costumes.* (MACHADO, 1965:100).

Apesar dessa proibição, podemos encontrar registros em RIBEIRO (1997) e em LOPES (2000) na obra *500 anos de educação no Brasil* e ainda veiculado na mídia da internet (Yahoo.com.br) que a primeira mulher no Brasil de que se tem notícia que sabia ler e escrever, foi Madalena Caramuru. Essa indígena brasileira era filha de Diogo Álvares Correia, mais conhecido como Caramuru e de uma índia da tribo dos Tupinambás chamada Moema Paraguaçu. Madalena Caramuru escreveu uma missiva de próprio punho endereçada a princípio ao Padre Manoel da Nóbrega, no dia 26 de março de 1561 e posteriormente enviada ao bispo de Salvador, pedindo apoio para defender as crianças escravas dos maus-tratos sofridos pelos seus senhores.

Naquela época, era quase impossível encontrar uma mulher que soubesse ler e escrever. Madalena, em 1534 casou-se com o português Afonso Rodrigues, natural de Óbidos, Portugal, que segundo Inês Ribeiro, foi o responsável pelo ingresso de Madalena no mundo das letras.

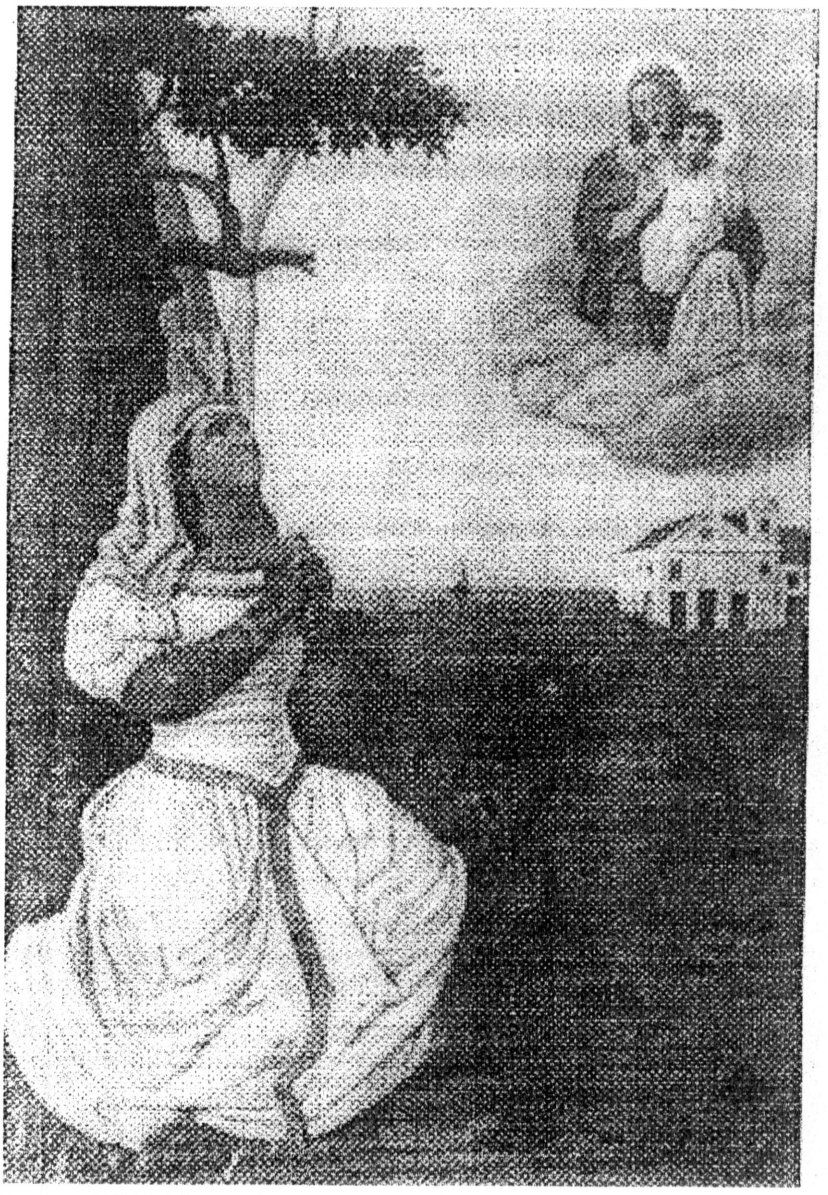
Diogo Álvares Correia, o pai de Madalena, criou seus filhos ao lado da índia Paraguaçu. Em 1526, o casal viajou para a França, num navio de contrabandistas. Na cidade de Saint-Malo, Paraguaçu recebeu o nome cristão de Catarina do Brasil. De volta ao Brasil, foram viver no povoado de Vila Velha, atual subúrbio de Salvador, na Bahia.

Segundo alguns historiadores, incluindo Inês Ribeiro, a carta emitida por Madalena Caramuru dizia: *O abuso que nesta cidade (Salvador) se pratica, separando os tenros filhinhos dos desgraçados escravos gerou na alma de uma herdeira do*

---

[11] Luís Edmundo foi escritor e jornalista brasileiro (1880/1961). Escreveu as seguintes obras: *A Corte no Rio de Janeiro, p. 299, s.d , O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis, em 1932; O Rio de Janeiro do meu tempo, 1938, Olhando para trás, 1934* e outros. O texto citado encontra-se em M. Odila da S. DIAS. *Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX, 1984, p. 26.*

imortal Cáramuru o sentimento de evitar que se pratiquem esses atos de desumanidade.[12] Alguns historiadores contestam, porém, a autoria da carta. (Veja a seguir figura ilustrativa de Catarina do Brasil).



"São raras a conservação dos quadros referentes a personagens brasileiras do séc. XVI. Nessa tela de Edgard de Cerqueira Falcão, Paraguaçu, convertida ao cristianismo e vestida com a indumentária das mulheres brancas, mantém apenas o penacho como identificador de uma mulher da cultura indígena." In: Sousa, Gabril Soares de. Notícia do Brasil. São Paulo, Martins, 1944. Bibl. História Brasileira, vol. II, p. 128.

Fonte: (RIBEIRO, 1997:78).

12 Fonte: "Dicionário Mulheres do Brasil de 1500 até a Atualidade", Coordenação de Schuma Schumaher e Érico Vital Brazil, editora Jorge Zahar Editor. In Site: Mulher Governo (http://www.redegoverno.gov.br/mulhergoverno/)/ (http://www.prossiga.br/bvmulher/cedim/) Biblioteca virtual.

Em homenagem a Madalena Caramuru, os Correios lançaram um selo que simboliza a luta pela alfabetização da mulher no Brasil, em 14 de novembro de 2001. (Vide abaixo, figura ilustrativa).

Ao centro da peça, figura uma jovem com características indígenas, trajando indumentária européia, de modo a simbolizar o processo de miscigenação entre brancos e silvícolas brasileiros, do qual Madalena Caramuru era fruto. Em sua mão direita, aparece uma pena de escrivão, instrumento utilizado para a escrita na época em que a jovem viveu. Ao fundo, espécimes da flora brasileira (mamoeiro, cajueiro e coqueiro) e um manuscrito expressam o cenário do território nacional e a luta pela alfabetização da mulher. Na composição do selo, foi utilizada a técnica de computação gráfica. O artista que projetou o selo foi Ricardo Cristofaro. Seu valor de mercado foi de R$ 0,55, com uma tiragem de 1.500.000 selos e cada folha é composta de 30 selos[13].



Fonte: In Site: Mulher Governo (http://www.redegoverno.gov.br/mulhergoverno/) / (http: // www. prossiga. br/ bvmulher/ cedim/) Biblioteca virtual. In: (http://www.correios.com.br/selos/imagens/arq/5 e 38. ig.

[13] "Dicionário Mulheres do Brasil de 1500 até a Atualidade", coordenação de Schuma Schumaher e Érico Vital Brasil, editora Jorge Zahar Editor. In: Site: Mulher Governo (http://www.redegoverno.gov.br/mulhergoverno/)/(http://www.prossiga.br/bvmulher/cedim/) biblioteca virtual.

RIBEIRO (2000) menciona que, por ironia, a reivindicação para a instrução feminina no Brasil partiu dos indígenas brasileiros. Podemos aqui fazer uma indagação: Por que essa reivindicação partiu dos indígenas e não dos colonos?

LOPES (2000) afirma que na cultura indígena, a mulher exercia o papel de companheira. Diferente da cultura do homem branco. Entre os Tupinambás não deveria haver razão para as diferenças de oportunidades educacionais. Não viam o perigo que pudesse representar o fato de suas mulheres aprenderem a ler e a escrever, como os brancos (colonos) os preveniam. Condenar ao analfabetismo e à ignorância o sexo feminino parecia, para o povo indígena, uma idéia absurda. Isso porque tanto o trabalho do homem, como da mulher indígena era considerado eqüitativo (justo) e socialmente útil. Não havia disputa entre um sexo e outro, pois na origem dos povos primitivos não existia hierarquia, todos os membros tinham direitos e obrigações. Assim as oportunidades de adquirir conhecimentos eram equilibradas. *Todos os cronistas do Brasil quinhentista se admiravam da harmonia conjugal existente entre os indígenas brasileiros.* Anchieta escreve: *Sempre andam juntos.* (HOORNAERT, 1982:376).

Foi por iniciativa dos indígenas que surgiu a primeira reivindicação pela instrução feminina no Brasil. O Padre Manoel da Nóbrega achou essa idéia originalíssima e tentou, por meio de autorizações régias, criar oportunidades de alfabetização para as mulheres brasileiras. A solicitação foi enviada à Rainha D. Catarina. Contudo, a metrópole portuguesa negou a iniciativa, qualificando de "ousado" tal projeto, pelo perigo que isso pudesse representar. *O perigo era a possibilidade da instrução viabilizar um grau de consciência às mulheres, em relação à sua submissão perante o outro sexo.* (RIBEIRO,1997:81).

Até mesmo em Portugal as mulheres eram impossibilitadas de obterem instrução. *Na metrópole não havia escolas para meninas, apenas recolhimentos que visavam o ensino de afazeres domésticos, e a mentalidade era considerar a instrução feminina como algo supérfluo e mesmo perigoso.* (RODRIGUES, 1962:18).

Outra tentativa foi no ano de 1556. O Pe. Luís de Grã escrevia ao Padre Inácio de Loyola explicando a importância da instrução feminina para a sociedade colonial em formação. O objetivo de Grã e outros jesuítas era que: (...) *a educação feminina na colônia poderia vir a colaborar de forma eficiente na obra de catequese e conversão do*

gentio e na formação de famílias (...).[14] (MATTOS,1954:92).

Apesar da insistência dos vários pedidos à metrópole, o projeto foi veementemente negado pelo governo português e dessa forma a instrução permaneceu como privilégio masculino. *Assim, os padres acabaram ministrando em princípio, educação elementar para a população índia e branca (salvo as mulheres) e educação média para os homens da classe dominante* (...). (ROMANELLI, 1980:35).

Dessa forma, ficaram as mulheres analfabetas e consequentemente expostas a enganos de elementos masculinos, que por vezes resultavam em espoliações, roubos de propriedades através de falsificações testamentais ou escrituras. Por não saberem escrever, havia a necessidade de serem representadas pelos homens. Eram eles que assinavam os documentos que indicavam a herança dos bens que possuíam.

Paes Leme conta-nos o caso de D. Isabel pires Monteiro, que do primeiro casamento tivera uma filha e herdara uma fortuna. Casada novamente com João Fernandes de Oliveira, que também tinha um filho, se viu lesada pelo próprio marido. *Fez lavrar uma escritura sem sua mulher ser sabedora, e em cujo nome assinou um clérigo, por ela não saber ler, nem escrever.* (RODRIGUES, 1962:38).[15]

Através dessa escritura a filha de D. Isabel foi espoliada dos bens de seu pai, os quais ficaram pertencendo ao padrasto e consequentemente ao seu filho. Esse exemplo ocorreu com bastante freqüência durante o período colonial, e segundo RIBEIRO (...) *é uma das razões de muitas famílias ditas "nobres" se reduzirem à completa miséria.* (RIBEIRO, 1997:85)

Se por um lado os pais e maridos não permitiam a leitura e a escrita às suas mulheres com receio de perderem o domínio sobre elas, por outro lado, a ausência de instrução foi motivo de transferências de riquezas a aproveitadores de ocasião, que através de uma assinatura indevida extinguiam os bens das mulheres, como o fato mencionado acima por Ribeiro.

---

[14] MATTOS, Luis Alves de. Para ele, a educação feminina na colônia não era apenas um requinte de erudição humanística. Era uma questão muito mais grave; tratava-se nada menos que de lançar sólidos fundamentos para a obra gigantesca da moralização dos costumes da colônia incipiente, dotando-a de famílias genuinamente cristãs. Luis Alves de MATTOS. *Primórdios da educação no Brasil, 1958,p.92.*

[15] MACHADO, Alcântara., revela que em 450 inventários de 1578 a 1700, apenas duas mulheres sabiam ler e escrever. Nos documentos do tempo "se declarava o motivo de ser ato assinado por outrem a pedimento da outorgante: por ser mulher e não saber ler". *Vida e Morte do bandeirante, 1965:101.*

Poucas eram as mulheres que sabiam ler ou escrever. MACHADO (1965) relata que até 1627, somente duas mulheres de São Paulo sabiam assinar o nome. Eram Leonor de Siqueira, viúva de Luiz Pedroso e sogra do Capitão-Mor Pedro Taques de Almeida, e Madalena Holsquor, viúva de Manuel Vandala, de origem flamenga.

As mulheres viviam em uma sociedade em que ao homem pertencia o poder absoluto, e consequentemente, achava-se no direito de abusar desse domínio. Aconteciam situações delicadas até mesmo para as mulheres brancas de elite, como por exemplo o estupro em nome do poder. Sem terem como reagir aos abusos do elemento masculino, muitas não tiveram formas de denunciar tais situações. A instrução nesses casos poderia representar um instrumento de resistência. Teríamos, talvez, maior acesso a registros desse tipo, se as mulheres da época dominassem a escrita, mas essa instrução era até então, restrita ao sexo masculino, e estes, por sua vez, só registravam, é claro, o que era de interesse da classe masculina.

LOPES (2000) relata que Luccock, viajante do século XIX, observou que, além das mulheres não terem acesso à instrução formal, elas ficavam reclusas em suas próprias casas. Lopes referindo-se a este viajante afirma que, *as mulheres raramente saíam de casa e que os padres eram os únicos homens, além do próprio esposo, que lhe podiam fazer companhia.* (LOPES, 2000:83)

Apesar das mulheres, na sua grande maioria, não saberem escrever e isso acarretar conseqüências prejudiciais tanto a nível econômico, quanto moral e psicológico, havia mecanismos estratégicos usados por elas que impediam a reprodução das ideologias que o sistema machista e dominador da colônia veiculava. Superavam as dificuldades decorrentes da ausência da escrita, principalmente, quando queriam fraudar as proibições que existiam com relação aos namoros proibitivos. Era a chamada *linguagem das flores*, como menciona LOPES (2000) e RIBEIRO (1997).

Em ambos os autores encontramos que o flerte entre os sexos ocorria freqüentemente dentro das igrejas, no horário da missa.

> O padre rezava em latim, de costas para os devotos. As mulheres ficavam sentadas ou ajoelhadas (...) no grande salão, e os homens da sociedade colonial sentavam-se nas laterais. Nessa posição, muitas moças flertavam com o sexo masculino e entabulavam ligações afetivas proibidas. (LOPES, 2000:85) e (RIBEIRO,1997:87).

Como essas mulheres eram, na sua maioria, analfabetas, não podiam mandar bilhetes secretos aos seus amores. Criaram, então, outras formas de comunicação. Utilizavam-se da correspondência amorosa das flores, que era uma espécie de código que consistia de interpretação simbólica das diferentes flores, construindo assim, uma expressão codificada.

> (...) quando uma moça se apaixonava por um rapaz indesejado pela família, ela enviava, por meio de sua mucama, uma combinação de rosa vermelha com um ramo de trigo, que significava que ela o amava muito. Ou quando o ser amado a traía, a moça enviava uma camélia com um ramo de alecrim, que poderia significar seu arrependimento e ódio pela traição. Essa linguagem manteve-se como substituta das letras durante décadas. Com o tempo, os jovens namorados envelheceram e tornaram-se pais e a linguagem teve seu código comprometido. (LOPES, 2000:85).

Era um pensamento ou uma ordem transmitida, aos quais podiam fazer ou ligar conseqüências diversas pela adição de inúmeras outras flores ou de simples folhas de certas ervas convencionadas de antemão.

> Pensamentos suaves, cólera, hora do dia, lugar de encontro, tudo se exprimia de maneira mais simples. Mas como a chave dessa correspondência era entregue ao rapaz que devia responder, essa ciência, transmitida assim de geração a geração, tornou-se um objeto de mofa quando os progressos da educação feminina a substituíram pela escrita. (DEBRET, 1975:11, In RIBEIRO, 1997:88).

Isso significa que havia resistência por parte das mulheres, em aceitar as imposições dos maridos ou pais ciumentos, mesmo que às vezes isso implicasse, quando descobertos, em verdadeiros castigos corporais, ficando subjugadas aos maus tratos.

Contudo, desde que tivessem dotes, era possível às mulheres da época colonial escolher uma outra alternativa para se esquivar dos pais e marido indesejáveis: era o ingresso nos conventos. Estes serviam tanto para as filhas que desejavam permanecer na vida contemplativa, como para os pais que as trancafiavam contra a vontade.

Segundo LOPES (2000) os conventos surgiram no Brasil apenas na segunda metade do século XVII e, (...) *normalmente, o ensino da leitura e da escrita era ministrado ao lado da música, do cantochão, do órgão e dos trabalhos domésticos, principalmente o preparo de doces e de flores artificiais.* (RIBEIRO, In LOPES, 2000:87). Menciona RIBEIRO (1997) que, (...) *não havendo um sistema formal de*

educação para as mulheres, esta apenas acontecia no interior dos conventos e recolhimentos. [16] (RIBEIRO, 1997:89).

Lopes e Ribeiro mencionam que o primeiro convento no Brasil foi fundado em 1678, na Bahia, na época o centro cultural do país, e era denominado *Santa Clara do Desterro,* sendo considerado (...) *o mais luxuoso e o mais mundano pelos excessos ali cometidos,* (...) *as celas eram mobiliadas como um salão, as roupas usadas por debaixo dos hábitos eram bordadas, misturadas com prata e ouro* (...). (RIBEIRO, 1997:92).

Nos conventos a pouca religiosidade era explicada por diversas razões:

> Muitas mulheres eram internadas sem nenhuma vocação definida e sempre com idade imatura, oito, dez ou doze anos de idade. Os pais que tivessem gerado muitas filhas trancafiavam a maioria nos conventos, com receio de terem de dividir suas propriedades com os futuros genros. Também era para os conventos que os maridos enviavam as esposas que os traíam, ou as que eles queriam trair, quando não a assassinavam. (...) Não eram somente os maridos, os pais e o governo que usavam o convento como penitenciárias, também os irmãos, que no momento da partilha da herança preferiam não repartir os bens com suas irmãs. Muitas dessas mulheres fugiram da clausura, apesar da vigilância apurada. Outras, entretanto, trataram de administrar a instituição de forma produtiva. Mesmo atreladas ao poder da Igreja, iniciaram uma pedagogia de iniciativa empresarial em moldes bem estruturados. (RIBEIRO In LOPES, 2000:88).

Mais do que educação formal, os conventos foram reflexo daquilo que a sociedade colonial tinha como base fundamental: a questão econômica e a questão do comércio, pois, (...) *os conventos desempenhavam esse papel* [o papel de agência bancária] *em função do acúmulo de dotes e doações que recebiam.* (...) *Assim, o patrimônio das freiras foi aumentando.* (RIBEIRO In LOPES, 2000:88). LOPES relata ainda que, no convento do Desterro, na Bahia, elas se revelaram tão boas gestoras que, além de emprestarem dinheiro aos senhores, compravam, vendiam e arrendavam propriedades. *O convento do Desterro fazia empréstimos e tinha propriedades enquanto pregava a pobreza.*[17] RIBEIRO (1997) menciona que Soeiro em sua pesquisa sobre o

---

[16] Não existe muita clareza nos textos pesquisados sobre o que seria recolhimento e convento. Compreende-se recolhidas como aquelas mulheres que não fizeram votos, mas que vivem vida contemplativa, e o convento habitado por aquelas que vivem em permanente clausura com votos perpétuos de dedicação total a Deus. No entanto, muitos autores empregam os dois termos para uma mesma instituição religiosa.

[17] SOEIRO, Susan., fez um amplo estudo sobre o Convento de Santa Clara do Desterro. Escreveu *A baroque nunnery: the economic and social role of Colonial Convent Santa Clara do Desterro,* entre outros. Indicações da Fundação Carlos Chagas, na pesquisa *Mulher brasileira.* Bibliografia Anotada. São Paulo: FCC, Tomo I, 1980, p.67.

Convento do Desterro revelava a composição social não só deste, mas de outros conventos, determinava uma hierarquia onde o critério de valorização não passava pelas virtudes da caridade. Ao contrário, eram semelhantes aos da sociedade colonial, ou seja, eram as condições econômicas que estabeleciam a posição de cada mulher dentro da instituição:

> As mais ricas eram as freiras de véu preto, seguidas das de véu branco, das educandas que pagavam para estudar, e das servas, que durante muito tempo deveriam ser brancas. Sabe-se que as recolhidas de véu branco eram pessoas de prestígio, mas não prestavam votos e seu dote só chegava à metade das freiras de véu preto. (...) só em 1720 as servas puderam ser negras ou mulatas. (SOEIRO, 1980:67)

Observa-se através desse relato, que o fato de nos conventos aceitarem como servas, as negras e mulatas somente em 1720 reflete o preconceito racial da igreja e seus segmentos para com as mulheres. Pouco se sabe o que se ensinava nesses conventos. Em PEIXOTO podemos encontrar a seguinte referência: *Raras dessas bôas irmãs, que ensinam, sabem ensinar: ainda não cuidam necessária pedagogia* (...) *Ensinam como aprendem, sem aproveitarem a experiência educacional de séculos. Educação é ainda a das maneiras, e, às vezes, a devoção.* (PEIXOTO, 1935:110)

Nesse período o objetivo da leitura era necessário, para que lessem os livros de rezas, tanto que havia essa exigência no Recolhimento de Santa Thereza para as ingressantes: (...) *hão de saber ler e escrever e ao menos rezar também o Officio parvo de Nossa Senhora cada dia.*[18] (RODRIGUES, 1979:49).Exigência essa extraordinária para a época, considerando o número elevado de mulheres analfabetas em São Paulo.

Nesses conventos, como já dito, a educação formal era ministrada de forma que se aprendia a ler, não a ponto de compreender o que se lia, mas como forma de repetir o que estava escrito. O ensino concentrava-se nas mãos dos jesuítas e sendo assim a possibilidade de aprendizagem por parte das freiras, provavelmente decorria dos padres que as ensinavam.

---

[18] Estatutos – Arquivo da Cúria – Doc. Cit. In: Leda M. P. Rodrigues. *A instrução feminina em São Paulo,* 1979. p. 49.

Todavia, enquanto na segunda metade do século XVIII, os conventos na colônia conservavam a estrutura do período de sua criação, em Portugal aconteciam transformações no âmbito escolar metropolitano e colonial que culminaram com as reformas pombalinas. Assim, em 1759, o marquês de Pombal inicia a reforma, expulsando a Companhia de Jesus, visto (...) *ela ser um empecilho na conservação da unidade cristã e da sociedade civil.* (RIBEIRO, 1984:37). Isso porque a Companhia detinha um poder econômico que deveria ser devolvido ao governo, além do fato de educar o cristão a serviço da ordem religiosa e não dos interesses do país. Vale ressaltar que, a reforma pombalina não rompeu com a Igreja, seu intuito era acabar com o monopólio dos jesuítas. As idéias que permearam a reforma, principalmente com relação à educação feminina, bem como a orientação adotada, é relatada em RIBEIRO (1984):

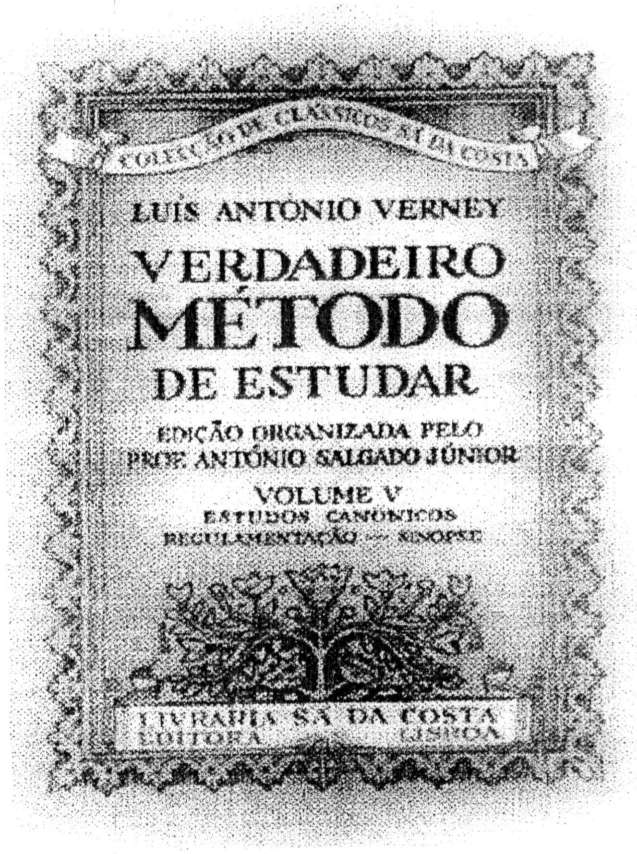
> Do ponto de vista educacional, a orientação foi a de formar o perfeito nobre, agora negociante; simplificar e abreviar os estudos fazendo com que um maior número se interessasse pelos cursos superiores; propiciar o aprimoramento da língua portuguesa; diversificar o conteúdo, incluindo o de natureza científica; torná-los os mais práticos possíveis. (RIBEIRO, 1984:37)

Essas diretrizes foram tiradas do *Verdadeiro Método de Estudar* do português Luíz Antônio Verney. Essa obra revela através do apêndice da décima sexta carta, um estudo sobre a educação das mulheres. Verney, nascido em Lisboa, em 1713, filho de franceses, viveu e morreu na Itália, integrando-se no movimento cultural que na história se conhece por iluminismo[19]. (Vide próxima página, figura ilustrativa da capa do livro de Verney – *Verdadeiro Método de Estudar.*).

Segundo RIBEIRO (1997), o *Verdadeiro Método de Estudar* do autor Verney é composto de dezesseis cartas, escritas a um padre e Verney anuncia o propósito de falar sobre os estudos práticos nas escolas e de apontar o seu próprio método, que considera o único verdadeiro. Relata ainda Ribeiro que (...) *Não há problema de educação e ensino que não apareça aí discutido* (RIBEIRO, 1997:106). Entre os assuntos abordados destacamos a 16ª carta que segundo RIBEIRO (2000):

---

[19] Iluminismo – Filosofia das Luzes. Movimento filosófico do século XVIII que se caracterizava pela confiança no progresso e na razão, pelo desafio à tradição e à autoridade e pelo incentivo à liberdade de pensamento.



"Capa do quinto volume do livro de Verney, publicado em 1746, onde encontramos na décima Sexta carta, o apêndice sobre o estudo das mulheres" em Portugal e suas colônias. In: Verney, Luíz Antônio. *Verdadeiro Método de Estudar*. Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1952. 5 v.

Fonte: (RIBEIRO, 1997:109).

> Discorre sobre os estudos elementares, estudos de gramática, latinidade e retórica. Estudos de filosofia, medicina, direito civil, canônico, teologia e colégio para nobres. Finalmente no apêndice dessa carta, Verney propõe um estudo que trata da educação das mulheres. (RIBEIRO, 1997:108).

Inicia seu apêndice discorrendo sobre educação e equiparação dos sexos, caso as mulheres pudessem ter o mesmo grau de instrução que os homens:

> Pelo que toca a capacidade, é loucura persuadir-se que as mulheres tenham menos que os Homens. Elas não são de outra espécie no que toca a alma, e a diferença do sexo não tem parentesco com a diferença do entendimento. A experiência podia e devia desenganar estes homens. Nós ouvimos todos os dias mulheres discorrerem tão bem como os homens; e achamos nas histórias, mulheres que souberam as Ciências muito melhor do que alguns grandes leitores que nós ambos conhecemos. Se o acharem-se muitas que não são capazes, com mais razão o podíamos dizer de muitos homens. (...) Se às mulheres se aplicassem os estudos tantas quantos os homens, então veríamos quem reinava. (VERNEY, 1952:125).

Apesar de afirmar que a equiparação dos sexos era possível através dos estudos, Verney não acrescenta nada além da própria serventia doméstica como objetivo da

educação feminina. Lopes (2000) afirma que a proposta de Verney previa que além de educar os filhos, que antes era tarefa da mãe-preta, à mulher cabia naquele momento a arte de "prender" o marido em casa.

> Quanto à necessidade, eu acho-a grande que as mulheres estudem. Elas, principalmente as mães de família, são as nossas mestras nos primeiros anos da nossa vida; elas nos ensinam a língua; elas nos dão as primeiras idéias das coisas. E que coisa boa nos hão de ensinar, se elas não sabem o que dizem? Certamente que os prejuízos que nos metem na cabeça na nossa primeira meninice são sumamente prejudiciais em todos os estados da vida; e quer-se um grande estudo e reflexão para se despir deles. Além disso, elas governam a casa, e a direção do econômico fica na esfera da sua jurisdição. E que coisa boa pode fazer uma mulher que não tem alguma idéia da economia? (VERNEY, 1952:125).

Podemos observar que Verney destaca um ponto essencial para a implantação da instrução feminina: a questão econômica. É sobre ela que discorrerá minuciosamente, demonstrando a ausência de habilidade financeira de muitas mulheres em decorrência da falta de conhecimentos sobre o assunto. Enfatiza que é preciso que as mulheres saibam (...) *os preços de todas as coisas necessárias para uma casa e a qualidade delas, como também em que tempo se devem fazer as provisões de casa, o que importa muito para poder poupar.* Diz ainda que a mulher deve também saber (...) *preparar um bom jantar e com a menor despesa, em cada tempo do ano;* (...).(VERNEY, 1952:139). Isto evitará gastos supérfluos e a ruína da família. Para que esta economia seja perfeita, Verney recomenda que uma donzela tenha seu livro de contas e nele (...) *assente a receita e despesa; porque, sem isto, não há casa regulada.* Recomenda ainda que as mulheres tenham (...) *alguma idéia do modo de conservar e aumentar as rendas das suas fazendas.* Verney relata ainda que acontece de muitas senhoras ficarem viúvas e tutoras de seus filhos, ou senhoras absolutas de muitas fazendas e perderem fortunas por falta de instrução: (...) *se não têm alguma idéia e conhecimentos destas coisas, não podem deixar de arruinar os seus bens, ainda que lhes pareça que têm feitores de consciência.* (VERNEY, 1952:140).

Neste ponto podemos perceber um avanço de Verney com relação à educação ministrada anteriormente. Antes, a mulher de elite recebia conhecimentos tanto em casa de seus pais, como nos conventos, apenas para cuidar da administração doméstica, ou seja, o trato com os escravos, os filhos e o marido.

Posteriormente, quando acentuou-se os casos de espoliações, Verney achou importante incluir no seu estudo a necessidade dessas mulheres adquirirem conhecimentos que antes estavam reservados à esfera dos homens. O objetivo porém, continua a ser o da preservação dos bens dentro de uma mesma família não havendo nenhuma preocupação com a verdadeira identidade feminina.

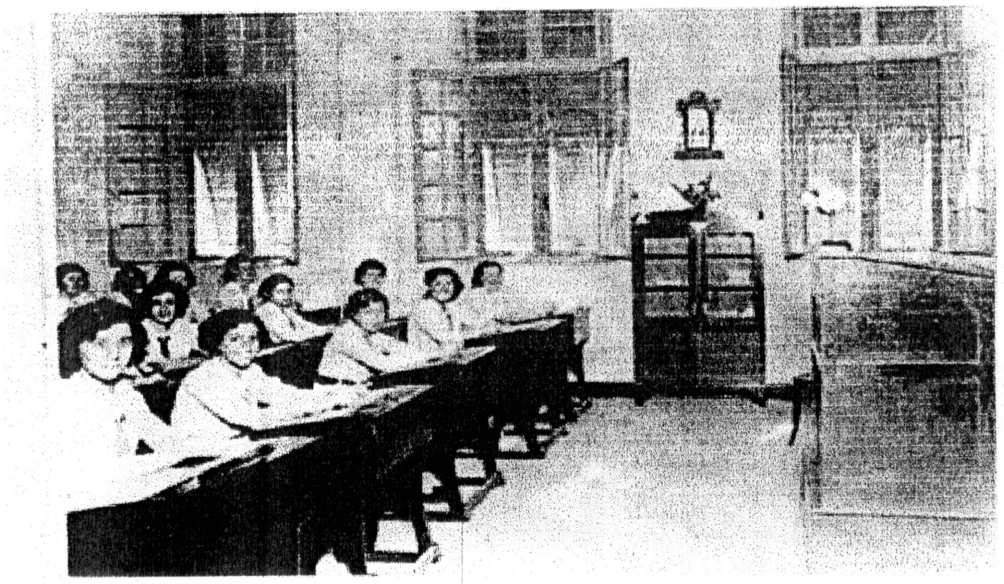
As escritas de Verney tiveram grandes influências na educação ministrada no Brasil. Prova disso, diz respeito aos estatutos do Recolhimento de Nossa Senhora da Glória (destinado às mulheres). *Este e o Seminário Episcopal de Nossa Senhora da Graça (destinado aos homens) tiveram seus estatutos redigidos por D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, em 1798, na cidade de Olinda, em Pernambuco.*[20] Dessa forma no regimento interno do Recolhimento e do Seminário, acima citado, houve a (...) *inclusão de outras ciências como a geografia, astronomia, noções de direito, enfim disciplinas que teriam por finalidade preencher todos os espaços do conhecimento humano.* (...) (RIBEIRO, 1997:119). A autora menciona ainda que (...) *quando a jovem possuísse essa educação universal, passaria a aprender os conhecimentos de sua função dentro da sociedade: trabalhos relativos ao desempenho doméstico* (...). (RIBEIRO, 1997:119).

Observa-se que nesse período houve um avanço no que se refere à educação das mulheres (de elite, é claro). Havia os seminários para o sexo masculino, coordenado por homens, e os conventos para o sexo feminino, administrados pelas freiras e madres. Um exemplo desse avanço foi referente à educação para mulheres em Poá, Rio grande do Sul, na qual foi prevista na Carta Lei, em 1827 o ensinamento das seguintes matérias: leitura, escrita, quatro operações, gramática, moral cristã e prendas da economia doméstica. Entretanto, havia poucos professores, o que acabou prejudicando esta instrução. Em 1848, indicava-se a existência de 1141 alunas na escola, mas 4 apenas apresentaram-se para o exame final. Em 1857, no novo regulamento dizia que na casa de educação de meninas não se admitia alunos, nem poderiam morar pessoas do sexo masculino, com exceção do marido da diretora.

---

[20] Apesar de ser brasileiro, Azeredo Coutinho estudou e viveu por muito tempo em Portugal. Nasceu em 8 de dezembro de 1743, na Vila de São Salvador dos Campos dos Goitacazes, distrito do Rio de Janeiro. Licenciou-se em cânones na Universidade de Coimbra, e na vida do Reino de então, impregnou-se das idéias Iluministas, vindo para o Brasil na década de noventa com o ideal de dedicar-se à educação da mocidade Brasileira. (OLIVEIRA, Betty. *As reformas pombalinas e a educação no Brasil.* p.54).

Visualizando a figura a seguir, podemos constatar que, conforme relatado acima, na citada casa de educação só havia mulheres.



Fonte: www.yahoo.com.br – Lugar de mulher: pequena história da educação feminina em Porto Alegre.

A entrada de mulheres negras e mulatas era permitida somente para fins serviçais no interior dos conventos. RIBEIRO (1997) menciona que (...) *o número de servas aumentou consideravelmente, de modo que em 1779, nas instruções dadas ao Governador Marquês de Valença, diz-se que o número de 75 freiras no Convento do Desterro era muito pouco para 400 escravas que as serviam* (...).(RIBEIRO, 1997:95) Sua permissão nos conventos era estritamente para fins de trabalhos domésticos e para os serviços mais pesados, como por exemplo, plantação e colheita de cereais para manutenção do convento, como podemos observar na figura ilustrativa a seguir:



Fonte: www.yahoo.com.br – Lugar de mulher: pequena história da educação feminina em Porto Alegre.

Nesse ínterim, os governantes do Brasil se depararam com a tarefa de organizar a sociedade de modo que se ajustassem aos novos tempos de industrialização, de expansão do trabalho assalariado, de novas relações econômicas internacionais, assim como aos velhos interesses dos grandes proprietários escravistas, que temiam perder seus privilégios e (...) *buscavam uma forma de manter sua presença no mercado mundial, sem modificar profundamente as relações que sustentavam o Império brasileiro.* (LOPES, 2000:102). Declara ainda LOPES (2000) que os governantes julgavam necessário:

> (...) disciplinar as populações brancas não proprietárias e conter as revoltas de escravos. Era preciso coordenar uma ação visando a formação de um pensamento que permitisse a aceitação da autoridade da Coroa Imperial e o reconhecimento desse grupo de governantes como representante de uma "vontade geral". (LOPES, 2000:102).

A maneira que os governantes brasileiros encontraram para atingir tais objetivos, foi a criação de escolas ditas *normais.* As primeiras experiências com escolas normais no Brasil ocorreram, portanto, num período instável e tenso, que marcou o progressivo desgaste das propostas liberais e a assunção das práticas conservadoras. Segundo o referido autor os dirigentes acreditavam que somente pela instrução se atingiria os estágios mais elevados da civilização. Nesse sentido, discursava na Assembléia Legislativa da província, em 1845, seu vice-presidente da Vila Real da Praia Grande: *A nossa primeira necessidade é a instrução: não a instrução concentrada em poucos,*

senão derramada por todas as classes.[21] (LOPES, 2000:103). Além do propósito de uniformidade dos padrões sociais, com esse "derramamento de instrução" acreditava-se que a instrução poderia ser uma eficiente arma contra a criminalidade. A experiência com as escolas normais inseria-se, segundo alguns dirigentes provinciais (...) *numa espécie de cruzada pelo bem comum da sociedade. Elas formariam aqueles homens a quem caberia, por missão, elevar o nível intelectual e moral da população, unificando padrões culturais e de convivência social.* (LOPES, 2000:104).

Os primeiros decretos de criação de escolas normais no Brasil remontam às décadas de 30 e 40 do século XIX como conseqüência das reformas previstas pelo Ato Adicional de 1834. A partir de então, há uma seqüência de atos de criação dessas escolas em vários pontos do país: *Província de Minas Gerias (1835), Rio de Janeiro (1835), Bahia (1836), São Paulo (1846), dentre os primeiros.* (LOPES, 2000:104).

Após o Ato Adicional de 1834, subiu ao poder na província fluminense o grupo conservador representado pela figura do seu presidente Joaquim José Rodrigues Torres e pelo vice-presidente e cunhado Paulino José Soares de Souza. A Escola Normal de Niterói, pelo seu potencial organizativo e civilizatório, transformava-se numa das principais instituições destinadas a consolidar e expandir a supremacia daqueles que se encontravam no poder. Um exemplo disso pode ser percebido na própria lei da criação da Escola Normal de Niterói. De acordo com esse documento legal percebe-se que para a admissão na escola as exigências recaíam muito mais nas condições morais dos indivíduos do que em sua própria formação intelectual, como fica evidenciado no artigo 4°: *Para ser admitido à matrícula na Escola Normal requer-se: ser cidadão brasileiro, maior de dezoito anos, com boa morigeração*[22]*; e saber ler e escrever.*[23] (LOPES, 2000:106).

Outra questão interessante que o autor supra citado relata é que (...) *os escravos não eram considerados pessoas, mas coisas,* (...) e que os *homens livres e pobres, por não possuírem nada além da sua liberdade e a força do seu trabalho, eram destituídos de direitos como, por exemplo, o do voto.* (...) No caso dos negros, mesmo que

---

[21] "Derramar a instrução por todas as classes" não significa que todas as classes deveriam chegar ao mesmo estágio de "adiantamento", mas apenas, que deveriam ascender, independentemente umas das outras, a estágios mais avançados da civilização. Isso implicaria na uniformidade dos padrões sociais.

[22] "Boa morigeração" relaciona-se à moral, bons costumes e boa educação.

[23] Coleção de Leis, Decretos e Regulamentos. Lei n° 10, de 4.04.1835, art. 4°.

"libertos", eram (...) *proibidos de freqüentar as escolas primárias da província e, da mesma forma, a Escola Normal.* Vê-se que sob a capa do preconceito racial, evidenciava-se a necessidade de uma classe subjugar a outra. Conforme esse autor (...) *Havia um temor constante de que os negros viessem a se organizar, e, certamente, o domínio da leitura e da escrita poderia tornar-se um instrumento poderoso para essa organização.* (LOPES, 2000:108).

Outro exemplo de como funcionavam os mecanismos de exclusão do saber pode ser percebido em relação às mulheres. Na década de 30, quando surgiram as primeiras escolas normais no Brasil, o acesso era somente destinado aos indivíduos do sexo masculino. LOPES (2000) afirma que:

> Somente em 1859 houve a criação de um curso especial para mulheres (que estudariam em dias alternados aos dos homens), no qual as normalistas aprenderiam todas as matérias do curso masculino, com exceção da álgebra, e a geometria se limitaria às noções mais elementares. Por outro lado, seu currículo incluiria os "trabalhos de agulha" e "prendas do exercício doméstico". (...) A nova escola, assim organizada, só começaria a funcionar realmente em 1862. (LOPES, 2000:111)

A escola, sob a direção de José Carlos Alambary Luz, iria passar por enormes mudanças curriculares e programáticas, no período de 1868 a 1876. Uma das mais marcantes e que destacamos é a mudança no sentido programático referente à educação da mulher, objeto deste trabalho.

Nesse período, em vez de funcionar em dias alternados, como menciona o referido autor (...) *os cursos masculino e feminino funcionariam diariamente, apenas em horários diferentes (posteriormente em prédios separados).* (LOPES, 2000:112).

O autor relata ainda que, a instituição do ensino de ginástica e a resistência que causou entre as alunas e suas famílias foi bastante polêmica, o que ocasionou a sua suspensão por muitos anos. Na década de 80 iriam ocorrer outras reformas.

> A novidade do período foi a introdução do ensino misto que causaria escândalo na comunidade. Curioso é que nessa ocasião o número de mulheres já havia, em muito, superado o de homens (movimento que, nessa Escola ocorrerá alo longo das décadas de 60, 70 e 80 do século XIX). (LOPES, 2000:112).

Vale ressaltar que a imprensa feminista teve papel relevante neste cenário de reformas e sua ação contribuiu para criar nas mulheres, o sentimento de liberdade, incutindo-lhes a importância de lutarem por seus direitos, dentre eles a instrução e o direito ao voto. Sob esse aspecto, destacam-se como primeiras publicações feministas, o

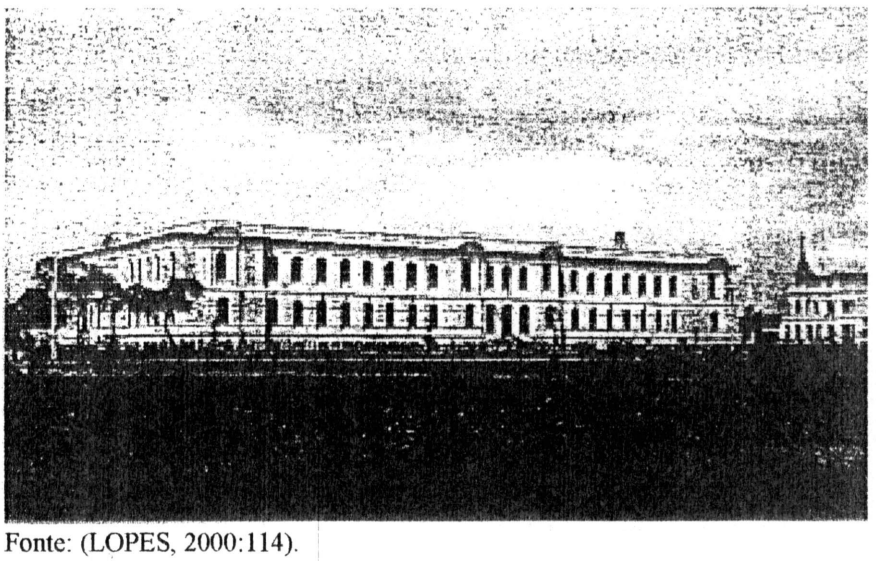
periódico feminino "Mulher de Papel", foi lançado em 1827 e trazia o atributo "Dedicado às senhoras brasileiras."

Em 1832, era editado "A Mulher do Simplício" ou a "Fluminense Exaltada", por Paula Brito, uma negra que havia deixado o "Jornal do Comércio" para montar sua própria empresa de comunicação e que tinha por sua vez o intuito de alertar e incentivar as mulheres para a luta pela igualdade social.

Até o final do século sucederam-se pequenas reformas na Escola Normal que não mudaram em essência o caráter das disciplinas do curso.

Lembra Lopes (2000) que a indefinição e a instabilidade dos governantes provinciais em relação à manutenção das Escolas Normais seriam uma característica do século XIX, pois (...) *nos momentos em que os orçamentos públicos tendiam para outras prioridades, surgiam as investidas contra essas escolas que, em muitas ocasiões e em várias províncias, chegaram mesmo a cerrar suas portas.* (LOPES, 2000:113). Um exemplo de como era a construção arquitetônica da época, é a Escola Normal da Praça, demonstrada na figura ilustrada abaixo.

"Escola Normal da Praça, inaugurada em 1894, mais tarde denominada Caetano de Campos em homenagem àquele que a idealizou e lançou a sua pedra fundamental."



Fonte: (LOPES, 2000:114).

Apesar de algumas escolas como a da Bahia e a de São Paulo preverem, desde a sua criação, uma sessão feminina, (...) *esta nunca foi verdadeiramente criada e não houve uma só mulher cursando esses estabelecimentos nessa primeira fase. O acesso da mulher a tal tipo de formação,* (...) [como vimos no caso da província do Rio de Janeiro], (...) *só ocorreria muito mais tarde.* (LOPES, 2000:114).

Nessa luta em prol da emancipação feminina, muitas mulheres se fizeram presentes e se estabeleceram como marcos definitivos nesse processo histórico. Entre elas podemos destacar Nísia Floresta, que no Rio Grande do Norte defendeu com veemência a instituição da educação para as mulheres, conseguindo criar em 1838 a primeira escola exclusiva para meninas no Rio Grande do Norte, o Colégio Augusto. Na passagem da escravidão para a industrialização, as mulheres continuaram se organizando e foram surgindo os primeiros jornais femininos que estimulavam as brasileiras a lutarem por condições dignas de trabalho, além de outras conquistas.

Se as décadas de 50 e 60 foram marcadas pela indefinição da permanência das escolas abertas e da necessidade, ou não, da instrução para as mulheres numa instituição específica, a década de 70 assistiu a uma revalorização das Escolas Normais. Os governantes incentivavam e ampliavam a demanda por instrução. Desse modo a educação

> (...) passou a ser cada vez mais valorizada por parte de um grupo da elite, que se caracterizava pela defesa da escola pública no momento em que se discutia o voto do alfabetizado e a ampliação da escolarização, forçada pelo problema dos africanos livres e dos "ingênuos" que passava a atormentar as consciências da época. É importante acrescentar também que, a partir desse período, as mulheres passariam a ter uma participação mais efetiva na esfera pública, aumentando a necessidade de instrução e sua conseqüente demanda. (LOPES, 2000:115).

Segundo LOPES (2000) toda essa ampliação no setor educacional, encontraria, ainda no final do século XIX, o seu modelo mais acabado na Escola Normal de São Paulo, sob a gestão de Caetano de Campos, sobretudo a partir da reforma que realizou em 1890. Para Caetano de Campos era necessário (...) *pensar grande e projetar no espaço do futuro aquela que seria uma verdadeira Escola Normal.* (LOPES, 2000:118). Mas não só arquitetônico era o seu projeto.

> (...) a prática pedagógica seria a sua pedra angular, e para tal criou as escolas-modelo. (...) O complexo pedagógico idealizado por Caetano de Campos, e pelo qual lutou, foi inaugurado após a sua morte, em 1894. A Escola Normal da Praça tornou-se um símbolo do magistério não só no estado de São Paulo, mas em todo o Brasil. (LOPES, 2000, 118/119).

O avanço da educação feminina não ficou simplesmente restrito a São Paulo. Na cidade de Poá (RS) foi criado em 1871, o *Ateneu Riograndense,* no qual foi implantada uma escola Normal para ambos os sexos, mas com diferenças de conteúdos: para eles, a

aritmética; para elas, as agulhas. Essas Escolas Normais tinham o objetivo de formar professores (magistério). Num espaço de cinco décadas, uma profissão quase que exclusivamente masculina, tornar-se-ia quase que prioritariamente feminina. Com o passar dos anos aumentou o número de mulheres na Escola Normal, porque era uma possibilidade de emprego, enquanto que para os homens o magistério era um emprego não lucrativo. A formação profissional possibilitada por essas escolas teria papel fundamental na luta das mulheres pelo acesso a um trabalho digno e remunerado. Era necessário essa luta feminina, pois era a mulher quem educava os filhos e, para isto, precisava no mínimo, da instrução.

Neste movimento de luta das mulheres por seus direitos, elas encontraram apoio na imprensa feminina, que tinha por sua vez o intuito de alertar e incentivar as mulheres para a luta pela igualdade social. Podemos constatar isso "nas seguintes reivindicações concretas de "O Sexo Feminino" de 25 de outubro de 1873 e que ajudam a fornecer uma idéia mais precisa dos objetivos desta classe intermediada pela imprensa:

> Queremos a nossa emancipação – a regeneração dos costumes;
> Queremos a educação verdadeira que não se nos tem dado;
> Queremos a instrução para conhecermos nossos direitos;
> Queremos enfim saber o que fazemos, o por quê e pelo quê das coisas;
> Queremos ser companheiras de nossos maridos, e não escravas;
> Só o que não queremos é continuar a viver enganadas. (STEIN, 1984:52).

Através dessa nota à imprensa fica evidente o sentido do enunciado e a força que ele tem nesse movimento em prol de mudanças e na defesa da instrução feminina nas Escolas Normais.

Também nas Escolas Normais do Rio de Janeiro houve grandes mudanças. Segundo LOPES (2000) (...) *Na Assembléia um grupo de deputados se manifestava contrário ao desperdício de verbas para uma instituição desnecessária* [ou seja, verbas para duas instituições: as do sexo feminino e as do sexo masculino] *e a sociedade reagia contra a idéia da co-educação.* (LOPES, 2000:121). Diante das dúvidas e preocupações das famílias e das investidas de alguns jornais da época, o diretor faz um extenso relato explicando como funcionaria o sistema de entrada e saída dos alunos e alunas na escola: (...) *por locais separados, de forma que não se vissem a não ser durante as aulas, mesmo assim vigiados por duas inspetoras atentas.* (LOPES, 2000:122). Segundo o mesmo autor, o diretor dizia que preferia esse sistema ao da

escola de Pernambuco, em que um muro passado pelo meio da sala, à frente do professor, permitia que ele desse sua aula simultaneamente a alunos e alunas, mas não permitindo, entretanto, que esses dois grupos se enxergassem.

Essa mudança de hábito nas Escolas Normais pretendia promover e ajustar a sociedade às novas condições e valores de vida, em função do sistema econômico. Do ponto de vista de SANTOS In LOPES (2000) isso (...) *implicava promover uma mudança de mentalidade no trato das questões educacionais, envolvendo estratégias de impacto na opinião pública. Tais estratégias se ajustavam perfeitamente aos intentos políticos dos governos* (...). (SANTOS In: LOPES, 2000:233).

De acordo com LOPES (2000) a escola feminina acaba não resistindo e só em 1880, quando já a maioria maciça do alunado era do sexo feminino, seriam fundidas as duas escolas. Mesmo assim, como era de costume às famílias ricas, ainda continuou-se o hábito de contratar preceptoras para a educação das filhas dos senhores de elite. Essas mulheres viviam e conviviam nas casas das famílias brasileiras e eram bem remuneradas por esse trabalho. Menciona-nos RITZKAT In LOPES (2000) que (...) *nos livros de história da educação está registrado o papel dessas mulheres, muitas vezes estrangeiras, na formação das crianças* [meninas] *das elites do Brasil.* (RITZKAT In: LOPES, 2000:270). A autora diz que t*al preocupação se revela no anúncio publicado no Jornal do Comércio de 1882:*

> Para completar a educação intellectual e moral de uma menina cuja família reside n'um arrebalde desta côrte, precisa-se de uma senhora respeitável para lecionar línguas, música e desenho; offerece-se todas as commodidades na casa da família da educanda onde terá que residir e vantajoso ordenado.[24] (RITZKAT In: LOPES, 2000:277).

Na revista *Daheim* aparece, em 1882, o seguinte anúncio:

> Uma aristocrática família de São Paulo (cidade saudável e sem malária) no Brasil procura uma educadora com idade de 22 a 30 anos, além da habilidade de dar aulas nas matérias comuns espera-se uma habilidade especial para música. Moradia livre e mais 1.450 marcos de salário fixo (...).(RITZKAT In: LOPES, 2000:278).

Essas aulas eram ministradas apenas às meninas de elite, mas e quanto às mulheres negras, o que lhes era reservado? GONÇALVES In LOPES (2000) relata que

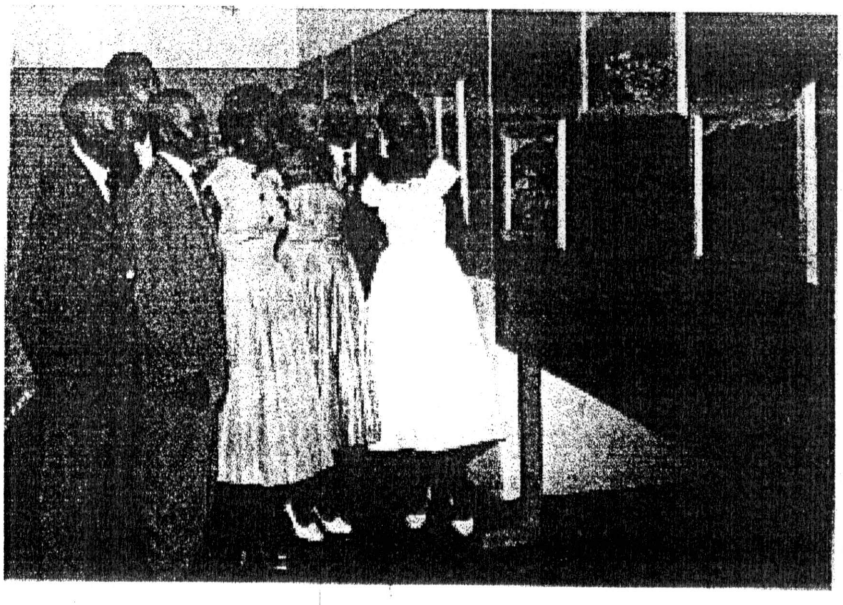
---

[24] Jornal do Commércio, Rio de Janeiro, 12/1/1882.

aos negros e negras era reservado apenas o trabalho pesado e se atinham a servir seus senhores e senhoras. Entretanto, menciona o mesmo autor que: (...) *um grupo* [de negros] *mais ou menos esclarecido entendia que o negro devia ir a campo para se conscientizar e combater com a mesma arma do branco: Cultura e instrução, o que o negro não tinha* (...). (GONÇALVES In LOPES, 2000:337).

Essa busca de instrução por parte do negro se valida pelo fato de ser uma estratégia capaz de equipará-los aos brancos, dando-lhes oportunidades iguais no mercado de trabalho, ascensão social e por conseguinte de integração na sociedade. Desse modo começaram então a formar movimentos para estudos, e os mais entendidos, que tiveram o privilégio de aprender algo nas casas de seus senhores, ensinavam os outros. Assim, a classe até então esquecida, incluindo as mulheres negras, passou a instruir-se, em busca de seus ideais. Passaram então a formar associações, que segundo GONÇALVES In LOPES (2000) *eram entidades beneficentes, ou seja, educação e assistência social caminhavam juntas.* (GONÇALVES In LOPES, 2000:338). O autor supra citado diz que em geral, essas entidades surgiram da iniciativa dos próprios negros, com o objetivo de promover e melhorar a auto-imagem da população negra. Os componentes destas entidades conservaram nomes de personagens abolicionistas ou datas significativas relativas à emancipação da raça negra. Dentre elas, o autor supra citado menciona a *Flor de Maio, em São Carlos; José do Patrocínio, em Rio Claro, etc.*

Ao observarmos a figura abaixo, notamos que as mulheres, mesmo sendo negras, já faziam parte de tais associações.



Visita da diretoria de alguns membros da Associação José do Patrocínio a uma galeria de arte.

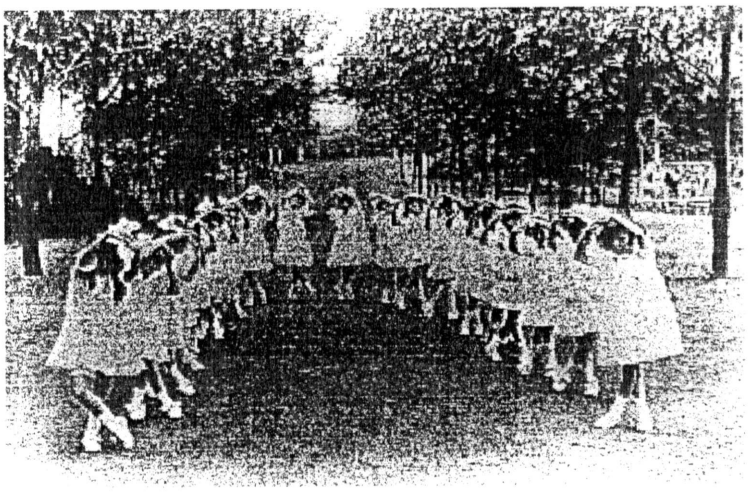
Fonte: (GONÇALVES In LOPES, 2000:338).

Do ponto de vista de GONÇALVES In LOPES (2000) a educação para os negros, no início do século XX, teria de funcionar como técnica social de influenciar comportamentos. Havia ali uma necessidade histórica.

No século XX os movimentos citados fizeram eclodir tumultos também por parte da classe trabalhadora e de baixa renda. Era preciso pôr "ordem" na sociedade. E isso, sob o ponto de vista dos governantes só seria possível através da instrução em todas as camadas sociais. Segundo GONÇALVES In LOPES (2000) surgiu a criação das escolas primárias, sendo pioneira a escola implantada no Rio de Janeiro e direcionada pela Igreja Católica.

A partir de então, passou-se a cultivar nas escolas a educação estética, ou seja, a questão do gosto, do sentimento pelo belo, até então esquecido. VEIGA In LOPES (2000) alerta que (...) *O povo brasileiro era ignorante.* (...) *não tinha plasticidade o suficiente para perceber a necessidade de se adaptar à república* (...). (VEIGA In LOPES, 2000:405). Segundo a mesma autora, essa educação estética referia-se às mais variadas formas de expressão artística como o canto, a dança, a música, a literatura, o teatro, os trabalhos manuais mas, principalmente, às formas de educar para produzir uma emoção estética.

Podemos observar através da figura ilustrativa abaixo que, as mulheres eram maioria na dança, peças teatrais, entre outros.



Harmonia era um dos elementos fundamentais na formação da sensibilidade estética na escola.

Fonte: (VEIGA In LOPES, 2000:418)

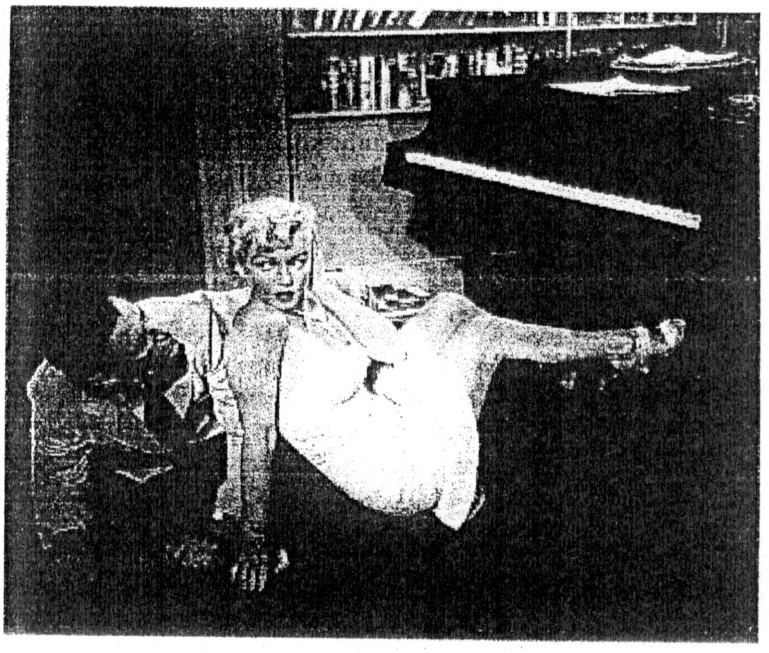
Segundo VEIGA In LOPES (2000) a partir da décadas de 20 esses aspectos de destaque feminino na área instrucional, mais especificamente na educação estética institucionalizada pela nova metodologia escolar, serviram para enaltecer e elevar a mulher, despertando-a para o espírito de prazer e o gosto pelo belo, até então fatores proibitivos para mulheres ditas "decentes". Isso fez com que aumentasse a dignidade feminina, sendo esta colocada como destaque na sociedade.

A mulher passa então, a ter mais valor perante as pessoas e procura se atualizar e adquirir ainda, mais conhecimentos, além de deixar aflorar a sensibilidade e tornar-se mais moderna a partir da educação estética.

A luta da mulher por seus direitos não pára mais. O Movimento Feminista ganha força com a Revolução Industrial. A exploração do trabalho, sobretudo o da mulher e das crianças, leva a uma tomada de consciência e faz a mulher exigir mudanças. Assim, em 1931 a mulher consegue o direito ao voto. Numa primeira fase, o Movimento feminista buscou a emancipação da mulher exigindo direitos civis, admissão à cultura, acesso ao trabalho, direitos no âmbito sexual (pois só aos homens era permitido o prazer) e direito familiar. Segundo QUEIROZ (1990) (...) *Suas exigências são aceitas pelas Nações Unidas, em 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e completados com a Declaração de 1967, denunciando a discriminação da mulher.* (QUEIROZ, 1990:11).

Em 1934 a Assembléia Constituinte assegurava o princípio da igualdade entre os sexos, o direito ao voto feminino, a regulamentação do trabalho feminino e a equiparação salarial entre homens e mulheres. A repressão desencadeada pelo Estado Novo em 1937 provoca um refluxo no movimento feminista que só volta a ganhar intensidade em 1949, no Rio de Janeiro, com a criação da Federação de Mulheres do Brasil.

A ala feminina ganhou adeptos para defendê-las e do palco das simples cadeiras escolares, a mulher, até então proibida de qualquer manifestação pública, passa rapidamente para as telas de cinema e para além delas – às revistas e jornais. E não o fazem só em defesa de seus direitos, mas como libertação para a área trabalhista e sexual. Uma das pioneiras que se destaca em meio a grandes repúdios e protestos até mesmo por muitas mulheres, é a loura sexy e exuberante Marilyn Monroe, atriz de grande sucesso nos anos 50.



Marilyn Monroe era o pecado que morava ao lado no imaginário popular alimentado pelo cinema.

Fonte: LOURO In LOPES, 2000:428).

Afirma LOURO In LOPES (2000) que nas primeiras décadas do século

> Muitos filmes haviam apresentado a mulher como vulnerável economicamente e sexualmente. Representada como objeto erótico, ela era então, dominada pelo olhar masculino. (...) Eram ainda relativamente poucas as mulheres que trabalhavam fora (e as que o faziam atuavam especialmente nos escritórios, como datilógrafas ou guarda-livros); os filmes as representavam, então, como uma novidade social, quase aventureiras. (LOURO In LOPES, 2000:435/436).

Apesar de já terem acesso à instrução escolar, as mulheres estavam se submetendo a esse tipo de exploração e encontravam grandes dificuldades de se encaixarem no mercado de trabalho. Entretanto LOURO In LOPES (2000) menciona que (...) *gradativamente, essa figura vai se tornando menos extraordinária e, durante a guerra, a presença feminina nos escritórios, nas fábricas e nos hospitais passa a ser justificada e aceita. Os filmes vão expressar – e também produzir – essa nova configuração social.* (LOURO In LOPES, 2000:436).

O pós-guerra, no entanto, implica mudanças. O mesmo autor menciona que, *de certo modo, exige uma reação à expansão das mulheres. Parecia indispensável, agora, promover a "volta ao lar" e a recomposição da estrutura familiar tradicional.*

(LOURO In LOPES, 2000:436), de modo que houve uma retroação no que se refere à classe feminina. Elas que haviam adquirido já alguma liberdade, agora em casa, nas ruas e nas escolas, passaram a ser constantemente vigiadas e controladas pelos pais e por inspetoras para que não se "perdessem". Pois como cita LOURO In LOPES (2000):

> A virgindade feminina mantém-se como uma questão central. (...) Era fundamental, portanto, não apenas ser virgem até o casamento, mas principalmente aparentar ser virgem. (...) as vidas das jovens mulheres e garotas giravam ao redor do medo de "ir até o fim" ou, pior, "aparentar ter ido".. (LOURO In LOPES, 2000:437).

Nesse período, os filmes anunciavam nas telas a desigualdade entre as mulheres de cor branca e as de cor negra:

> Paralelamente, a menina negra revela, desde pequena, um olhar e um caráter dissimulados, e expressa em várias cenas a expressão óbvia de seduzir. Ao contrário da jovem branca, seu caminhar é marcado pela ondulação dos quadris, realçados pelos vestidos justos. Efetivamente, se as jovens brancas deviam ser virgens, os filmes reservava às "outras", às mulheres negras e latinas, a marca da sensualidade, e às índias, ou mais especialmente às orientais, os traços de docilidade, submissão e exotismo. (LOURO In LOPES, 2000:440).

Através dessa citação podemos observar que, mesmo estando em pleno século XX, a ideologia que veiculava era de que as mulheres não brancas eram de raça inferior e, portanto sujeitas ao preconceito e à submissão masculina.

Mesmo vivendo sob o teto preconceituoso masculino, as mulheres continuaram a luta em defesa de seus direitos. Dessa forma na década de 50, a mulher marca presença efetiva nos movimentos políticos. Devido ao Golpe de 64 e à repressão militar, só na década de 70 é que se retoma o processo de reorganização dos movimentos feministas no país.

As transformações sociais que marcam os anos 60, especialmente no terreno das relações de gênero, são demonstradas nas telas dos cinema. Desse modo (...) *Mulheres independentes passam a ser apresentadas de forma positiva em alguns filmes: mulheres que vivem por sua própria conta, que sustentam sozinhas seus filhos, e que eventualmente podem expressar sua sexualidade.* (LOURO In LOPES, 2000:441)

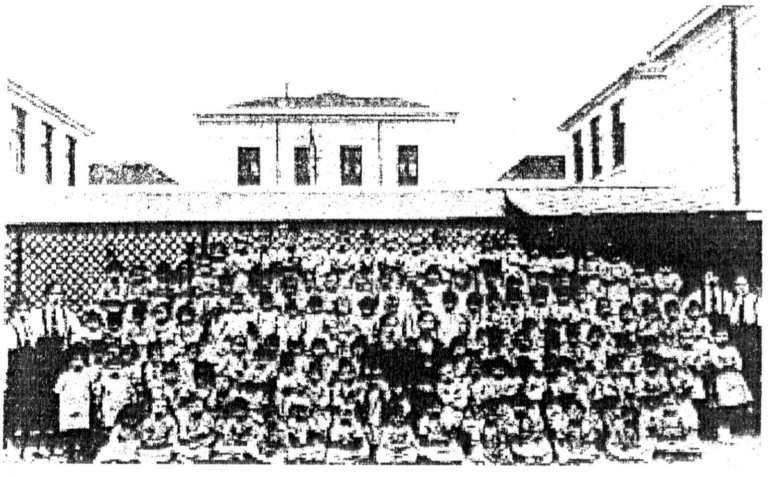
O que as telas de cinema revelavam, a mulher vivia na sua realidade. Buscava o

trabalho fora de casa, muitas vezes tendo que sustentar os filhos sozinha, em virtude do abandono do marido que não aceitava a situação da era modernista.

Com a chegada dessa nova era e o avanço do gênero feminino nos setores sociais e no mercado de trabalho, surgiu um enigma enunciado por CUNHA In LOPES (2000) – Como ficaria a situação da família, pois até então cabia às mães educarem seus filhos sob o lar patriarcal. Sob esse prisma KUHLMANN JR In LOPES (2000) menciona a mesma preocupação ideológica da época:

> Deixemos a mulher no lar doméstico, de que ela é a rainha e o encanto mais poderoso, que ela aí crie os seus filhos, os eduque na religião e na honra e de noite, quando o marido volta fatigado do trabalho do dia, que ela enxugue seu rosto banhado de suor e o console com seu sorriso! Mas, a despeito dos nossos protestos e dos nossos pesares, a cruel necessidade aí está: nas famílias operárias a pobre mãe é muitas vezes obrigada a abandonar seus filhos e a trabalhar fora sob a pena de ver aparecer em sua mansarda o espectro da fome. Ela vai, pois! Mas seus filhinhos? O que lhes sucede? (KUHLMANN JR In LOPES, 2000:472/473).

Para abrigar os tenros filhinhos dessas pobres mães trabalhadoras haviam creches e jardins de infância. KUHLMANN JR In LOPES (2000) afirma que a creche, para os bebês, cumpriria uma função de apoio à família e seria exclusivamente para quando as mães necessitassem trabalhar fora, à época, as mulheres pobres e operárias. Nos jardins de infância ficariam as crianças maiores; não apenas as pobres, mas também as de classe média e alta e mesmo as pertencentes às famílias da Corte, no Rio de Janeiro. Ali encontrariam um lugar propício ao seu desenvolvimento e ao cultivo de bons hábitos.



Algumas escolas infantis foram criadas para atender a filhos de operárias.

Fonte: (KUHLMANN JR In LOPES, 2000:478).

À mulher nesse período era reservada uma missão especial. Em sua comunicação ao Congresso Antônio Epaminondas de Oliveira afirma que (...) *A Missão Social do Médico e da Mulher no Brasil – , é um elemento de destaque nesse processo.* (...) *Na Sociedade Protetora das Crianças, a presidência deveria ser exercida por uma mulher.* (KUHLMANN JR In LOPES, 2000:478).

Vemos aí a grande importância que passou a se atribuir à mulher, graças à sua meiguice, amor e competência já reconhecidas por pessoas cultas da sociedade. O autor supra citado diz que (...) *A mulher era auxiliar dos médicos, dos políticos, dos juristas e da religião católica, espírita ou protestante.* (KUHLMANN JR In LOPES, 2000:478).

As mulheres dão um grande passo e conseguem fazer com que a ONU decrete 1975 como Ano Internacional da Mulher, o que revigorou o movimento feminista. Os anos 80 serviram para que os estudos sobre a condição da mulher fossem aprofundados, ocasião em que começaram a surgir os conceitos e a teoria de gênero.

Em 1993, a ONU realiza em Viena a Conferência Mundial dos Direitos Humanos, que reconhece oficialmente todos os direitos da mulher como direitos humanos. A Conferência recomendou que toda mulher tenha direito à vida; não seja submetida a tortura nem a tratamento cruel, desumano ou degradante; tenha igualdade na família, tenha acesso às condições de empregos justos e favoráveis, entre outros. Além disso, estabeleceu que compete ao Estado o dever de zelar para que as leis contra a violência e maus tratos familiares, o estupro, os abusos sexuais e outros tipos de violência contra a mulheres, sejam cumpridas.

A luta da mulher não pára. Ela busca instruir-se cada vez mais para conquistar melhores espaços no âmbito familiar e social. É a partir de resistências, derrotas e conquistas que se compõe a História da Mulher. O gênero se coloca como um movimento vivo, cujas lutas e estratégias estão em permanente processo de re-criação. Na busca da superação das relações hierárquicas entre homens e mulheres, alinham-se outros movimentos que lutam contra as diferentes formas de discriminação.

Têm-se consciência que ao mesmo tempo que a mulher se moderniza e busca plena libertação, persistem antigas formas de dominação e submissão: a miséria, o analfabetismo feminino (seja para trabalhar, seja por falta de condições econômicas e até mesmo por falta de companheirismo de muitos maridos), a prostituição, a desigualdade salarial (não tão grande quanto em décadas anteriores, mas ainda notável em mesmas funções), o poder dominador do homem submetendo a mulher ao seu

despotismo. QUEIROZ (1990) diz que a sociedade ainda é muito machista em relação à mulher: *Ela é vista ainda, muitas vezes, como um ser que não tem opinião própria, não tem condições de decidir por si mesma. Suas atitudes e decisões devem ser legitimadas pelo homem.* (QUEIROZ, 1990:45). Tal autor vai mais além no que diz respeito às atitudes masculinas:

> Em muitos lares prevalece ainda a supremacia do homem, chamada "machismo". O homem é o chefe da casa e tem mais direitos que a mulher. Introduz o filho adolescente na atividade sexual para provar sua Masculinidade e exige que sua filha guarde a virgindade até o casamento. Tem as suas "aventuras" enquanto espera da esposa fidelidade absoluta. Ele a aprisiona em esquemas impositivos, nos quais o poder marital se torna valor absoluto, levando-a a submeter-se à sua autoridade. A mulher é transformada em serva, reduzida, muitas vezes, à pura dimensão biológica. Esta estrutura de supremacia do homem faz com que o mundo da mulher, em todas as classes sociais e várias culturas, se reduza à maternidade, ao casamento e ao lar. (QUEIROZ, 1990:20)

Essa ideologia ainda persiste até mesmo em mulheres da atualidade, que criam seus filhos de formas diferenciadas: o menino é criado para "ganhar" o mundo, "alçar vôo" e ser estudado, enquanto às filhas ensina-as a serem boas donas de casa e preparam-nas, psicologicamente e domesticamente, para o casamento, tal qual antigamente, para serem submissas e obedecerem a seus maridos.

Para a libertação da mulher, é necessário que, na luta em comunidade, ela encontre sua identidade, sua autonomia e o sentido da sua liberdade, não vivendo apenas à sombra da supremacia masculina. Para atingir isto não bastam pequenas mudanças. Faz-se mister a superação da ideologia de um sistema patriarcal de séculos anteriores, muitas vezes, vigentes em nossa sociedade. É preciso a conscientização das massas, tanto feminina quanto masculina, em que ambos os gêneros geram uma nova convivência de igualdade e solidariedade, na qual não existe discriminação, pois como diz D. Helder Câmara, Bispo por 40 anos no Rio de Janeiro, In QUEIROZ (1990) em homenagem ao Dia Internacional da Mulher:

> Não é o homem superior à mulher, nem a mulher superior ao homem. Mas também não é certo dizer que ambos são iguais em tudo. A realidade é maior e mais bonita: A mulher possui qualidades especificamente femininas, que, se os homens somassem suas qualidades às delas e não as tratassem com indiferença, conseguiriam resultados maiores, mais expressivos e mais ricos que os que poderiam alcançar, quando cada um dos sexos trabalha separadamente. (D. HELDER CÂMARA In AGUIRRE, 1999:06).

Este belíssimo pronunciamento de D. Helder Câmara, coaduna com o que disse VERNEY (1952): (...) *Se às mulheres se aplicassem os estudos tantas quantos os homens, então veríamos quem reinava.* (VERNEY, 1952:125).

Do ponto de vista de DUMAIS (1993) (...) *Não basta declarar que os seres humanos têm direitos para que usufruam deles no dia a dia. A aplicação destes direitos, que pressupõe alterações importantes ao nível da mentalidade, legislações de apoio e de defesa, é muitas vezes morosa e nem sempre se realiza.* (DUMAIS, 1993:11). É realmente isso o que está ainda evidente em nossa sociedade, até mesmo porque, muitas das nossas mulheres ainda vivem subjugadas à base familiar patriarcal e em suas mentes vigora tal ideologia. Como Menciona DUMAIS (1993) (...) *A maior parte das mulheres ainda estão num estado de sujeição social e cultural, embora, em alguns aspectos, muitas delas pareçam livres e emancipadas.* . (DUMAIS, 1993:11).

Para as mulheres, a necessidade de terem os direitos que lhes pertencem, impõe-se na continuidade de uma longa luta histórica, que aconteceu e que ainda está por vir. A situação nos mostra que apesar dessa luta ter começado no Brasil a mais de cinco séculos, a mulher tem que continuar a lutar para conservar os direitos tão dificilmente adquiridos. Essa luta, não diz respeito somente aos direitos atribuídos à mulher, mas como dizia Pio XII ainda em 1945 (...) *Deve concorrer com o homem para o bem da cidade no centro da qual a mulher é, em dignidade, igual ao homem. Tanto um como o outro têm o direito e o dever de cooperar para o bem da sociedade e da pátria.* (DUMAIS, 1993:43). Para que isso fosse cumprido, a Constituição da República Portuguesa de 2 de Abril de 1976 representa um passo fundamental na consagração da igualdade de direitos entre mulheres e homens. O seu art. 13º consagra o princípio da igualdade:

> Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei. Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação econômica ou condição social. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA, ART. 13°. Fonte: www. yahoo.com.br)

Na nossa história tivemos mulheres fortes e revolucionárias que deixaram suas marcas, lutando em prol da igualdade social. Entretanto, a emancipação da mulher ainda requer muita luta, apesar de todas as grandes conquistas já conseguidas, pois a realidade ainda está longe de alcançar um índice de equilíbrio e dignidade entre os gêneros.

ALGUMAS MULHERES E SUAS HISTÓRIAS

Para que esta análise fosse feita propomo-nos a nos restringir ao tema do projeto – Educação: direito da mulher?, que buscou fazer uma retrospectiva de como se deu ou não, o processo da alfabetização feminina no Brasil e isso só poderia ter sido feito a partir do período colonial, perpassando por essa aquisição até os dias atuais.

Ao longo da história da humanidade a mulher sempre foi vista com inferioridade, por ela ser tida como frágil e sensível, e sempre foi tratada como alguém que não tinha vontade própria. Este problema atingiu todos os âmbitos da vida da mulher incluindo-se aí o direito à educação escolar. Contudo, esses fatos vêm sendo modificados, aos poucos, na concepção que a sociedade tem a respeito da mulher. Esses fatos constituem a história da mulher, a nossa história. E é para contar essas histórias que fomos em busca de mulheres do Grupo Reviver – Clube da 3ª Idade de Pontes e Lacerda – MT. Esse Grupo é composto por mulheres de duas classes sociais, algumas de classe sócio-econômica privilegiada, e a maioria das mulheres é pertencente à classe não privilegiada, ou seja, de baixa renda. Dentro do grupo entrevistado, optamos por selecionar os depoimentos de doze mulheres, por considerarmos interessantes aos propósitos desse trabalho.

Desse modo como o nosso quadro teórico foi composto de uma seqüência de fatos históricos ao longo do tempo, também nesta análise optamos por seguir a mesma evolução temporal, ao enunciar os depoimentos a partir da senhorinha mais idosa de noventa anos, perpassando por depoimentos de mulheres de variadas idades, obedecendo a ordem cronológica decrescente.

Assim como os antepassados tiveram suas histórias registradas, também mulheres de nossa atualidade terão aqui neste Ensaio Monográfico, o registro de suas experiências, angústias, tristezas, alegrias, frustrações e sonhos, que são verdadeiras histórias de vida, registradas ao longo de nossa história brasileira.

É para conhecer uma destas histórias, que entrevistamos a Senhora Albertina Barçanelle Damazio da Rocha, nascida e registrada na Espanha no dia 30/08/1912. Dona Albertina relata que tinha apenas um ano de idade quando seus pais fugiram da

guerra na Espanha para o Brasil, só podendo ingressar no navio com a condição de trabalhar na limpeza do porão do mesmo. Chegando ao Brasil, os pais registraram-na como nascida em Lajes (SC) aos dias 30/08/1914, para evitar o pagamento da multa por atraso de registro. Hoje com noventa anos e deficiente visual, cega de ambos os olhos, reside à Av. Central, em frente ao antigo casarão do Mal. Rondon na Vila Guaporé.

Ela relata-nos que sua mãe estudou na Espanha, *porque lá o governo obrigava todo mundo estudar, né.* Mas ela mesma aprendeu a escrever apenas o nome e já contava com dez anos de idade quando isso aconteceu. O pai não a colocou mais cedo para estudar porque vieram ao Brasil em busca de melhores condições de trabalho e moravam em uma colônia que era longe da cidade e lá não havia escola, além de ter que ajudar nos trabalhos da casa e na roça em razão da situação econômica ser precária. D. Albertina, numa lucidez incomparável, diz acreditar que — *se a situação econômica fosse boa, os pais a deixariam estudar, porque vieram de um local que isso era obrigatório e a mentalidade deles era futurista.* Mas ao mesmo tempo que afirma tal idéia, já a contradiz dizendo que — *talvez eles tivessem deixado né, porque logo já estavam pensando igual aos brasileiros,* pois tanto ela quanto seus três irmãos (dois homens e uma mulher) tiveram pouco estudo, porque as meninas, juntamente com a mãe, tinham que cuidar da casa e os meninos, juntamente com o pai, tinham que trabalhar na roça para colaborar nas despesas familiares.

Em seu depoimento, D. Albertina faz questão de mencionar que a mãe ensinava aos filhos e às filhas, à noite, a escreverem algumas coisas, a fazerem contas e lhes mostrava o valor de cada réis e que o pai dizia que mesmo que a mulher não tivesse muita leitura, era preciso que ela soubesse fazer contas de cabeça, deveria aprender com a mãe as receitas das iguarias boas e econômicas, para bem governar uma casa. Estes dados nos lembra VERNEY (1952), quando enfatiza que é preciso que as mulheres saibam (...) *os preços de todas as coisas necessárias para uma casa e a qualidade delas, como também em que tempo se devem fazer as provisões de casa, o que importa muito para poder poupar.* Diz ainda que a mulher deve também saber (...) *preparar um bom jantar e com a menor despesa, em cada tempo do ano;* (...).(VERNEY, 1952:139). Os ensinamentos dos pais de D. Albertina coadunam com os dizeres de VERNEY (1952), visto que são para evitar gastos supérfluos e a ruína da família. Para que esta economia seja perfeita, Verney recomenda que uma donzela tenha seu livro de contas e nele (...) *assente a receita e despesa; porque, sem isto, não há casa regulada.* Valendo-

se desses preceitos, D. Albertina cresceu, casou aos 22 anos e teve 09 filhos (07 homens e 02 mulheres). Ela menciona que — *as meninas estudaram menos que os meninos, porque logo casaram e foram cuidar das lides*[25] *de casa, como era de costume na época. Só a caçula* [a filha Eva] *é que estudou até a 5ª série. Parou também para casar.* Eva, a filha mais nova de D. Albertina, casou e teve 04 filhos. Ficou viúva e responsável pelos filhos ainda bem pequenos. Diz que criou-os com muita dificuldade e que "penou muito". Dentre os filhos, há a filha Keila, que tal qual a mãe, também só estudou até a 5ª série, que segundo Eva, — *Keila teve que parar com os estudos para cuidar dos irmãos menores enquanto eu trabalhava de empregada em casas de família, para sustentar a casa.*

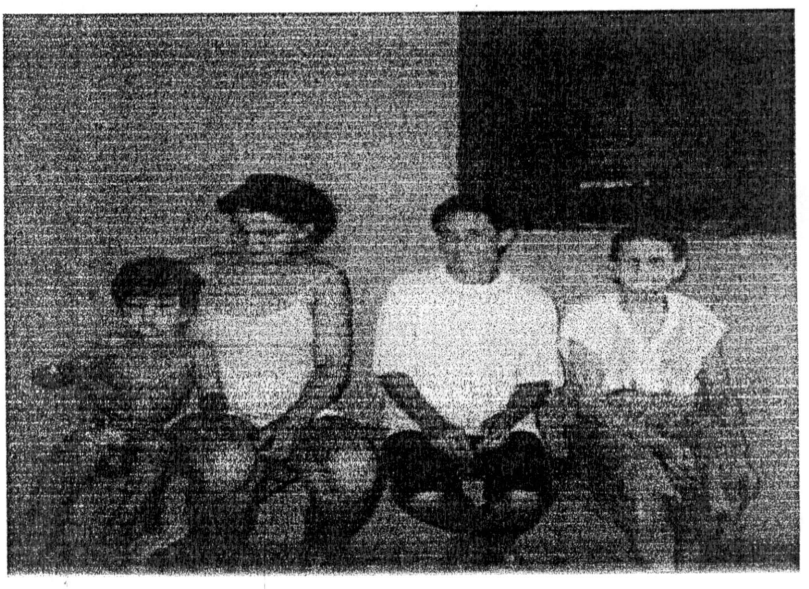
Eva, 40 anos, acredita que se tivesse tido mais estudo, sua vida poderia ter sido diferente, menos penosa, ao contrário de dona Albertina, 90 anos, pois ela relata que mesmo que ela tivesse mais estudo, — *teria casado, cuidado da casa e dos filhos do mesmo jeito, porque era o costume da época, era como os pais criavam as filhas.*

Sob o ponto de vista de D. Albertina, o estudo não faria diferença em sua vida. Deixamos aqui um questionamento: Não estaria esse posicionamento ligado à questão social? Estando D. Albertina em outra camada social, ela pensaria diferente?

Keila, já mais jovem e com pensamentos modernos parece revoltada, e diz que jamais criará seus filhos e filhas diferentes. — *Os pais não podem criar seus filhos diferentes só porque são do sexo masculino ou feminino. Não pode haver diferença de educação entre os filhos.* Esse depoimento assemelha-se ao que nos diz VERNEY (1952), (...) *Pelo que toca a capacidade, é loucura persuadir-se que as mulheres tenham menos que os Homens. Elas não são de outra espécie no que toca a alma, e a diferença do sexo não tem parentesco com a diferença do entendimento.* (VERNEY, 1952:125).

D. Albertina fecha seu depoimento dizendo que: — *O estudo ajuda a ter um ofício melhor, emprego para ganhar mais. Você vê, hoje se não tiver estudo e não saber lição de computador, não pega nem emprego. Por isso eu digo: todos tem que estudar. Eu mesma queria voltar a estudar, mas sou cega né, se tivesse aqui aquele estudo para cegos eu acho que eu ia.*

D. Albertina, 90 anos, brasileira por natureza é um exemplo de força de vontade. Sua imagem fotográfica, a seguir, é prova disso.



Da direita para a esquerda, D. Albertina, a filha Eva, a neta Keila e a bisneta Mariana. Quatro gerações, um só ideal – ter um Brasil melhor para as novas gerações.

Outra colaboradora para este trabalho foi Dona Etelvina de Souza Castro, oitenta anos, nascida aos dias 15/04/1922 na cidade de Pirajuba (MG). Hoje possui uma fazenda denominada Estiva Velha , na região da Primavera.

Ela relata-nos que seus pais eram senhores de grandes posses, tinham, portanto, boa condição financeira. D. Etelvina nasceu na fazenda do pai e teve 09 irmãos (05 mulheres e 04 homens), todos estudaram na fazenda. O pai, juntamente com outros fazendeiros, fizeram uma escola e pagavam ao professor para ministrar as aulas na própria fazenda. Ela menciona que — *Todos iam à escola. Não tínhamos outros afazeres, senão o compromisso com o estudo. Os filhos dos vizinhos também estudavam nessa mesma escola. Era interessante, as mesinhas eram de madeira e nós sentávamos sempre de dois em dois. Mas a professora não deixava a gente conversar, nem sentava nas mesinhas um menino e uma menina. Era sempre 02 meninos ou 02 meninas. Estudei lá até a 4ª série.*

Essa ideologia de igualdade de instrução mencionada por D. Etelvina é oposta à de Ribeiro (2000) : *a educação feminina ficou geralmente restrita aos cuidados com a casa, o marido e os filhos. A instrução era reservada aos filhos/homens dos colonos* (...) (RIBEIRO, In LOPES, 2000:79). Mediante essa oposição de idéias, podemos observar que, a época é outra e que tanto as alunas quanto os alunos que lá estudavam, eram filhos de fazendeiros de situação econômica privilegiada, não precisando portanto, que os mesmos fossem ao campo de trabalho.

Retomando o depoimento, D. Etelvina relata que estudou na fazenda até a 4ª série. — *Depois com dezessete anos casei-me e tive 05 filhos, (02 mulheres e 03 homens). As minhas filhas estudaram mais que os meninos, porque logo que cresceram, eles não quiseram mais saber de estudo e passaram a acompanhar o pai no gerenciamento das fazendas. Agora as meninas estudaram até quando tinha estudo na fazenda, depois nós pagávamos um pensionato na cidade para que elas continuassem seus estudos.* D. Etelvina relembra que os pais pagavam muito caro nas mensalidades do pensionato e do colégio, mas ficavam tranqüilos colocando as filhas lá, porque eram gerenciados por madres ou senhoras de muito boa reputação social.

Dona Etelvina nos relata que: *Nesse pensionato haviam mulheres que as levavam e as buscavam no colégio, sendo responsáveis pela educação moral e a integridade das meninas, e tinha também as mucamas, que cuidavam dos serviços gerais da casa. Quando iam ao colégio, também elas eram vigiadas pelas inspetoras de confiança da direção do colégio.* Esse comentário reporta-nos à época mencionada por RIBEIRO In LOPES (2000), pois esse pensionato citado por D. Etelvina, parece assemelhar-se aos conventos, época que se colocava as filhas nos conventos e lá eram vigiadas constantemente. (...) *os conventos desempenhavam esse papel* [o papel de agência bancária] *em função do acúmulo de dotes e doações que recebiam.* (RIBEIRO In LOPES, 2000:88). Reporta-nos também ao período que se contratava preceptoras, pagando-as muito bem, para completar a educação moral das educandas. (...) *nos livros de história da educação está registrado o papel dessas mulheres, muitas vezes estrangeiras, na formação das crianças* [meninas] *das elites do Brasil.* (RITZKAT In: LOPES, 2000:270). Segundo D. Etelvina, essas mulheres eram muito bem pagas e moravam no próprio pensionato das educandas, tal qual menciona RITZKAT In LOPES (2000): *Para completar a educação intellectual e moral de uma menina cuja família reside n'um arrebalde desta côrte, precisa-se de uma senhora respeitável para lecionar línguas, música e desenho; offerece-se todas as commodidades na casa da família da educanda onde terá que residir e vantajoso ordenado.* [25](RITZKAT In: LOPES, 2000:277).

---

[25] Jornal do Commércio, Rio de Janeiro, 12/1/1882.

D. Etelvina diz ter sofrido muito a falta das filhas, mas se alegra por poder ter dado essa oportunidade de estudar a elas e acredita que se ela tivesse tido esse tipo de chance na vida, ela poderia ter ajudado muito mais as pessoas ao seu redor. Acrescenta ainda mais: — *Acho que se o Brasil fosse governado por mulheres, seria muito melhor, porque somos mais humanas, mais honestas e futuristas, não deixaríamos nossos semelhantes à mercê desses crápulas que governam nosso país.*

Um exemplo de vigor e simplicidade é a Dona Benina Assunção da Cunha, que nasceu aos dias 13/02/1925, na cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade. Hoje com 77 anos, reside à Av. Mato Grosso, n° 507 em Pontes e Lacerda – MT.

Dona Benina, sem acanhamento e com muita naturalidade conta-nos que moravam em Vila Bela quando, apareceu por lá um moço ainda bem novo, chamado Tenente José de Sabe (Turco). Ela relembra que o tenente achou-a uma negrinha lampeira e engraçadinha demais e pediu-a ao pai, Sr. Vitorino de Assunção. Ela acredita que o pai não fez questão de não dá-la ao Tenente, em razão do que ouvia os homens comentarem: que os pais (homens) sentiam desgosto quando nascia uma guria, porque ajudava pouco e não era de futuro. — *Eu tava na época dentro dos seis anos de idade. Meu pai me deu para o Tenente com o sentido de me fazer estudar. Enton o Tenente me levou para morar em Cáceres. Ele e Dona Fébia, esposa do Tenente, gostavam muito de mim. Eles me colocaram na escola e eu aprendi a ler e escrever, non que eu sei muito, mas na época dava para o gasto. Só que eu aprendi mais que minhas ermãs que ficaram em casa de meu pai. As minhas ermãs não lê nada, porque os pais não importava que as filhas estudassem. Era só os filhos homes é que precisava de estudo, as filhas mulheres tinham que aprender a coser, a lavar e fazer tudo o que precisasse para o bom andamento de uma casa.*

Diante desse comentário podemos reportar-nos a MACHADO (1965) que menciona que o governo metropolitano, nos termos relativos aos deveres dos tutores disposta na Ord. 1.88 – 15 e 16 incutia o papel reservado a cada sexo, e como aqueles deviam educar as crianças de ambos os sexos. Assim, eles assumiam o compromisso de: *Ensinar os machos a ler e escrever e contar, e as fêmeas a coser, a lavar e fazer renda e todos os misteres que as mulheres por suas mãos usam, e a todos os bons costumes.* (MACHADO, 1965:100). Essa lei citada acima está inclusa no sistema patriarcal, sistema este em vigor vivido pela família de D. Benina e muitas outras daquele

período.

D. Benina diz que foi criada sob esse sistema, mas que teve uma grande chance na vida de aprender muita coisa diferente e até ler. — *Só non aprendi mais porque o Tenente José de Sabe e D. Fébia viviam mudando de cidade por causa de sua profissão. De Cáceres nós mudamos para Corumbá, nós fomos de trulha* [lancha], *de Corumbá nós fomos para Campo Grande, mas eu non tenho nada que reclamar deles non, porque eu vivi e comi igualzinho as filhas do tenente. Eu gostava de cuidar delas e fazer as suas papinhas e botar a mesa para esperar o Tenente pro armoço. Eu era a mais velha das filhas do Tenente e ele me queria muito bem.* D. Benina conta-nos muitas peripécias feitas na casa do Tenente e relembra que a princípio D. Fébia não gostava dela e ouvia ela comentar com amigas que tinha vontade de bater muito naquela negrinha, mas que depois ficaram muito amigas. — *Porque eu fazia tudo o que as filhas dela pediam, as crianças gostavam muito de mim e eu era muito humilde e educadinha.* Dona Benina relembra que quando fez quinze anos de idade apareceu um negro na porta do Tenente e ela não quis receber porque tinha medo de seqüestrador. Ao anunciá-lo à mãe, D. Fébia, a mesma disse que o deixasse lá fora à espera do Tenente. Ao chegar, o Tenente relatou que aquele homem sentado nos degraus da escada lá fora era o Sr. Vitorino de Assunção, o pai biológico de D. Benina. Ela relembra que ficou chateada pelo ocorrido, mas não havia reconhecido o pai. Ela relata-nos que depois de longa conversa, o pai disse que tinha ido buscá-la *porque sua mãe estava doente de morte* e queria vê-la antes de morrer.

Dona Benina recorda que sua mãe, D. Fébia, não queria deixá-la partir, mas que o Tenente interviu alegando a necessidade. D. Fébia consentiu a ida mas com a condição de retornar tão logo se resolvesse o problema. — *Ela non deixou eu levar minhas roupas de passeio, porque disse que eu teria que voltar. Coitada ficou em pranto.* D. Benina voltou para a casa de seus pais biológicos e casou aos 17 anos. Teve 16 filhos, mas vivos só ficaram 10 (05 homens e 05 mulheres), porque os outros seis morreram no parto. Ela relata-nos que nunca voltou aos estudos porque *cuidava das lides da casa e da fiarada e também porque o sistema da época era esse, a mulher cuidava do seu ofício e o homem cuidava de todo o resto.* Tomando por base esse depoimento e essa ideologia tão fortemente arraigada na mentalidade das pessoas, podemos até entender esses fatos, pois é preciso considerar que existia uma supremacia masculina decorrente da própria estrutura patriarcal, em que (...) *ao homem era*

reservado o papel de comando, direção, condução e à mulher o de ser dirigida, comandada, subalterna. (RIBEIRO, 1997:30).

D. Benina diz ter sido, por um período, criada diferente de suas irmãs, quando na casa do Tenente, mas ao retornar à casa paterna, (os pais biológicos) ela diz que tudo voltou ao normal, como era antes e como foi também com suas irmãs.

Valendo-nos desse relato, podemos observar que para D. Benina, o que ela viveu lá fora, foi um caso excepcional, fora da rotina. O normal para ela, foi ser criada como mandava o sistema patriarcal vigente e tão bem arraigado em sua mente.

Ela relata que só não concordava com a maneira como o marido a tratava: — *Ele non me deixava sair de casa, nem conversar com ninguém, que já achava que tava mandano recado prá otros home. Ele dizia que eu tinha pego ares de guria de cidade e isso era errado, eu tinha que cuidar bem quietinha das coisa de casa.*

Esse desabafo angustiado nos remete a FREYRE (1975):

> À menina, a esta negou-se tudo que de leve parecesse independência. Até levantar a voz na presença dos mais velhos. Tinha-se horror e castigava-se a beliscão a menina respondona ou saliente; adoravam-se as acanhadas; de ar humilde (...) As meninas criadas em ambiente rigorosamente patriarcal, estas viveram sob a mais dura tirania dos pais – depois substituída pela tirania dos maridos. (FREYRE, 1975:421).

Os dados acima nos mostram que a educação interferiu na postura de D. Benina diante da vida. Por Ter estudado e por conviver num ambiente economicamente favorável ela se mostrava "petulante", conforme dizeres do marido. De nossa parte entendemos que a educação a fez valorizar-se e desenvolveu seu senso de independência que tanto incomodava o sistema da época.

Segundo D. Benina, foi daquela forma que ela viveu, antes, na casa paterna, subjugada aos mandos e desmandos dos pais, que depois, ainda pior, foi substituída pelo marido. Ela relembra que quase não podia guardar a quarentena dos partos e que a tirania do marido é lembrada com um ditado popular: *Mulher tinha que esquentar a barriga no fogão e esfriar no tanque".* E assim ela viveu por muitos anos. Ficou viúva e responsável para acabar de criar os filhos. Diz não ter passado tanta dificuldade, porque o marido deixou uma pensão razoável. Ela menciona, magoada, que por saber ler muito pouco, uma irmã dela, disponibilizando-se para ajudá-la, passou-a para trás, vendendo a única terrinha herdada de seu marido e esse drástico episódio veio a acontecer, porque o

marido, tal qual o pai, não lhe deu oportunidade de conhecer as letras.

Diante do exposto, podemos reportar-nos à teoria de VERNEY (1952). O autor relata que aconteceu de muitas senhoras ficarem viúvas e tutoras de seus filhos, ou senhoras absolutas de muitas fazendas e perderem fortunas por falta de instrução: (...) *se não têm alguma idéia e conhecimentos destas coisas, não podem deixar de arruinar os seus bens, ainda que lhes pareça que têm feitores de consciência.* (VERNEY, 1952:140). Essa teoria de Verney vem a calhar exatamente o que D. Benina passou. Sua irmã, disponibilizando-se como uma feitora de consciência vendeu, sem sua ordem, a única terra herdada do marido, que seria o sustento de seus filhos. Fato este acontecido, sobretudo por não ter tido acesso suficiente às letras, e que isso, segundo Dona Benina, a deixa até hoje, muito magoada, angustiada e até mesmo deprimida. Ela alega que se tivesse tido mais estudo, talvez a vida de seus filhos e a dela mesma, poderia ter sido diferente. Acrescenta ainda que, se hoje seus filhos não estão bem empregados por falta do estudo, é em virtude da ignorância do pai que não lhes quis dar essa oportunidade. — *No meu tempo de juventude mesmo para quem non tinha estudo, non faltava serviço. Hoje non. Hoje, se non tem estudo, non tem serviço.*

Apesar de demonstrar certa mágoa, em especial quando fala da irmã, ela diz ser feliz e realizada por ser mãe de 16 filhos e ter criado os 10 que sobreviveram com muita saúde e honestidade, apesar da luta constante.



Benina Assunção da Cunha, 77 anos.

"Eu tinha que cuidar bem quietinha das coisa de casa." (...) "A mulher cuidava do seu ofício e o home de todo o resto."

Tivemos também a grata satisfação de entrevistar a honorável pessoa responsável por suscitar o tema proposto neste Ensaio Monográfico: Dona Benvinda Gouveia Fante, uma senhorinha de setenta e três anos que nasceu em 20/05/1929 em Mirassol (SP).

Dona Benvinda faz uma retrospectiva de como se deu a vinda de seus pais para o Brasil. Ela conta-nos que eles saíram de Portugal para o Brasil com 02 filhos. No entanto apenas um dos filhos aportou em terras brasileiras, pois um deles com a tenra idade de 03 anos foi acometido de forte febre vindo a falecer e foi lançado ao mar. Ela fica emocionada ao relembrar as histórias contadas por seus pais, dizendo que os mesmos vieram para o Brasil por volta do ano de 1905, em busca de melhor situação financeira.

Filha de Portugueses, ela, assim como seus irmãos, não teve a oportunidade de ser alfabetizada, não que ela não quisesse, mas pelas circunstâncias e costumes vigentes na época. Conta-nos D. Benvinda que seus pais tiveram 12 filhos (05 homens e 07 mulheres). Ela revela que para o não letramento dos filhos os pais tinham uma "escusa": — *Meus irmãos não estudavam porque tinham que ajudar o pai na roça, eu e minhas irmãs, porque tínhamos que aprender a cuidar das lides da casa, para segundo meus pais, sermos boas esposas.* Diante desse pronunciamento podemos retomar QUEIROZ (1990) que situa a mulher como sendo submissa, cativa e prepara-a desde pequena, a fim de que aceite simplesmente ser condicionada à situação do casamento aos moldes do sistema patriarcal. Desse modo (...) *A mulher é transformada em serva, reduzida, muitas vezes, à pura dimensão biológica. Esta estrutura de supremacia do homem faz com que o mundo da mulher, em todas as classes sociais e nas várias culturas, se reduza à maternidade, ao casamento e ao lar.* (QUEIROZ, 1990:20).

Foi sob os moldes do sistema patriarcal que D. Benvinda, bem como seus irmãos, foram criados. Ela relembra que sua mãe, muito esperta, instruía às filhas para não assinarem nada com o dedo sem que outra pessoa, de extrema confiança, lesse o escrito, para não serem passadas para trás.

Dona Benvinda relata que sempre foi muito presa por seus pais, que só saíam para ir à Igreja. Nesta, só podiam ir, se estivessem acompanhadas dos pais e estando lá, a única pessoa do sexo oposto que poderiam conversar era com o padre. No interior da Igreja os homens ficavam de um lado, as mulheres do outro e o padre rezava a missa, em latim, de costas para o povo.

Valendo-nos desta declaração podemos reportar-nos a LOPES (2000). O autor citado relata que Luccock, viajante do século XIX, observou que, além das mulheres não terem acesso à instrução formal, elas ficavam reclusas em suas próprias casas. Lopes referindo-se a este viajante afirma que, *as mulheres raramente saíam de casa e que os padres eram os únicos homens, além do próprio esposo, que lhe podiam fazer companhia.* (LOPES, 2000:83). Podemos constatar a igualdade de ideologia observada por Luccock, viajante do século XIX, e a experiência vivida e declarada por Dona Benvinda.

Apesar das mulheres, na sua grande maioria, não saberem escrever e isso acarretar conseqüências prejudiciais tanto a nível econômico, quanto moral e psicológico, havia mecanismos estratégicos usados por elas que impediam a reprodução das ideologias que o sistema machista e dominador da colônia veiculava. Superavam as dificuldades decorrentes da ausência da escrita, principalmente, quando queriam fraudar as proibições que existiam com relação aos namoros proibitivos. Era a chamada *linguagem das flores*, como menciona LOPES (2000) e RIBEIRO (1997).

Em ambos os autores encontramos que o flerte entre os sexos ocorria freqüentemente dentro das igrejas, no horário da missa.

> O padre rezava em latim, de costas para os devotos. As mulheres ficavam sentadas ou ajoelhadas (...) no grande salão, e os homens da sociedade colonial sentavam-se nas laterais. Nessa posição, muitas moças flertavam com o sexo masculino e entabulavam ligações afetivas proibidas. (LOPES, 2000:85) e (RIBEIRO,1997:87).

Diante do exposto, podemos identificar uma semelhança entre as idéias mencionadas por D. Benvinda e Lopes e Ribeiro. È a questão da disposição das pessoas dentro da Igreja, em que os homens não se misturavam às mulheres. Mediante essa disposição percebe-se a hierarquia dos papéis da colônia vigente dentro das Igrejas.

Como essas mulheres eram, na sua maioria, analfabetas, não podiam mandar bilhetes secretos aos seus amores. Criaram, então, outras formas de comunicação. Utilizavam-se da correspondência amorosa das flores, que era uma espécie de código que consistia de interpretação simbólica das diferentes flores, construindo assim, uma expressão codificada.

> (...) quando uma moça se apaixonava por um rapaz indesejado pela família, ela enviava, por meio de sua mucama, uma combinação de rosa vermelha com um ramo de trigo, que significava que ela o amava muito. Ou quando o

> ser amado a traía, a moça enviava uma camélia com um ramo de alecrim, que poderia significar seu arrependimento e ódio pela traição. Essa linguagem manteve-se como substituta das letras durante décadas. Com o tempo, os jovens namorados envelheceram e tornaram-se pais e a linguagem teve seu código comprometido. (LOPES, 2000:85).

Assemelhando-se ao autor supra citado, Dona Benvinda declara que: — *Como a gente morava no sítio e só ia à igreja juntamente com os pais, não cheguei a usar essa linguagem, porque não tinha oportunidade, mas ficava sabendo por minhas colegas, nas missas, que muitas moças mandavam flores vermelhas (rosas) simbolizando que estavam apaixonadas e cravo roxo quando queriam demonstrar raiva ou desprezo por alguém.* Diante desse relato, podemos observar a semelhança dos fatos elencados pela entrevistada e mencionados por LOPES, 2000:85, supra citado.

Dona Benvinda relembra o dia do seu casamento: — *Foi um dia lindo! Nós tivemos 08 filhos (06 mulheres e 02 homens), trabalhamos muito, mas fomos muito felizes. Sebastião foi um exemplo de marido e de pai também. Como ele sabia ler, escrever e fazer contas muito bem, não deixou que nenhum de nossos filhos ficassem sem leitura.* Ela menciona ainda que: *Ele dizia que todos tinham que saber pelo menos um pouco, no mínimo para escrever o nome, fazer contas e saber ler uma carta, para não serem enganados e que mesmo que as filhas não quisessem ter uma profissão, o pouco estudo que tivessem, serviria para colaborar na educação dos filhos e ajudar o marido, sendo econômicas e boas governadoras do lar.*

Diante desse depoimento podemos retomar a proposta de VERNEY (1952):

> Quanto à necessidade, eu acho-a grande que as mulheres estudem. Elas, principalmente as mães de família, são as nossas mestras nos primeiros anos da nossa vida; elas nos ensinam a língua; elas nos dão as primeiras idéias das coisas. E que coisa boa nos hão de ensinar, se elas não sabem o que dizem? Certamente que os prejuízos que nos metem na cabeça na nossa primeira meninice são sumamente prejudiciais em todos os estados da vida; e quer-se um grande estudo e reflexão para se despir deles. Além disso, elas governam a casa, e a direção do econômico fica na esfera da sua jurisdição. E que coisa boa pode fazer uma mulher que não tem alguma idéia da economia? (VERNEY, 1952:125).

Podemos observar que o ponto mencionado por Verney se coaduna com o ideal proposto pela família de D. Benvinda, para a educação das filhas. Para eles é preciso que as mulheres tenham estudo e conhecimento necessário para poder ler e entender (...)

os preços de todas as coisas necessárias para uma casa e a qualidade delas, como também em que tempo se devem fazer as provisões de casa, o que importa muito para poder poupar. Diz ainda que a mulher deve também saber (...) *preparar um bom jantar e com a menor despesa, em cada tempo do ano;* (...).(VERNEY, 1952:139). Isto evitará gastos supérfluos e a ruína da família.

Dona Benvinda diz que a oportunidade que ela não teve de conhecer as letras, seus filhos e filhas todos tiveram, uns souberam aproveitar, outros não. Ela afirma que os mais velhos não quiseram continuar os estudos por causa da distância que moravam das escolas, mas que os mais novos têm bons estudos. Ela diz com alegria: — *Agradeço a Deus, que consentiu que todos estudassem. É uma alegria muito grande para uma mãe ter a oportunidade de ter filhos estudados,(...). Por isso e tantas outras coisas, sou uma mulher realizada e muito feliz.* D. Benvinda declara ainda que: — *Só me sinto chateada e até mesmo humilhada, quando chega alguém com um documento para assinar e eu tenho que dizer que não sei ler, ou então, quando quero falar ao telefone com alguém e não sei ligar os números no telefone e eu tenho que pedir favor para outras pessoas, que às vezes recusam, dizendo que depois fazem isso. Mas isso não é coisa demais para uma pessoa que já criou 08 filhos tão bem criados.*

D. Benvinda diz constantemente ser agradecida a Deus e ao marido por dar a oportunidade a ela de ser o que ela foi e é hoje: uma mulher feliz e realizada por ter dado estudo, mesmo que pouco, a alguns dos filhos, e ter conseguido casar todas as filhas, mesmo as duas últimas, depois de ter ficado viúva. D. Benvinda declara que após a viuvez, ela contou com a ajuda dos filhos para acompanhá-la em todos os momentos, inclusive para contratar o advogado para o inventariar os bens deixados pelo marido e que se os filhos não fossem instruídos, não sabe o que poderia ter acontecido. — *Sei que o que eu fiz, era coisa de homem, de cuidar do gado, das terras, ir a banco, depositar e tirar dinheiro, mas consegui junto com os meus filhos.*

Apesar do esforço de D. Benvinda em justificar suas limitações no que tange a leitura podemos perceber uma grande frustração pela sua dependência em relação aos filhos, quer para tomar decisões sérias como por exemplo cuidar das finanças da casa, como para resolver problemas simples da vida cotidiana, como fazer uma ligação telefônica. Some-se a esta angústia, o medo de ter de assumir responsabilidades para as quais se vê despreparada.

Podemos observar que esse desabafo assemelha-se às idéias de RIBEIRO

(1997): (...) *no sentido de assegurar a hegemonia, muitas vezes a mulher branca assumiu papéis tidos como masculinos.* (RIBEIRO, 1997:30). D. Benvinda afirma que, se não fosse a ajuda dos filhos, que adquiriram instrução, talvez não teria conservado os bens da família, tão dificilmente adquiridos, porque ela não tinha nenhuma leitura.

Diante do exposto podemos fazer jus aos dizeres de VERNEY (1952). Ele defende ser necessário que a mulher tenha (...) *alguma idéia do modo de conservar e aumentar as rendas das suas fazendas.* Verney relata ainda que acontece de muitas senhoras ficarem viúvas e tutoras de seus filhos, ou senhoras absolutas de muitas fazendas e perderem fortunas por falta de instrução: (...) *se não têm alguma idéia e conhecimentos destas coisas, não podem deixar de arruinar os seus bens, ainda que lhes pareça que têm feitores de consciência.* (VERNEY, 1952:140).



Benvinda Gouveia Fante, 73 anos.

"É uma alegria muito grande para uma mãe ter a oportunidade de ter filhos estudados."

Outra senhora que me chamou a atenção foi a Dona Esmeralda Freitas Arantes (71 anos), que nasceu em 12/03/1931 em Paranaíba (MS), hoje residente à Av. Mal Rondon n° 2260, neste município.

A entrevistada relata-nos que o pai tinha instrução, mas a mãe não tinha estudo nenhum. — *Na época dos meus pais só os filhos homens estudavam e as filhas cuidavam dos afazeres da casa.* Conforme nos diz RIBEIRO, In LOPES (2000) já

citado anteriormente *a educação feminina ficou geralmente restrita aos cuidados com a casa, o marido e os filhos. A instrução era reservada aos filhos/homens dos colonos.* (RIBEIRO, In LOPES, 2000:79).

D. Esmeralda diz que é parte de uma família de 11 irmãos (03 mulheres e 08 homens). Afirma que veio de uma família bem conceituada e de posses e que sua criação foi diferente do sistema supra citado por Ribeiro, pois seus pais colocaram-na na escola no ano de 1945. — *Contando já com 14 anos de idade, eu fiz só o 1° e o 2° ano escolar, mas aprendi muito, muito mais do que as crianças aprendem hoje nesses dois primeiros anos de escola. Lá nessa escola os meninos eram separados das meninas – em duas salas distintas e na hora do recreio a gente não se misturava, porque era a lei.*

Ante o exposto podemos detectar uma semelhança entre a entrevistada e LOPES (2000), no que se refere ao funcionamento das aulas ministradas separadamente aos educandos do sexo feminino e do sexo masculino. (...) *os cursos masculino e feminino funcionariam diariamente, apenas em horários diferentes (posteriormente em prédios separados).* (LOPES, 2000:112).

Podemos observar a semelhança entre as duas partes supra citadas, uma vez que na 1ª as aulas são ministradas em salas separadas, e na 2ª parte – LOPES (2000), as aulas são ministradas em horários diferentes.

A novidade do período foi a introdução do ensino misto que causaria escândalo na comunidade. Curioso é que nessa ocasião o número de mulheres já havia, em muito, superado o de homens (movimento que, nessa Escola ocorrerá alo longo das décadas de 60, 70 e 80 do século XIX). (LOPES, 2000:112).

Dona Esmeralda, nossa entrevistada, faz comentários das dúvidas e preocupações das famílias ao enviarem seus filhos, principalmente as filhas, aos colégios, quando da tentativa de unificação das salas. — *A diretora de nosso colégio alegou que seríamos muito bem vigiadas e proibidas de nos misturarmos aos meninos, que era uma lei interna e que seria cumprida.*

Diante do exposto podemos retomar LOPES (2000) e fazer uma analogia entre as duas partes, uma vez que o autor menciona que os educandos entrariam (...) *por locais separados, de forma que não se vissem a não ser durante as aulas, mesmo assim vigiados por duas inspetoras atentas.* (LOPES, 2000:122), e a entrevistada relata essa mesma vigilância retratada pelo autor supra citado.

Dona Esmeralda relata-nos que ela foi criada num clima de cordialidade e que na fazenda de seus pais não havia preconceito de classe social, de raça ou cor. — *Todos conviviam juntos na mesma fazenda: os patrões, os filhos dos patrões e os agregados.*[26] Ela diz ainda que seus pais pagavam um professor na fazenda para os filhos dos agregados, mas que ela, juntamente com seus irmãos estudavam em um colégio pago na cidade mais próxima.

Diante desse relato, podemos constatar que o que ocorreu em séculos anteriores, também é verídico nesse depoimento. Houve educação diferenciada para as pessoas de classe social não privilegiada e privilegiada, como é o caso dos filhos dos agregados e dos fazendeiros, mencionados acima. Esses dados se encaixam, em especial, à época da educação jesuítica: *Assim, os padres acabaram ministrando em princípio, educação elementar para a população índia e branca (salvo as mulheres) e educação média para os homens da classe dominante* (...). (ROMANELLI, 1980:35). Podemos qualificar essa educação elementar, mencionada, como a educação atribuída aos agregados da fazenda, e a educação média, supra citada por Romanelli, como a educação atribuída aos filhos dos patrões, em colégios pagos na cidade.

A entrevistada, D. Esmeralda, diz que na escola da fazenda, não havia separação de meninos e meninas na sala de aula, pois era uma forma dos patrões economizarem verbas. Esses fazendeiros coadunam com o mesmo ideal de um grupo de deputados do Rio de Janeiro. Segundo LOPES (2000) (...) *Na Assembléia um grupo de deputados se manifestava contrário ao desperdício de verbas para uma instituição desnecessária,* (...), ou seja, verbas para duas instituições: as do sexo feminino e as do sexo Masculino (LOPES, 2000:121). Podemos então dizer que é evidente a grande diferença entre o pobre e o rico. O primeiro pode estudar na fazenda, incluindo a mistura dos gêneros, proporcionado pelos patrões para economizar verbas, enquanto que o segundo, o grupo economicamente privilegiado, estuda na cidade com o privilégio de se enquadrar num colégio pago, e neste caso, os pais não aceitavam a mistura dos gêneros masculino e feminino na mesma sala de aula.

Dona Esmeralda revela-nos ainda que, quando jovem, seus pais a levavam a

---

[26] AGREGADOS – Lavradores estabelecidos em terras alheias. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda., 2001:24.

festas, bailes, aniversários, entre outros. Mas que era muito "corrigida", ou seja, recatada, por medo de ficar falada pela sociedade. Segundo ela, seus pais diziam que a moça tinha que se casar virgem. Ao menino não, mas à menina, a virgindade era obrigatória.

> A virgindade feminina mantém-se como uma questão central. (...) Era fundamental, portanto, não apenas ser virgem até o casamento, mas principalmente aparentar ser virgem. (...) as vidas das jovens mulheres e garotas giravam ao redor do medo de "ir até o fim" ou, pior, "aparentar ter ido".. (LOURO In LOPES, 2000:437).

O menino, segundo D. Esmeralda, ao contrário da menina, não poderia ser tímido. Aos nove ou dez anos era obrigado à força, a se tornar homem. A se comportar como gente grande. Ela relata que ouvia falar que muitos pais, quando os meninos atingiam a idade, levavam seus filhos a bordéis para aprenderem o ofício de homem. A esse relato, podemos juntar os escritos de FREYRE (1975): *Meninos diabos eles só eram até os dez anos. Daí em diante tornavam-se rapazes. Seu traje, o de homens feitos. Seus vícios, os dos homens. Sua preocupação, sifilizarem-se o mais breve possível, adquirindo as cicatrizes gloriosas dos combates com Vênus* (...). (FREYRE, 1975:411).

Podemos verificar então a grande diferença até mesmo na educação intelectual da mulher. Podemos ainda constatar a desvalorização da mulher, mais especificamente, as escravas, as negras e as mulatas, pois eram elas que geralmente eram submetidas a esse tipo de serviço. E nesse sentido, essas mulheres, educadas para a submissão, contribuíram para o desregramento sexual, *mas não por si, nem como expressão de sua raça ou do seu meio-sangue: como parte de um sistema de economia e de família: o patriarcal brasileiro.* (RIBEIRO, 1997:48). Conta-se que as negras, muitas vezes, entregues virgens, ainda meninas, satisfaziam moços brancos, já sifilíticos. (...) *Isso porque por muito tempo dominou uma crença na colônia de que para o sifílico não há remédio melhor do que uma negrinha virgem.* (RIBEIRO, 1997:51).

Desse modo, tanto as mulheres da colônia patriarcal, como as citadas por D. Esmeralda, sem opção de vida e sem instrução educacional, eram dominadas e enclausuradas por influências dos costumes e tradições patriarcais vigentes na época,

que consideravam a mulher um ser inferior ao homem.

Em seus relatos, D. Esmeralda diz que casou e criou os filhos dentro dos parâmetros normais da sociedade em que ela estava inserida. Todos os filhos estudaram sem distinção de gênero, tal qual ela, e que seu marido sempre ajudou-a a cuidar dos filhos. Nossa entrevistada, sem fazer cerimônia deixa seu recado:

—Mesmo que o marido não queira, a mulher tem que enfrentá-lo e ir em busca de maior instrução. Isso é um bem para ela, para os filhos e para o Brasil. Porque eu acho que se as mulheres fossem mais estudadas, nós teríamos mais mulheres na política e o Brasil seria muito melhor. Dona Esmeralda muito positiva diz: *— Vai chegar o tempo, e não vai demorar, que as mulheres serão maioria em todos os setores, porque elas estão agora, mais do que nunca, procurando ser mais atualizadas nos estudos, enquanto que os homens só pensam em ganhar dinheiro e estão ficando para trás.* Dona Esmeralda enfatiza ainda que: *— A mulher está crescendo muito. Ela é capaz, verdadeira, honesta e responsável e ela vai mudar o Brasil. Eu tenho fé nisso, porque nós somos de luta.*



Esmeralda Freitas Arantes, 71 anos.

"Mesmo que o marido não queira, a mulher tem que enfrentá-lo e ir em busca de maior instrução."

Entrevistamos na seqüência a Senhora Anízia Gonçalves de Oliveira, que nasceu no dia 14/05/1932 em Campina Verde (MG), hoje reside à Rua Amazonas, n° 834, no município de Pontes e Lacerda – MT.

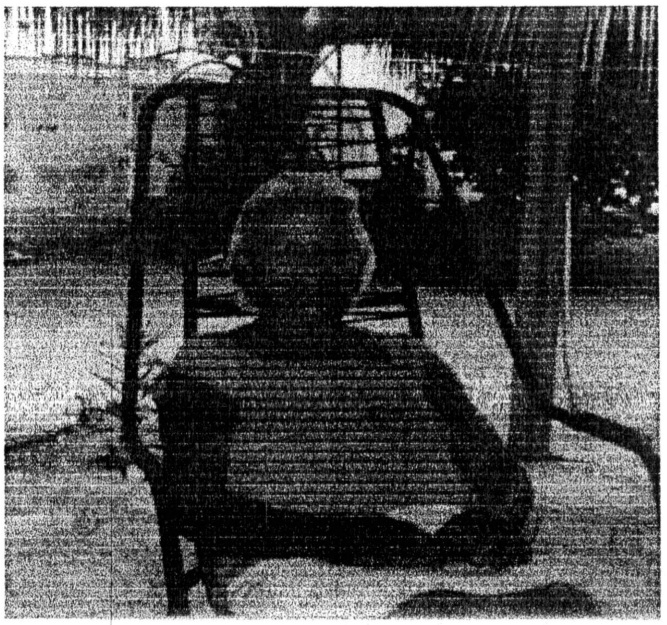
Aos 70 anos, ela relata-nos que seus pais não tiveram acesso às letras. Ela é de uma família composta de 10 irmãos (05 homens e 05 mulheres). Dona Anízia profere o seguinte: — *Dos 10 irmãos, 09 ficaram sem estudar, porque a gente morava no sítio e meus pais não tinham condições financeiras para deixar a gente na cidade por conta do estudo. Só o meu irmão caçula é que teve estudo, porque meus pais mudaram para a cidade.*

D. Anízia conta-nos que ela casou e passou a cuidar da casa e do filho, como mandava o costume da época. Ressentida, diz ter trabalhado e sofrido muito, principalmente porque aos 36 anos de idade, seu marido a abandonou deixando-a com um filho pequeno, o único que teve, para sustentar.

— *Como não tinha nenhum estudo, passei a lavar roupas, tudo na mão, para outras famílias. Era muito difícil, porque meu filho era pequeno e eu tinha que ganhar dinheiro para o meu sustento e o dele, de modo que eu tive que ser mãe e pai dele ao mesmo tempo.* Dona Anízia, mostrando-se entristecida diz: —*Se eu tivesse tido a oportunidade que meu irmão caçula teve, a minha vida tinha sido diferente. Eu não precisaria ter me "matado" em lavação de roupas, eu podia ter tido um emprego melhor, para criar meu filho com menos sacrifício.*

Do ponto de vista de D. Anízia, ela, que foi criada numa estrutura patriarcal, teve que assumir o papel de um homem, exercer a função de pai para adquirir o sustento para o filho. Conforme nos diz RIBEIRO (1997), muitas vezes a mulher teve que assumir papéis masculinos.

Ela diz não se lamentar e sente-se agradecida por seus pais terem ensinado a ela o ofício de mãe e dona de casa. É o que nos diz MACHADO (1965) quando afirma que era papel da família *Ensinar* (...) *as fêmeas a coser, a lavar e fazer renda e todos os misteres que as mulheres por suas mãos usam, e a todos os bons costumes.* (MACHADO, 1965:100). Podemos ver que pela aceitação submissa frente à situação vivida, D. Anízia, mesmo entristecida, aparenta entender e aceitar as condições em que fora criada e pelas quais passou grandes dificuldades. Porém, notamos que ela, como tantas outras mulheres, sente-se frustrada diante de alguns fatos, sem poder resolver, mas concebe que foi criada dentro desse sistema e ainda se diz agradecida.



Anízia Gonçalves de Oliveira, 70 anos.

"Se eu tivesse tido estudo, a minha vida tinha sido diferente."

Uma outra colaboradora para que este Ensaio Monográfico fosse feito, foi a Senhora Delurdes Mendes de Lima, nascida em 10/12/1934 na cidade de Curitiba (PR) e hoje residente à Rua Antônio Bento Neto n° 135, neste município de Pontes e Lacerda – MT.

Com 68 anos de idade ela relembra fatos passados de sua vida. Conta-nos que seus pais possuíam boa condição financeira, que a *mãe estudou até o 2° ano primário e que o pai era bem adiantado no estudo.* Ela relata: — *Eu estudei até a 5ª série. Meus irmãos e irmãs tudo estudaram também, porque nosso pai era uma pessoa muito dedicada sabe. Ele fazia conta do estudo. Nesse tempo não era como agora. Era uma professora só.* D. Delurdes ao falar da professora se emociona e pede um tempo para se recompor. Em seguida ela continua alegando que a professora tinha o sentido de uma mãe para ela, a mãe que ela teve por pouco tempo.

— *Ela dava aula nos dois períodos. Eu e meus irmãos estudamos tudo com essa professora que chamava Clarinha. Era uma professora e era uma mãe para nós.* Dona Delurdes revela-nos que era diferente de hoje: — *Os meninos estudavam numa sala e as meninas em outra, depois foi feita uma mudança. A sala do 1° e 2° ano era de manhã e o 3° e 4° ano era à tarde. E era os meninos dum lado do corredor e as meninas do outro. Até o quadro era dividido assim. Era junto na mesma sala, mas tudo separadinho.*

Essa declaração assemelha-se muito ao que menciona LOPES (2000), que (...) *os cursos masculino e feminino funcionariam diariamente, apenas em horários diferentes (posteriormente em prédios separados).* (LOPES, 2000:112).

D. Delurdes menciona ainda que, quando a professora soltava os alunos para o recreio, os meninos brincavam em um pátio e as meninas em outro, e a inspetora ficava cuidando em volta da escola para que não se misturassem.

Essa declaração reporta-nos a LOPES (2000), ao citar que os alunos teriam acesso à escola (...) *por locais separados, de forma que não se vissem a não ser durante as aulas, mesmo assim vigiados por duas inspetoras atentas.* (LOPES, 2000:122). Esses fatos assemelham-se aos citados por D. Delurdes, uma vez que estavam juntos na mesma sala, mas separados pelo corredor e no recreio não tinham essa oportunidade. Segundo o mesmo autor, o diretor dizia que preferia esse sistema ao da escola de Pernambuco, em que um muro passado pelo meio da sala, à frente do professor, permitia que ele desse sua aula simultaneamente a alunos e alunas, mas não permitindo, entretanto, que esses dois grupos se enxergassem.

Podemos fazer uma analogia então, entre a escola que D. Delurdes estudou e a escola de Pernambuco mencionada por LOPES (2000), ambas tinham a separação das alunas e alunos: a primeira, os alunos eram separados pelo corredor, enquanto que na segunda, era o muro que os dividia. Em ambas escolas a vigilância no recreio era semelhante. Esse modelo de escola retrata os costumes da época e as questões de gênero aparecem com muita força colocando muitas vezes a mulher em segundo plano.

Nossa entrevistada, D. Delurdes, relata-nos que os pais tinham boa condição financeira, mas quem não tinha, estudava do mesmo jeito, porque a amizade era muito valorizada. — *Se tinha um filho de um amigo que não podia estudar, os que podia mais se juntava e ajudava aquele amigo e estudava na mesma escola,* [PR] *porque era os fazendeiros que pagava a professora do colégio que tinha num bairro chamado de Vila Nova, que depois já era três professoras, porque tinha aumentado os alunos.* D. Delurdes conta-nos que cada professora tinha a sua sala, *mas era muito bem dividido, bem organizado e tudo muito bem controlado, porque os pais de antigamente era muito rigoroso.* Ela diz ter estudado nessa escola até a 5ª série. Quando tinha 13 anos, sua mãe veio a falecer. Eles mudaram-se para a fazenda e ela, como era a mais velha, ficou cuidando de 10 irmãos. — *Eu tinha pouco mais de 13 anos e daí não estudei mais.*

Em seus relatos D. Delurdes diz: — *Naquele tempo a gente aprendia a ler*

para cantar os hinos, aprender as orações. A gente aprendia também a fazer crochê, ponto russo, tricô, ponto cruz. Era muita dedicação porque os pais exigia isso, porque eles sabia que essas coisas iam servir para toda a nossa vida. Confirma-se aqui o perfil de uma mulher educada para a submissão e para as prendas domésticas.

Mesmo nas escolas essa educação era dada. Podemos confirmar isso em LOPES (2000), quando descreve sobre a educação nos conventos: (...) *normalmente, o ensino da leitura e da escrita era ministrado ao lado da música, do cantochão, do órgão e dos trabalhos domésticos, principalmente o preparo de doces e de flores artificiais.* (RIBEIRO, In LOPES, 2000:87).

Baseando-nos ainda nos relatos citados por D. Delurdes podemos reportar-nos a RODRIGUES (1979) ao afirmar que nos conventos e nas escolas daquele período o objetivo da leitura era necessário, para que lessem os livros de rezas, tanto que havia essa exigência no Recolhimento de Santa Thereza para as ingressantes: (...) *hão de saber ler e escrever e ao menos rezar também o Offício parvo de Nossa Senhora cada dia.*[27] (RODRIGUES, 1979:49).

D. Delurdes diz que após a morte da mãe e mudarem-se para a fazenda, ela parou de estudar: — *Eu casei e fui embora morar num sítio que não tinha escola. Mas eu escutava falar que nas cidades tava havendo uma confusão danada entre os pais e os diretores das escolas, porque estava misturando os menino com as menina na sala, nos pátio, tudo isso eu tava escutando quando eu tinha mais ou menos 18 ou 20 anos de idade.*

Diante desse relato podemos retomar LOPES (2000) que diz: *A novidade do período foi a introdução do ensino misto que causaria escândalo na comunidade. Curioso é que nessa ocasião o número de mulheres já havia, em muito, superado o de homens (movimento que, nessa Escola ocorrerá ao longo das décadas de 60, 70 e 80 do século XIX).* (LOPES, 2000:112).

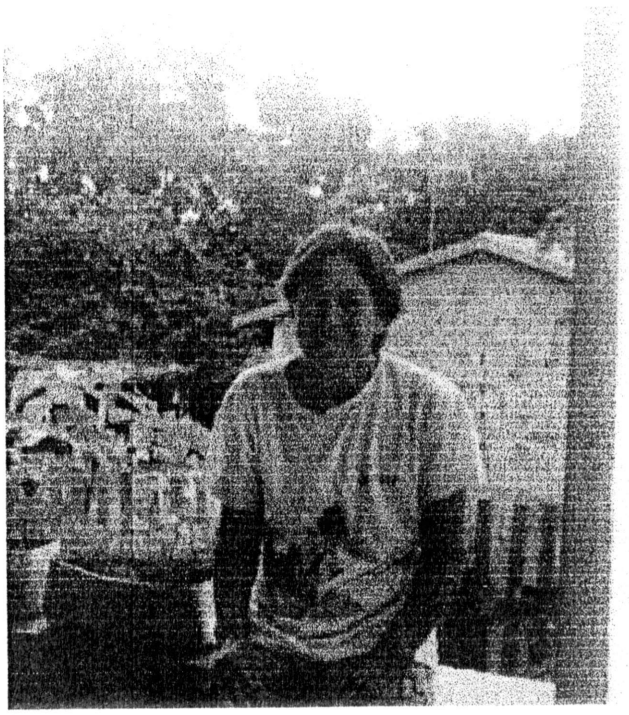
Nossa entrevistada diz que muita gente da idade dela acha que a educação das crianças piorou daquela época para cá, por causa dessa mistura de meninas com meninos, mas que ela pensa que as crianças de hoje não são tão educadas, por causa do tipo de criação e exemplifica como eram seus pais: — *A minha mãe era dessas pessoas que ensinava a gente a estudar, fazer as lição em casa. O que ela sabia, ela ajudava e o que não sabia, o pai quando chegava, ele ensinava. Eles tirava hora prá ensinar e todo dia quando nós chegava em casa, ela vinha entrevistar o que nós tinha*

aprendido na escola, e ajudava mesmo.

Dona Delurdes acredita que colaborar na educação dos filhos é obrigação dos pais, pois se deixar só para os professores, fica muito difícil. Ela diz ser mãe de 06 filhos, mas que vivos, só tem um casal e sente-se feliz por eles, pois os dois estão cursando faculdade. D. Delurdes disse que a mesma herança que seus pais deixaram, ela faz questão de repassar aos filhos: o estudo.

— *Essa herança meus pais deixaro e é assim que tem que ser, porque o saber ler nunca acaba. Uma boa educação que os pais dão pros filhos, fica pra sempre. Então sou muito grata a meus pais que não abandonaro nem eu nem meus irmão.* Ela fala ainda que: — *Eles criaro todos os filho dentro do recato e não deixaro nós ficar andando à toa e dedicaro a vida deles para dar estudo para nós. A vida que eu tenho hoje, dou graças a Deus e a eles.*

Diante desse relato podemos observar que, D. Delurdes sente-se grata aos pais pelo pouco estudo deixado e por eles criarem-na da maneira como a criou: sem ficar andando à toa e recatada, como mandava a época.



Delurdes Mendes de Lima, 68 anos.

"Os meninos estudava em uma sala e as meninas em outra." (...) "Agente aprendia a ler para cantar os hino e aprender as oração."

Tivemos também a grata satisfação de entrevistar uma senhorinha que tem por nome Joana Maria Barbosa (67 anos), que nasceu no dia 06/05/1935 na cidade de Itanhomi (MG).

---

[27] Estatutos – Arquivo da Cúria – Doc. Cit. In: Leda M. P. Rodrigues. *A instrução feminina em São Paulo*, 1979. p. 49.

De raça negra e não alfabetizada conta-nos que a mãe teve 15 filhos (10 homens e 05 mulheres). Ela diz que seus irmãos estudaram, mas que as irmãs não. Relata-nos que por ser a caçula, o pai a colocou na escola, porém ela não deu continuidade aos estudos, pois cansou de ser humilhada pelos colegas. A questão de gênero que tanto temos visto nesses relatos, acometer a mulheres temos que somar aqui também as questões raciais.

—*Na escola eles riam muito de mim, diziam que eu era uma negrinha muito feia e nem a professora não gostava de mim. Quando eu ia com um vestidinho melhor, riam ainda mais, dizendo que não era o vestido que ia me deixar bonita e para que negro queria vestir-se daquele jeito.*

Em RIBEIRO (1997) lemos que esse período do qual fala D. Joana, é um período em que a classe branca era dominante e a classe negra, subalterna. Isso remete-nos ao tempo das cartas régias, em que as negras eram proibidas de imitarem através do vestuário, o modelo das mulheres da camada senhorial. Ribeiro referindo-se a essas cartas régias, menciona que (...) *Em 1696, a 20 de fevereiro, houve uma proibição de luxo no vestuário das escravas no Brasil, o que reforçava a distinção entre as classes na colônia.* A ordem régia declarava que ...

> (...) sendo presente o demasiado luxo das escravas no Brasil e devendo evitar-se esse excesso e o mau exemplo que delle podia seguir-se, el rei era servido resolver que as escravas de todo o Brasil em nenhuma capitania pudessem usar vestidos de seda, de cambraia ou hollandas, com rendas ou sem ellas, nem também de guarnição de ouro ou prata nos vestidos. [28] (RIBEIRO, 1997: 38)

A exemplo do depoimento de D. Joana e seguindo o pensamento de RIBEIRO (1997), vemos que mesmo sendo em épocas tão diferentes – 1696 e 1945 – a distinção de cor e de classe social mencionada pelo autor acima, se repetem. Até mesmo na distinção do vestuário, pois a exemplo de D. Joana, as meninas negras eram ridicularizadas pelas brancas ao usarem vestidos tidos como usáveis por meninas brancas.

Em seus relatos, nossa entrevistada diz que até mesmo dentro da escola sentia-se menosprezada, inferior às meninas brancas, pois a estas, diz D. Joana, *a professora ensinava bordar, enquanto que as negrinhas ficava só espiando.*

Mediante esse relato podemos fazer uma analogia entre a posição ocupada pelos escravos e negros dentro da Igreja mencionado por RIBEIRO (1997) e a posição ocupada por D. Joana na escola. Segundo ela, na escola *a professora ensinava bordar, enquanto que as negrinhas ficava só espiando* e na Igreja mencionada por Ribeiro, os negros ficavam (...) *em pé, no fundo da Igreja, quase na porta, 'espiando os santos'*,(...). (RIBEIRO, 1997:69).

Ela diz que deixou a escola por esses fatos, pois cansou de passar por tantas humilhações. Relata-nos ainda que, quando moça apaixonou-se por um *chofer de caminhão,* mas teve que casar-se aos 30 anos de idade com um vizinho, obrigada pela mãe. — *Eu passei com ele, muitas humilhações também. Ele ia longe, a cavalo, para estudar e eu não podia. Eu ficava com os meninos, porque ele dizia que negro nasceu para ser burro e burro não aprende depois de veio, nem que quiser. Muitas vezes senti vergonha e fui humilhada por ser negra e não saber ler.*

Podemos constatar que a história de D. Joana coaduna com a história dos escravos e negros da época colonial. Ela, como tantos outros, é considerada simplesmente como serviçal e humilhada por sua condição de raça, classe social não privilegiada e pelo fato de não saber ler.

Dona Joana diz ser mãe de 04 filhos (03 homens e 01 mulher). Menciona que os filhos são inteligentes, mas que a filha, Claudenice de 27 anos, é burra igual a mãe, pois tem medo de enfrentar o marido. Claudenice diz ter apenas a 4ª série e que se for para voltar a estudar tem que ser durante o dia, porque o marido não deixa. Ele fala que: *mulher que vai estudar à noite é para procurar o que não perdeu.* Como podemos perceber estas questões de preconceito e de silenciamento da mulher não dizem respeito apenas a décadas passadas, mulheres mais jovens passam pelo mesmo problema.

Esse depoimento que nos mostra a triste condição da mulher, nos faz relembrar QUEIROZ (1990). Ele diz que a sociedade ainda é muito machista em relação à mulher: *Ela é vista ainda, muitas vezes, como um ser que não tem opinião própria, não tem condições de decidir por si mesma. Suas atitudes e decisões devem ser legitimadas pelo homem.* (QUEIROZ, 1990:45). Tal autor vai mais além no que diz respeito às atitudes masculinas:

---

[28] Desembargador José Vieira FERREIRA, "Legislação Portugueza Relativa ao Brasil", In: *Revista do* Instituto Histórico Brasileiro, vol. 105, 1929, p. 215.

> Em muitos lares prevalece ainda a supremacia do homem, chamada "machismo". O homem é o chefe da casa e tem mais direitos que a mulher. (...) Tem as suas "aventuras" enquanto espera da esposa fidelidade absoluta. Ele a aprisiona em *esquemas impositivos, nos quais o poder marital se torna valor absoluto, levando-a a submeter-se à sua autoridade. A mulher é transformada em serva, reduzida, muitas vezes, à pura dimensão biológica. Esta estrutura de supremacia do homem faz com que o mundo da mulher, em todas as classes sociais e nas várias culturas, se reduza à maternidade, ao casamento e ao lar.* (QUEIROZ, 1990:20)

Dona Joana, entristecida, revela-nos: *o filho mais velho passa vergonha comigo porque meu dedo de assinar endurô por causa do derrame. Mas antes também ele sentia vergonha de mim, por causa que eu não sei ler e tinha que assinar com o dedo. Por isso eu digo: convém que estude, prá não passar o que eu já passei e tô passano. Olha, se eu tivesse estudo, eu lia dia inteiro.*



Joana Maria Barbosa, 67 anos.

"As menina branca a professora ensinava a bordar, enquanto que as negrinha ficava só espiando." (...) "Se eu tivesse estudo, eu lia dia inteiro."

Outra entrevistada foi a Senhora Eliza Augusta de Oliveira, 64 anos, que não aprendeu a ler, sempre quis fazê-lo, mas nunca teve essa chance na vida. Ela nasceu no dia 04/07/1938 em Ibateguara (AL), hoje reside à Av. São Paulo 2831, em Pontes e

Lacerda – MT.

Ela diz não ter aprendido a ler porque *naquele tempo o povo era muito ignorante. Só gente rica é que estudava, filho de pobre tinha só que trabalhar, além do que meus pais diziam que colocar menina fema prá estudar é só pra aprender a escrever carta prá home. Então o que aprendi foi só puxar enxada.* É interessante notar que D. Eliza confirma a postura de resistência às mudanças da época e que é relatada por VEIGA In LOPES (2000) ao afirmar que: (...) *O povo brasileiro era ignorante.* (...) *não tinha plasticidade o suficiente para perceber a necessidade de se adaptar à república* (...). (VEIGA In LOPES, 2000:405). Segundo a mesma autora, essa educação estética referia-se às mais variadas formas de expressão artística como o canto, a dança, a música, a literatura, o teatro, os trabalhos manuais mas, principalmente, às formas de educar para produzir uma emoção estética e dona Eliza referiu-se naquele momento à ideologia, à maneira como os pais criavam seus filhos antigamente.

Ela conta-nos que casou com 15 anos de idade, teve 11 filhos (05 mulheres e 06 homens). Mesmo após ter os filhos ela queria estudar, mas o marido dizia: — *Prá que mulher velha quer estudar? Prá criar filho não precisa estudo. Cuide da casa e crie os filhos que jã tá bom.*

A mentalidade exposta acima, reporta-nos a RIBEIRO (1997) quando menciona que: *Era muito comum o versinho declamado nas casas de Portugal e do Brasil que dizia:*

> *Mulher que sabe muito,*
> *É mulher atrapalhada,*
> *Para ser mãe de família,*
> *Saiba pouco ou saiba nada.* [29](RIBEIRO,1997:77)

Podemos notar que a ideologia vigente na época, propagada por esse versinho corresponde ao pensamento que tinha o marido de D. Eliza, de que a mulher para ser mãe, não precisava saber nada, ou seja, não precisava ter acesso às letras.

---

[29] Luís Edmundo foi escritor e jornalista brasileiro (1880/1961). Escreveu as seguintes obras: *A Corte no Rio de Janeiro, p. 299, s.d*, *O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis, em 1932; O Rio de Janeiro do meu tempo, 1938, Olhando para trás, 1934* e outros. O texto citado encontra-se em M. Odila da S. DIAS. *Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX, 1984, p. 26.*

Dona Eliza afirma que os filhos e as filhas tiveram pouco estudo, algumas filhas mal sabem desenhar o nome. Diz que ela, como mãe, fazia força dos filhos irem à escola, mas que o marido dizia que se soubesse assinar o nome, já bastava. Por isso pararam de estudar, porque o pai era senhor absoluto e ele mandava na casa e nos filhos.

Nesta mesma linha de pensamento afirma-nos RIBEIRO(1997) que (...) *percebe-se que as mulheres assimilavam sua função dentro de uma família, onde o poder absoluto pertencia ao homem.* (...).(RIBEIRO,1997:77). Concebe-se, portanto, que a educação que lhes era reservada era a doméstica.

Uma das filhas de D. Eliza, Adalgisa, de 38 anos, diz sentir-se magoada e menosprezada por não ter tido estudo e por não poder tê-lo agora.

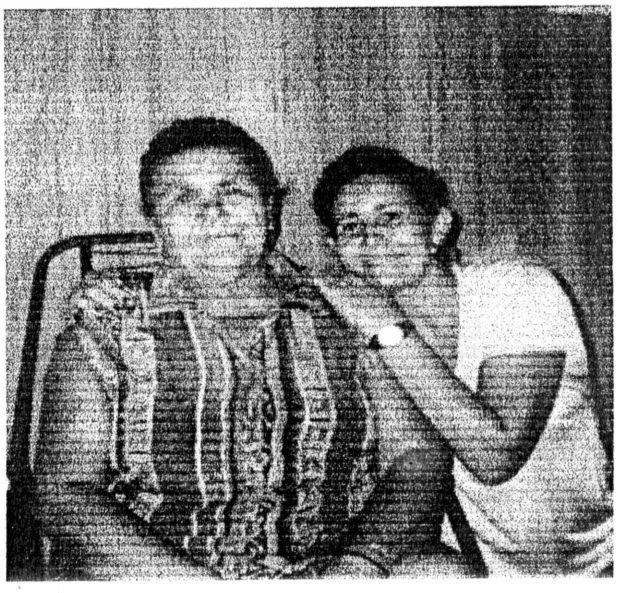
— *Sou burra igual a mãe, só sei escrever o nome e muito mal, porque na época de moça eu tinha que aprender a trabalhar, como dizia meu pai, e agora meu marido é que não deixa.*

Diante do exposto podemos fazer uma analogia ao que disse FREYRE (1975): (...) *À menina, a esta negou-se tudo que de leve parecesse independência.* (...) *As meninas criadas em ambiente rigorosamente patriarcal, estas viveram sob a mais dura tirania dos pais – depois substituída pela tirania dos maridos.* (FREYRE, 1975:421).

Tanto D. Eliza quanto a filha Adalgisa, dizem ter vergonha quando precisam assinar algo; a primeira por ter que apor o dedo como assinatura frente a estranhos e a segunda por assina mal o nome. Ambas dizem sentir-se humilhadas e vítimas do sistema e da ignorância dos pais e depois subjugadas às dos maridos.

Eliza Augusta de Oliveira, 64 anos e Adalgisa, sua filha de 38 anos.

"Colocar menina fema pra estudar é só pra aprender a escrever carta pra home." (...) "Pra criar filho não precisa estudo. Cuide da casa e crie os filhos que já ta bom."



Uma outra pessoa que colaborou para este Ensaio Monográfico foi Dona Alda Muranaka, nascida em São Paulo no dia 10/06/1940 e hoje residente à Rua 03, n° 860 no Jardim Ipacaraí, em Pontes e Lacerda – MT.

Ela conta-nos que seus pais não tiveram estudo. Vieram do Japão para o Brasil em busca de melhores condições financeiras. Os pais vieram do Japão com 03 filhos pequenos, mas uma das meninas morreu dentro do navio, de febre, e foi jogada ao mar.

Dona Alda nasceu aqui no Brasil e estudou só o 1° ano, pois moravam no sítio e apesar dos pais quererem que ela ficasse na cidade para estudar, ela não quis se separar da família.

— *Depois eu casei e tive 04 filhos (02 mulheres e 02 homens). Até freqüentei por um tempo o Mobral, meu marido me dava muita força. Mas depois a professora casou e as aulas não continuaram. Eu sei que perdi muita oportunidade de trabalho por falta de estudo. Até já fui passada prá trás por não saber ler e entender as coisas.* Dona Alda relata-nos o fato minuciosamente. Diz ter comprado, à prestação, algumas coisas na loja pernambucana e pediram que ela assinasse uns papéis no caixa. Só posteriormente, ao chegarem as mensalidades é que o marido percebeu que lá constavam coisas que não haviam comprado. Tiveram que pagar, pois no papel estava a sua assinatura.

Constatamos em VERNEY (1952) a preocupação de que a mulher estude: (...) *Quanto à necessidade, eu acho-a grande que as mulheres estudem.* (VERNEY, 1952:125). O autor relata ainda que acontece de muitas senhoras ficarem viúvas e tutoras de seus filhos, ou senhoras absolutas de muitas fazendas e perderem fortunas por falta de instrução: (...) *se não têm alguma idéia e conhecimentos destas coisas, não podem deixar de arruinar os seus bens, ainda que lhes pareça que têm feitores de consciência.* (VERNEY, 1952:140). Não foi exatamente esse o caso de D. Alda, mas semelhante, visto que perdeu dinheiro ao apor sua assinatura em papel indevido, em virtude da falta de leitura.

A nossa entrevistada diz que ficou muito angustiada e foi muito humilhada por causa desse e de tantos outros fatos e que hoje ela faz questão de não pensar nessas coisas, pois fica muito triste. Ela diz que: — *Hoje penso, porque não segui o conselho de meus pais, que queriam que eu estudasse. Por causa disso fui muito humilhada, mas hoje me realizo nos filhos, pois todos tem estudo e emprego bom.*

Podemos observar a seguir, imagem fotográfica de D. Alda Muranaka.



Alda Muranaka, 62 anos.

"Já fui passada pra trás por não saber ler e entender as coisa."

Entrevistamos também a senhora Lúcia de Oliveira Borges. Ela nasceu em Pedra Branca (MG) no dia 29/06/1940 e hoje reside à Rua Virgínia Azambuja 234, em Pontes e Lacerda – MT.

Dona Lúcia, como tantas outras mulheres de sua época, aprendeu a ler e a escrever o nome na escola da fazenda onde moravam e era o patrão que pagava o professor. Revela-nos que muitas vezes foi discriminada e humilhada por ser da cor negra. Que seus colegas no caminho da escola riam dela e uma colega branca dizia: "Aí Lucinha, eu esfrego meu pé e fica branquinho, e o seu porque não fica?" Diz que se revoltava muito por isso.

Conta-nos que não chegou a conhecer o pai e aos 10 anos de idade cuidava da casa e dos irmãos mais novos, para a mãe trabalhar de doméstica na casa do fazendeiro para sustentar os filhos. D. Lúcia informa-nos ainda que aos 17 anos casou e teve 06 filhos (04 mulheres e 02 homens), todos estudaram. Ela diz que em 1970 (com 30 anos) quis voltar aos estudos obtendo o respaldo do marido. Apoiados por uma professora do Mobral fizeram um grupo de 15 pessoas que já sabiam ler e escrever

alguma coisa. Após um ano de estudos fizeram um teste e foram aprovados para cursar a 5ª série. Ela participava então do Movimento Familiar Cristão – MFC – que exigia um pouco mais de leitura para ministrar palestras.

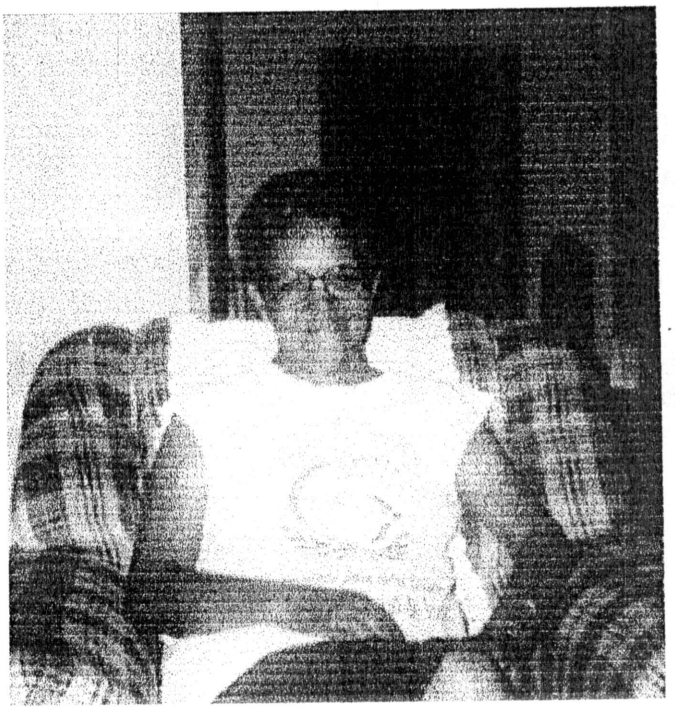
Diante deste relato podemos reportar-nos ao ano de 1556, período que o Pe. Luís de Grã escrevia ao Padre Inácio de Loyola explicando a importância da instrução feminina para a sociedade colonial em formação: (...) *a educação feminina na colônia poderia vir a colaborar de forma eficiente na obra de catequese e conversão do gentio e na formação de famílias* (...). (MATTOS,1954:92). Essa parte da história se identifica com a história de D. Lúcia que aprendeu a ler e escrever melhor para se colocar palestrante de adultos através do Movimento Familiar Cristão (MFC).

Face a necessidade de aprimorar-se nos estudos D. Lúcia cursou então a 8ª série em 1975. Era um grupo de 25 alunos e foi a 1ª turma de 8ª série no município de Pontes e Lacerda – MT. Ela faz questão de relembrar alguns nomes de seus colegas: Irlana, Jussara, Jair Gaspar, Carmem Terezinha, Everildes, Gilmar Maldonado, Edmar, Neuzi, Ivo e Toninho Azambuja, etc. Depois no colégio 14 de Fevereiro, em 1988, fez o Curso Logus II, equivalente ao 2º Grau. Após o término dos estudos empregou-se no INSS, depois trabalhou por 05 anos no Posto de Saúde e em 1999 atuou como professora na creche. Diz só ter parado de trabalhar, porque adoeceu e está em tratamento constante.

O exposto nos remete a KUHLMANN JR In LOPES, (2000). Este autor diz que a mulher passou então a ter um papel importantíssimo para a sociedade (...) *A mulher era auxiliar dos médicos, dos políticos, dos juristas e da religião católica, espírita ou protestante.* (KUHLMANN JR In LOPES, 2000:478). Da mesma forma mencionada por kuhlmann Jr., também D. Lúcia prestou serviços importantíssimos à sociedade lacerdense.

Dona Lúcia diz que quando tinha pouco estudo sentia-se inferior às outras pessoas. Falava pouco, pois tinha medo de falar errado. Hoje diz não ter mais esse tipo de problema e sente-se realizada, pois criou os filhos todos sob o poder de Deus e todos são muito respeitados e queridos em Pontes e Lacerda.

Vide próxima página, imagem fotográfica de D. Lúcia de Oliveira Borges.



Lúcia de Oliveira Borges, 62 anos.

"Já fui muito humilhada e discriminada por ser da cor negra."

Em entrevista a Senhora Rosa Ramos da Silva que nasceu em Vila Bela da Santíssima Trindade no dia 09/12/1947 e hoje reside à Av. Central n° 850, na Vila Guaporé ela diz que estudou apenas até a 2ª série. Constatamos que sua história é igual à de muitas outras de nossas entrevistadas. Porém detectamos uma divergência de pensamento no que se refere à criação dos filhos e das filhas em relação às histórias já ouvidas. Dona Rosa faz questão de dizer que sempre existiu e tem que haver uma diferença na educação dos filhos e filhas:

— *A menina mulher tem que ser criada diferente do menino homem. Os pais não podem deixar ela ficar andando à toa, sem fazer nada, tem que estar sempre acompanhada do pai ou do irmão para não fazer besteira, porque a menina mulher por natureza é mais fraca de cabeça que o menino homem e está sempre em desvantagem. Agora o guri não né. O guri cai aqui, levanta ali, é homem né.* Dona Rosa completa que: — *O pai tem a obrigação de encaminhar ele na vida de homem, e a menina mulher é a mãe que tem essa obrigação de cuidar para que ela não se perca na vida.*

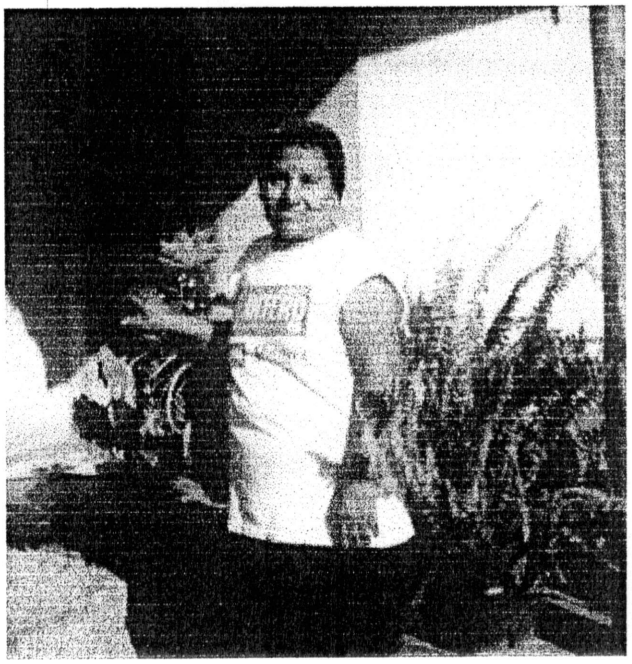
Diante do exposto podemos dizer que Dona Rosa, apesar de ser bem mais jovem que as outras mulheres entrevistadas, conserva a ideologia de criação antiga de nossos antepassados. Sem se dar conta, D. Rosa perpetua o preconceito contra a mulher e reforça a opressão. Não consegue perceber que foi vítima, também ela, desse processo. Ela menciona que a menina, tal qual antigamente, só deve sair acompanhada

para que não se "perca", ou seja, para que não tenha uma vida sexual "antes da hora" . Podemos perceber que para algumas mulheres:

> *A virgindade feminina mantém-se como uma questão central. (...) Era fundamental portanto, não apenas ser virgem até o casamento, mas principalmente aparentar ser virgem. (...) as vidas das jovens mulheres e garotas giravam ao redor do medo de "ir até o fim" ou, pior, "aparentar ter ido".* (LOURO In LOPES, 2000:437).

Do mesmo modo Dona Rosa reforça a ideologia sobre o papel masculino, papel esse oriundo do passado onde o menino, de antigamente, ao contrário da menina, não poderia ser tímido. Conforme já citado anteriormente aos nove ou dez anos era obrigado à força, a se tornar homem. A se comportar como gente grande. *Meninos diabos eles só eram até os dez anos. Daí em diante tornavam-se rapazes. Seu traje, o de homens feitos. Seus vícios, os dos homens. Sua preocupação, sifilizarem-se o mais breve possível, adquirindo as cicatrizes gloriosas dos combates com Vênus* (...). (FREYRE, 1975:411).

Como vimos essa ideologia ainda persiste até mesmo em mulheres da atualidade, que criam seus filhos de formas diferenciadas: o menino é criado para "ganhar" o mundo, "alçar vôo" e ser estudado, enquanto às filhas, ensina-as a serem boas donas de casa e preparam-nas, psicologicamente e domesticamente, para o casamento, tal qual antigamente, para serem submissas e obedecerem a seus maridos.



Rosa Ramos da Silva,
55 anos.

"A menina mulher tem que ser criada diferente do menino homem. Os pais não podem deixar ela ficar andando à toa, sem fazer nada, tem que estar sempre acompanhada do pai ou do irmão para não fazer besteira, porque a menina mulher por natureza é mais fraca de cabeça que o menino homem e está sempre em desvantagem. Agora o guri não né. O guri cai aqui, levanta ali, é homem né."

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Ensaio Monográfico teve por objetivo investigar como se deu o processo de alfabetização feminina em um grupo de mulheres nascidas na primeira metade do século, no Brasil, bem como conhecer os problemas que afetaram ou afetam as mulheres que não tiveram o acesso às letras, envolvendo a questão da diferença educacional para o gênero e também questões raciais e sócio-econômicas.

Para que este trabalho tivesse êxito, buscamos fazer uma retrospectiva histórica da alfabetização feminina no Brasil e isso só poderia ser feito a partir do período colonial, perpassando por essa aquisição até os dias atuais, enriquecendo-o com depoimentos de mulheres participantes do Grupo Projeto Reviver, bem como de outras mulheres do Município de Pontes e Lacerda – MT.

Diante das teorias enunciadas pelos autores que deram sustentação teórica para este Ensaio Monográfico e os depoimentos coletados das mulheres entrevistadas, foi possível responder a muitos dos questionamentos anteriormente propostos.

A partir dos dados coletados no trabalho de campo observamos que as mulheres do período colonial eram discriminadas pelo gênero, pela classe social e pela cor. Isto porque, as mulheres brancas, ricas, participavam da classe dominante, e as outras mulheres, incluindo as brancas empobrecidas, as índias e as negras, eram subalternas àquelas e seus senhores. Todas essas mulheres não tinham o acesso às letras, ou se tinham, era incipiente.

De acordo com nossa fundamentação teórica, a necessidade da manutenção da hegemonia deu a algumas mulheres brancas de elite poder para assumirem papéis de comando, que a princípio eram considerados masculinos. Porém, na maioria das vezes, esse poder de comando tinha nos bastidores a presença masculina. Assim, algumas mulheres, especialmente as de classes privilegiadas, adquiriram informalmente os conhecimentos necessários à administração dos negócios coloniais, mesmo que à sombra de alguém que monitorava seus atos – um homem –, seja um cunhado ou um padre a quem o marido delegava esse poder.

Da mesma forma, as outras mulheres de condição social considerada inferior,

aprenderam, pelo próprio lugar ocupado na relação de produção, a desempenharem tarefas que lhes exigia força física, a ponto de superarem o esteriótipo de fragilidade que a sociedade colonial transmitia acerca das mulheres em geral.

Dentro da luta maior que se travou no Brasil-Colônia entre a classe dominante composta pelos senhores de terras e a classe dominada, escravos semi-livres, houve um outro conflito que se tratava da supremacia do homem sobre a mulher. Nessa linha de raciocínio, destaca-se a família patriarcal como sendo a forma de união que se baseava em condições econômicas e a mulher tendo como função a de ser a geradora dos *"varões"* que preservassem a hegemonia masculina. Nossas mulheres entrevistadas correspondem bem a este perfil, uma vez que todas elas foram educadas para as prendas domésticas e para se tornarem boas esposas. Isso inclui as mulheres da classe dominante.

Entretanto, apesar da obediência da mulher de elite ao senhor patriarcal, as resistências ocorriam. Quanto às escravas, essas eram espoliadas pelo trabalho de produção material recebendo ordens do senhor, da senhora e dos filhos desses, além de serem submetidas sexualmente pelos colonizadores.

A classe feminina estava fadada a limitar-se ao mundo doméstico, sendo reclusa em sua própria casa e considerada um ser inferior, não pensante.

Nesse contexto o clero teve influência na vida feminina colonial, pois comprometido com a ordem social existente, compactuava com os senhores patriarcais, tirando proveito financeiro das mulheres, através das igrejas e dos conventos.

Entretanto, contrariamente, os espaços destinados à prática religiosa foram utilizados por algumas mulheres como forma de resistência a essa submissão masculina., iniciando aí, romances proibitivos e dando mostras de que a mulher nunca esteve satisfeita com as imposições e ao seu modo, rompeu historicamente com os padrões estabelecidos.

Quanto à educação formal das mulheres, considerada uma heresia social tanto em Portugal como no Brasil, a sua ausência acarretou uma imensa massa de mulheres analfabetas na colônia. Os preconceitos limitando o acesso de mulheres ao mundo cultural ficou revelado no abecedário do poeta português Gonçalo Trancoso. Também as nossas mulheres entrevistadas sofreram a ausência da escolarização e se ressentem disso. Em seus depoimentos, elas nos falam das dores e das humilhações por não terem estudado.

O analfabetismo a que as mulheres ficaram sujeitas, resultou em prejuízo financeiro e moral para muitas famílias da elite colonial, pois muitas delas, foram espoliadas pelos seus próprios maridos, ou quando viuvas, por tutores sem consciência, que espoliavam suas heranças, redimindo as famílias, muitas vezes à miséria. Este exemplo se repetiu entre as nossas mulheres, que se queixaram de terem sido lesadas por não saberem ler.

Com respeito à reforma pombalina, vale como registro o apêndice de Luís Antonio Verney da obra *O Verdadeiro Método de Estudar*. Em nível de educação formal feminina, podemos dizer que Verney teve sua influência naquele período, colocando a educação como uma forma de anular a ociosidade e evitar os desperdícios dentro do lar. Mais uma vez confirmamos a educação para a submissão tão evidenciada nas mulheres por nós entrevistadas.

Entretanto a mulher tentou se desgarrar e conseguiu ultrapassar a função que lhe era destinada, a cuidar das questões domésticas. Primeiramente ficava subjugada, por tradição, aos domínios do sistema patriarcal e depois, aos desígnios do marido, ou seja, sua vida consistia na passagem do domínio paterno para o domínio marital, devendo restringir-se aos cuidados domésticos e à procriação dos filhos.

Em uma de nossas entrevistadas constatamos que quanto à submissão que lhes era imposta, esta não era aceita passivamente. As formas de reação ficaram evidentes quando resguardadas na casa, ou restritas a saídas somente à Igreja, burlavam a vigilância masculina. Apesar de não lhes permitirem a instrução letrada, as mulheres se atualizavam com conversas no interior das Igrejas e iniciavam namoros, muitas vezes proibidos. Para isso utilizavam a linguagem das flores, que consistia no envio de certas flores, com significações diversas, ao mancebo pretendente.

As mulheres, em sua maioria, não tiveram acesso às letras e isso permitiu que a dominação existisse, mas também a resistência, em virtude dessa mesma ausência. Foi em virtude dessa resistência que a mulher ao longo do tempo, conseguiu instruir-se e emancipar-se na sociedade.

Lentas e profundas têm sido as modificações provocadas pelas ações da mulher ao longo da história.

Podemos verificar isso nos depoimentos de nossas entrevistadas, pois todas elas, de uma forma ou de outra, rebelaram-se, ou rebelam-se ainda, contra os mandos patriarcais e maritais e mais ainda, contra as injustiças sociais oriundas deste modelo de

sociedade.

Foi-nos possível, nesta análise, detectar que todas as mulheres entrevistadas, sejam elas negras ou brancas, sentiram-se ou sentem-se ainda muito humilhadas pelos fatos passados ou presentes, como por exemplo, o não acesso às letras.

Detectamos ainda que o não acesso às letras por parte da classe feminina, não era só uma questão de gênero, que a mulher não tinha necessidade de estudar, mas também uma questão social., em razão do acesso às letras ser diferente em diferentes classes sociais. As mulheres provenientes de classes sociais privilegiadas tiveram maiores chances de acessarem à instrução formal, seja em virtude dos pais terem condições de manter um professor na própria fazenda, seja pelo fato de enviarem suas filhas a colégios pagos na cidade.

Verificamos ainda que as mulheres que não tiveram acesso às letras sentiram-se ou ainda sentem-se lesadas, magoadas, angustiadas e humilhadas por causa da instrução que lhes foi negada. Não podemos dizer porém, que as mulheres que tiveram acesso ao letramento, estão isentas dessas mágoas, angústias e/ou humilhações, mas são bem menos visíveis, uma vez que até mesmo a situação econômica privilegiada não as deixou passar por tamanhas privações quanto as que as outras passaram.

Nos relatos de nossas entrevistadas, podemos detectar que as mulheres da raça negra sofreram triplamente as humilhações. Primeiro por ser mulher, segundo, por ser da cor negra e terceiro, por ser pobre. Tanto as mulheres do Brasil-Colônia como as nossas mulheres entrevistadas, foram discriminadas, ridicularizadas e muitas delas, obrigadas a duras penas de trabalho forçado, tanto por seus patrões, como por seus maridos, em virtude da situação econômica pela qual passava a família.

O fato de não saber ler e/ou escrever ocasionou e/ou ocasiona a essas mulheres, problemas pessoais, familiares e sociais. Dentre tantos, podemos citar o fato de pessoas não terem tempo e/ou disponibilidade para atenderem-nas nos momentos oportunos, como é o caso citado por uma de nossas entrevistadas, que às vezes pede para lerem algo ou fazerem uma ligação telefônica, sendo-lhe recusado. Esse fato ocasiona problemas pessoais e familiares, uma vez que a pessoa que não freqüentou a escola fica magoada com aquela que se negou a prestar-lhe o favor.

O fato de não saber ler e/ou escrever, ocasionou ou ocasiona a essas mulheres, também problemas sociais. Dentre tantos, podemos citar o caso das mulheres que foram espoliadas de seus bens e/ou passadas para trás em negócios. A título de exemplificação

podemos relatar o caso da senhora que foi espoliada de suas terras, pela própria irmã, em virtude de não ter tido acesso à leitura. Um outro caso que podemos relatar é a história da outra senhora, que colocou o dedo, a título de assinatura, em nota de compras que não eram suas e obrigou-se a pagá-las, porque havia assinado sem saber o que estava escrito, pois não sabia ler.

Podemos observar ainda que as mulheres que não aprenderam a ler e/ou escrever demonstram grandes frustrações e apresentam limitações pelo não saber ler. Exemplo disso, é o fato de sentirem-se impossibilitadas para lerem algum papel, fazerem ligações telefônicas, pagar ou receber troco em dinheiro, encontrar nomes e/ou números de ruas, pegar ônibus, etc.

Essas mulheres de diferentes famílias e épocas, muitas vezes alegam não entender o porque de seu não acesso à escola. Algumas delas, incluindo muitas das que tiveram acesso, dizem que entendem, que seus pais agiram daquela forma porque era o costume da época.

Outras ainda, lamentam-se por ter deixado que suas histórias se repetissem nas vidas de suas filhas, em virtude de viver subjugada aos domínios do marido e este não aceitar que as mesmas tivessem a oportunidade do acesso às letras. Sentem-se angustiadas e magoadas por não terem tido a força e audácia de enfrentar os maridos em favor da instrução das filhas.

Todas elas, sem exceção, disseram que a luta da mulher não pode parar. Ela tem que buscar instruir-se cada vez mais para conquistar melhores espaços no âmbito familiar e social, pois é a partir de resistências, derrotas e conquistas que se compõe a História da Mulher.

As mulheres têm consciência que ao mesmo tempo que se moderniza e busca plena libertação, persistem antigas formas de dominação e submissão, como a miséria, o analfabetismo feminino (seja para trabalhar, seja por falta de condições econômicas e até mesmo por falta de companheirismo de muitos maridos), a prostituição, a desigualdade salarial (não tão grande quanto em décadas anteriores, mas ainda notável em mesmas funções), o poder dominador do homem submetendo a mulher ao seu despotismo.

Algumas entrevistadas afirmaram que a mulher só não está em melhores situações, porque às vezes a própria sociedade feminina não colabora para que isso aconteça, pois muitas vezes a mulher pode até parecer independente, mas no fundo

conforma-se com sua situação de subjugo ao homem, deixando que ele tome conta de toda situação, e se condiciona, às vezes, à posição de um ser que não tem opinião própria, e aceita que suas decisões e atitudes sejam legitimadas pelo homem, que torna-se poder absoluto. Essa estrutura de supremacia masculina, muitas vezes faz com que a mulher, ainda hoje, se reduza simplesmente à maternidade, ao casamento e ao lar.

Em nossas entrevistas, observamos que a ideologia da supremacia masculina, dita tão antiga, ainda persiste até mesmo em mulheres da atualidade, que criam seus filhos de formas diferenciadas: o menino é criado para "ganhar" o mundo, "alçar vôo" e ser estudado, enquanto às filhas, ensina-as a serem boas donas de casa e preparam-nas, psicologicamente e domesticamente, para o casamento, tal qual antigamente, para serem submissas e obedecerem a seus maridos. A exemplo desses fatos, podemos retomar o comentário de uma das entrevistadas. Ela declara que a menina tem que ser criada diferente do menino, porque este, é homem e ele tem seus direitos garantidos, enquanto que a menina, tal qual antigamente, só deve sair de casa se for acompanhada, para que não se "perca".

Então podemos perceber que, mesmo mulheres mais jovens, muitas vezes estão, presas à ideologia da supremacia e do poderio masculino de nossos antepassados, sem sequer ter consciência disso.

> Para a libertação da mulher, é necessário que, na luta em comunidade, ela encontre sua identidade, sua autonomia e o sentido da sua liberdade, não vivendo apenas à sombra da supremacia masculina. Para atingir isto não bastam pequenas mudanças. Faz-se mister a superação da ideologia de um sistema patriarcal de séculos anteriores, muitas vezes, vigentes em nossa sociedade. É preciso a conscientização das massas, tanto feminina quanto masculina, para que os diferentes gêneros possam gerar uma nova convivência de igualdade e solidariedade, na qual não existe discriminação, conforme nos diz D. Helder Câmara, anteriormente citado.

Do ponto de vista de DUMAIS (1993) (...) *Não basta declarar que os seres humanos têm direitos para que usufruam deles no dia a dia.* (DUMAIS, 1993:11). É realmente isso o que está ainda evidente em nossa sociedade, até mesmo porque, muitas das nossas mulheres ainda vivem subjugadas à base familiar patriarcal e em suas mentes vigora tal ideologia. Como Menciona DUMAIS (1993) (...) *A maior parte das mulheres ainda estão num estado de sujeição social e cultural, embora, em alguns aspectos, muitas delas pareçam livres e emancipadas.* . (DUMAIS, 1993:11).

Para as mulheres, a necessidade de terem os direitos que lhes pertencem, impõe-

se na continuidade de uma longa luta histórica, que aconteceu e que ainda está por vir. A situação nos mostra que apesar dessa luta ter começado no Brasil a mais de cinco séculos, a mulher tem que continuar a lutar para conservar os direitos tão dificilmente adquiridos. Essa luta, não diz respeito somente aos direitos atribuídos à mulher, mas como dizia Pio XII ainda em 1945, a mulher (...) *Deve concorrer com o homem para o bem da cidade no centro da qual a mulher é, em dignidade, igual ao homem. Tanto um como o outro têm o direito e o dever de cooperar para o bem da sociedade e da pátria.* (DUMAIS, 1993:43).

As nossas entrevistadas têm consciência que todos os cidadãos tem a mesma dignidade e são iguais perante a lei, independente de ascendência, sexo, raça, língua, situação econômica ou condição social, mas muitas delas dizem, ter sentido e sentirem-se ainda hoje, impossibilitadas de lutar contra a supremacia masculina ainda vigente em muitos lares, como é o caso de algumas filhas das mulheres entrevistadas, que não vão à escola porque os maridos proíbem-nas.

Face ao exposto, vale a pena ressaltar que não basta declarar que os seres humanos, mais especificamente as mulheres, têm direitos para que usufruam deles no dia a dia. A aplicação destes direitos, pressupõe que hajam fortes e elementares alterações importantes ao nível da mentalidade da sociedade, das legislações de apoio e de defesa da mulher, que muitas vezes, são de natureza morosa e nem sempre se realizam.

Vemos a todo instante e em muitas situações, que preconceitos e estereótipos culturais de inferiorização e de dominação das mulheres continuam a influenciar as preferências sociais. Um avanço progressivo, vigilante e firme das mulheres acabará, sem dúvida, por suprimir esta discriminação.

Há de chegar o dia em que o ser humano não lutará mais pelo direito das mulheres. Nem dos negros, nem dos índios ou de qualquer outro grupo social. Não que a causa não valha mais a pena ou que a luta tenha esgotado as forças dos que buscam um mundo melhor. É que nesse dia, todas as diferenças já terão sido superadas em favor de algo muito maior: a busca pela felicidade de todos como pessoas, independentemente do gênero, da etnia, da cor, etc. Esta sim é a grande conquista. Quando pudermos olhar uns para os outros sem ver o que há por fora, mas apenas sentir o interior, teremos, então, alcançado um estágio mais elevado de civilização e, finalmente, conquistado a sabedoria de agirmos em relação ao próximo de forma fraterna, justa e cooperativa. Mas

para chegarmos lá, precisamos nos despir completamente de muitos e muitos séculos de discriminação e opressão, pois quando alguém age de forma discriminatória em relação à mulher, está agredindo todas as mulheres do mundo e, pela mesma razão, todas devem se engajar na luta contra a exclusão de gênero. Nesse sentido, a educação tem um papel fundamental, afinal, a causa é de todos nós e a luta contra o preconceito (de qualquer natureza) é apenas uma etapa de uma luta maior: a busca da felicidade para todos.

Neste contexto, cabe à educação formal, ou seja, a escola, um papel fundamental, uma vez que é através dela que ganhamos espaço para construir nossas idéias e nossas próprias concepções acerca das coisas. A escola não é apenas o lugar onde aprendemos a escrever, mas, é sobretudo, o lugar onde aprendemos, (ou pelo menos deveríamos aprender) sobre igualdade, justiça e fraternidade.

Finalmente, acredito que futuramente este trabalho possa ser retomado para que se acrescentem às reflexões aqui registradas, muitos outros aspectos que venham preencher as lacunas que a área da historiografia educacional feminina brasileira apresenta.

As idéias aqui enunciadas deixam espaço aberto para que outras pessoas possam retomá-las, a fim de acrescentar elementos a essa discussão e quem sabe, proporcionar outras conquistas do universo feminino, visando contribuir para o esclarecimento da própria mulher acerca de suas questões, bem como compreender o papel da mesma na sociedade.

BIBLIOGRAFIA

AGUIRRE, Rosa Maria ferraz Arruda. *Por um Brasil Cristão.* Ano 3 - n° 22 – Maio/99 – Publicação Mensal.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo.* (2 vols.), 3 ed., trad. De Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Européia do Livro, [1960].

BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna* / Peter Burke: tradução Denise Bottmann. – São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

COELHO, Nelly Novaes. *A literatura feminina no Brasil contemporâneo.* São Paulo: Siciliano, 1993.

CORDA, Mário Alighiero Mana. *História da Educação – Da Antigüidade aos nossos dias.* 8 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CUNHA, Marcus Vinicius da. *A escola contra a família. In:* 500 anos de educação no Brasil. organizado por Eliane Marta Teixeira Lopes, Luciano Mendes de Faria filho, Cynthia Greive Veiga. 2 ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2000. (Coleção Historial, 6). p. 446 – 468.

DUMAIS, Monique. *Os Direitos da Mulher.* São Paulo: Edições Paulinas:1993.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Miniaurélio Século XVI Escolar: o Minidicionário da Língua Portuguesa.* 4. ed. Rev. ampliada. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. *Negros e Educação no Brasil.* In: 500 anos de educação no Brasil. organizado por Eliane Marta Teixeira Lopes, Luciano Mendes de Faria filho, Cynthia Greive Veiga. 2 ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2000. (Coleção Historial, 6). p.329 – 365.

GUIMARÃES, Roziner. *Constância.* Goiânia: Fundação Jaime Câmara, 1999.

INTERNETE – In Site:
(http://www.correios.com.br/selos/imagens/arq/5 e 38. ig.
(http://www.mulher.org.br.geledes.com.br)
(http://www.prossiga.br/bvmulher/cedim/) Biblioteca virtual.
(http://www.redegoverno.gov.br/mulhergoverno/)
(http://www.yahoo.com.br)

KUHLMANN JR, Moysés. *Educando a Infância Brasileira.* In: 500 anos de educação no Brasil. organizado por Eliane Marta Teixeira Lopes, Luciano Mendes de Faria filho, Cynthia Greive Veiga. 2 ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2000. (Coleção Historial, 6). p. 469 – 566.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil.* Lisboa: Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. *500 anos de educação no Brasil/* organizado por Eliane Marta Teixeira Lopes, Luciano Mendes de Faria filho, Cynthia Greive Veiga. 2 ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2000. (Coleção Historial, 6).

LOURO, Guacira Lopes. *O cinema como pedagogia.* In: 500 anos de educação no Brasil. organizado por Eliane Marta Teixeira Lopes, Luciano Mendes de Faria filho, Cynthia Greive Veiga. 2 ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2000. (Coleção Historial, 6). p. 427 – 444.

MELO, Louristene Gomes de. *A discriminação da mulher negra na poesia de Carlos Drummond de Andrade.* Revista de Estudos Acadêmicos – Departamento de Letras – UNEMAT – Campus de Cáceres – Mato Grosso. n° 005, 2001.

NUNES, Clarice. *(Des) encantos da modernidade pedagógica.* In: 500 anos de educação no Brasil. organizado por Eliane Marta Teixeira Lopes, Luciano Mendes de Faria filho, Cynthia Greive Veiga. 2 ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2000. (Coleção Historial, 6). p. 375 – 397.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. *Metodologia da Pesquisa: Abordagem teórico-prática.* 2 ed. – Campinas, SP: Papirus, 1997 – (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

PAIVA, José Maria de. *Educação Jesuítica no Brasil Colonial.* In: 500 anos de educação no Brasil. organizado por Eliane Marta Teixeira Lopes, Luciano Mendes de Faria filho, Cynthia Greive Veiga. 2 ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2000. (Coleção Historial, 6). p. 43 – 56.

PEREIRA, Luíz. *Educação e Sociedade: leituras de sociologia da educação* / [organizada por] Luíz Pereira e Marialice M. Foracchi. – 13. ed. – São Paulo: Nacional, 1987.

QUEIROZ, D. Antônio Celso de. / BOIM, Pe. Dagoberto. *Mulher e Homem: Imagem de Deus.* São Paulo: Salesiana Dom Bosco, 1990.

REVISTA VEJA . *Mulher.* Rio de Janeiro: Abril, n° 48, ano 34, Maio/2002. Edição Especial.

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. *A Educação da Mulher no Brasil-Colônia.* São Paulo: Arte & Ciência, 1997.

_____. *Mulheres educadas na Colônia.* In: 500 anos de educação no Brasil. organizado por Eliane Marta Teixeira Lopes, Luciano Mendes de Faria filho, Cynthia Greive Veiga. 2 ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2000. (Coleção Historial, 6). p.79 – 94.

RITZKAT, Marly Gonçalves Bicalho. *Prepcetoras alemãs no Brasil.* In. 500 anos de educação no Brasil. organizado por Eliane Marta Teixeira Lopes, Luciano Mendes de Faria filho, Cynthia Greive Veiga. 2 ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2000. (Coleção Historial, 6). p.269 – 290.

SOEIRO, Susan. *Mulher brasileira.* São Paulo: FCC, Tomo I, 1980.

TAUNAY, Alfredo d'Escragnolle. TAUNAY, Visconde de. *Inocência.* 29 ed. – Rio de Janeiro: Ediouro, 1995.

VEIGA, Cynthia Greive. *Educação estética para o povo.* In. 500 anos de educação no Brasil. organizado por Eliane Marta Teixeira Lopes, Luciano Mendes de Faria filho, Cynthia Greive Veiga. 2 ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2000. (Coleção Historial, 6). p.398 – 421.

VILLELA, Heloisa de O. S. *O mestre-escola e a professora.* In. 500 anos de educação no Brasil. organizado por Eliane Marta Teixeira Lopes, Luciano Mendes de Faria filho, Cynthia Greive Veiga. 2 ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2000. (Coleção Historial, 6). p.101 – 134.

ZAMBONI, Ernesta. *Infância e Educação: As Meninas.* Campinas (SP) – Brasil: Unicamp, 2002.